



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Instituto Multidisciplinar em Saúde
Campus Anísio Teixeira



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA DA SAÚDE

LARISSA BAHIA RIBEIRO

**EFEITOS DA FRAGILIZAÇÃO DOS VÍNCULOS AFETIVOS
SOBRE A SAÚDE MENTAL DE MULHERES ENCARCERADAS
EM VITÓRIA DA CONQUISTA - BA**

**VITÓRIA DA CONQUISTA
JUNHO/2023**



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Instituto Multidisciplinar em Saúde
Campus Anísio Teixeira



LARISSA BAHIA RIBEIRO

**Efeitos da Fragilização dos Vínculos Afetivos sobre a Saúde Mental de Mulheres
Encarceradas em Vitória da Conquista - BA**

Trabalho de conclusão apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Saúde, Instituto Multidisciplinar em Saúde, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia da Saúde.

Linha de Concentração: Práticas Clínicas e Saúde Mental

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Suely Aires Pontes

**VITÓRIA DA CONQUISTA
JUNHO/2023**

Biblioteca Universitária Campus Anísio Teixeira – SIBI/UFBA

R484

Ribeiro, Larissa Bahia.

Efeitos da fragilização dos vínculos afetivos sobre a saúde mental de mulheres encarceradas em Vitória da Conquista - BA/ Larissa Bahia

Ribeiro. -- Vitória da Conquista, BA: UFBA, 2023.

129 f. ; il. ; 30 cm.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Suely Aires Pontes

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Saúde) - Universidade Federal da Bahia, Instituto Multidisciplinar em Saúde, 2023.

1. Prisões. 2. Saúde Mental. 3. Mulheres Encarceradas I.
Universidade Federal da Bahia, Instituto Multidisciplinar em Saúde. II.
Pontes, Suely Aires. III. Título.

CDU: 616.89 -055.2(813.8)(043.3)

LARISSA BAHIA RIBEIRO

Efeitos da Fragilização dos Vínculos Afetivos sobre a Saúde Mental de Mulheres Encarceradas em Vitória da Conquista – BA

Esta dissertação foi julgada adequada à obtenção do grau de Mestre em Psicologia da Saúde e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Saúde, Universidade Federal da Bahia.

Vitória da Conquista – BA, 28/02/2023.

Spontes

Prof.^a Dr.^a Suely Aires Pontes (Orientadora)
(Universidade Federal da Bahia)

Suely Aires Pontes

Prof.^a Dr.^a Milena Maria Sarti (Examinadora)
(Universidade Federal da Bahia/IMS)

Milena Maria Sarti

Prof. Dr. Rafael Coelho Rodrigues (Examinador)
(Universidade Federal Recôncavo da Bahia)

A Dona Joana, minha avó e meu exemplo.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal da Bahia, em especial o *campus* Anísio Teixeira, por ser minha segunda casa;

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Saúde, pelos ensinamentos e momentos de troca;

À professora Suely, minha orientadora, pelo acolhimento e a paciência de sempre;

Aos professores da banca de qualificação, Milena Sarti e Rafael Coelho, pelas ricas contribuições e orientações;

Aos profissionais do Conjunto Penal Advogado Nilton Gonçalves, pelo apoio e suporte durante o desenvolvimento da pesquisa;

Às mulheres que participaram da pesquisa e emprestaram um pouco de sua experiência para a composição desse trabalho;

À Angela e Adriana, minha mãe e minha madrinha, minhas referências de vida;

Aos amigos do grupo de pesquisa *Psicanálise: Clínica, Política e Cultura*, pela solidariedade e o incentivo de sempre;

Aos amigos e colegas de turma, pela convivência e o suporte desenvolvido nesse tempo de aprendizado conjunto;

Às amigas da vida inteira, que estiveram comigo durante mais essa etapa da jornada: o grupo das Titis, o grupo de Açucena e o grupo das Winx. Que sorte ter esse tanto de amor ao redor.

LISTA DE QUADROS, TABELAS E ABREVIATURAS

Tabela 1 - Compilação dos artigos por título, autor(es), base de dados, ano e método	35
Tabela 2 - Compilação dos artigos por objetivos estabelecidos e resultados encontrados.....	37

AC – Análise de Conteúdo (AC)

AD – Análise do Discurso (AD)

BvS-Psi – Biblioteca Virtual em Saúde – Psicologia Brasil

CEP – Comitê de Ética em Pesquisa

DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional

FD – Formações Discursivas

LEP – Lei de Execução Penal

SEAP – Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização

SciELO – Scientific Electronic Library Online

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

RESUMO	8
ABSTRACT.....	9
INTRODUÇÃO.....	10
ARTIGO I - O SURGIMENTO DAS PRISÕES: DO CONTEXTO HISTÓRICO À FUNÇÃO SOCIAL.....	13
RESUMO	13
INTRODUÇÃO	13
CONTEXTUALIZANDO O SURGIMENTO DAS PRISÕES	17
A LÓGICA DE FUNCIONAMENTO DAS INSTITUIÇÕES PRISIONAIS.....	21
Como a prisão se tornou mecanismo de gestão das iniquidades.....	21
O retorno do Estado penal e a hipertrofia do sistema carcerário	25
CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
ARTIGO II – MULHERES ENCARCERADAS E SAÚDE MENTAL: REVISÃO DE LITERATURA	32
RESUMO	32
INTRODUÇÃO.....	32
PERCURSO METODOLÓGICO	34
RESULTADOS E DISCUSSÃO	40
Diferenças de gênero	41
Vínculos afetivos	43
Questões de saúde.....	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
ARTIGO III - EFEITOS DA FRAGILIZAÇÃO DOS VÍNCULOS AFETIVOS SOBRE A SAÚDE MENTAL DE MULHERES ENCARCERADAS	48
RESUMO	48
INTRODUÇÃO.....	48
RECORTE DE GÊNERO NA POPULAÇÃO PRISIONAL.....	50
GÊNERO, RAÇA, CLASSE: OS RETALHOS DO TECIDO SOCIAL	54
ARTICULANDO PRIVAÇÃO DE LIBERDADE, MODIFICAÇÃO DE VÍNCULOS E SAÚDE MENTAL	59
Percurso Metodológico.....	59
Caracterização da amostra de pesquisa	61

<i>Todo dia ela faz tudo sempre igual</i>	61
<i>Que mundo errado que nos separou de nós</i>	66
<i>Minha vida, meus mortos, meus caminhos tortos</i>	68
<i>Eu durmo pronta pra guerra, e eu não era assim</i>	70
<i>Tanta dor rouba nossa voz, sabe o que resta de nós?</i>	72
CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
CONCLUINDO UM PERCURSO.....	78
REFERÊNCIAS.	82
ANEXOS.....	90
ANEXO 1 – COMPROVANTE DE SUBMISSÃO À REVISTA PSICOLOGIA POLÍTICA	90
ANEXO 2 – COMPROVANTE DE SUBMISSÃO À REVISTA CADERNOS CRH.	91
ANEXO 3 – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA.	92
ANEXO 4 – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA.	96
ANEXO 5 – FOTOS DO ESPAÇO EM QUE OCORRERAM AS ENTREVISTAS	97
ANEXO 6 – PRODUÇÕES AUTORAIS DAS PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	99
APÊNDICE A - PRODUTO DE INTERVENÇÃO	107

RESUMO

As pessoas encarceradas passam por diferentes processos de opressão, que culminam na marginalização e invisibilização de suas demandas, sobretudo aquelas relacionadas à saúde mental. Ao adicionar a essa discussão o recorte de gênero, percebe-se uma maior vulnerabilidade entre mulheres privadas de liberdade, que sofrem com a fragilização de seus vínculos afetivos em virtude do cárcere, e frequentemente tem suas demandas desatendidas. Considerando esse cenário, o presente estudo tem como objetivo geral compreender os efeitos da fragilização dos vínculos afetivos gerado pelo encarceramento sobre a saúde mental de mulheres em situação de privação de liberdade, tendo sido desenvolvido no Mestrado Profissional em Psicologia da Saúde (IMS/UFBA), na linha de pesquisa Práticas Clínicas e Saúde Mental. Como objetivos específicos, buscou-se: investigar como é construída a experiência de encarceramento nas narrativas das mulheres encarceradas; examinar qual papel desempenham os vínculos afetivos construídos com seus filhos e/ou com parceiros na experiência subjetiva dessas mulheres; analisar, nas formações discursivas, como se engendram esses componentes na saúde mental das mulheres encarceradas. Este trabalho de conclusão do mestrado se estrutura em três diferentes artigos, interconectados, mas que mantém autonomia argumentativa. O primeiro deles, de caráter teórico, versa sobre o processo de surgimento da prisão e a modificação de sua função na sociedade ao longo do tempo, e visa indicar a dimensão histórico-política desse aparato na organização social. O segundo artigo buscou delinear o percurso histórico das prisões, sua função social e as articulações políticas e econômicas de sua utilização enquanto mecanismo de manutenção do poder. Por fim, a seção de análise de dados explicita os resultados e o percurso metodológico da pesquisa. Participaram deste estudo seis mulheres privadas de liberdade, cujo material discursivo foi coletado via entrevista semiestruturada e analisado à luz da Análise do Discurso de vertente pecheuxiana. As categorias de análise identificadas permitiram a síntese de algumas conclusões: a fragilização dos vínculos afetivos representa fonte de angústia e sofrimento psíquico; as alterações de saúde se presentificavam sobretudo na forma de sintomas e queixas crônicas; o uso recorrente de medicações foi a alternativa mais utilizada para lidar com o sofrimento psíquico; a vivência no cárcere é permeada por desconfianças e medo constantes, que coexistem com a formação de uma rede de apoio entre as mulheres encarceradas. Por fim, buscando uma intervenção direcionada à diminuição do sofrimento em saúde mental nos espaços componentes do sistema prisional, foi construído um produto de intervenção, sob a forma de uma cartilha de orientação para os serviços de saúde participantes do sistema penitenciário. Nele, foram compiladas as informações trazidas pelas mulheres acerca de aspectos componentes da vivência no cárcere, e as estratégias de sobrevivência desenvolvidas nesse contexto.

Palavras-chave: Prisões; Saúde Mental; Mulheres Encarceradas

ABSTRACT

Incarcerated people go through different processes of oppression, which culminate in the marginalization and invisibility of their demands, especially those related to mental health. By adding the gender marker to this discussion, a greater vulnerability is perceived among women deprived of liberty, who suffer from the weakening of their affective bonds due to imprisonment, and often have their demands unattended. Considering this scenario, the present study has the general objective of understanding the effects of the changing of affective bonds caused by incarceration on the mental health of women in situations of deprivation of liberty, having been developed in the Professional Master's Degree in Health Psychology (IMS/UFBA), in the Clinical Practices and Mental Health line of research. These were the specific objectives: investigate how the experience of incarceration is constructed in the narratives of incarcerated women; examine what role the affective bonds built with their children and/or partners play in the subjective experience of these women; to analyze, in discursive formations, how these components are engendered in the mental health of incarcerated women. This master's conclusion work is structured in three different articles, interconnected, but maintaining argumentative autonomy. The first of them, of a theoretical nature, deals with the process of the emergence of the prison and the modification of its role in society over time, and aims to indicate the historical-political dimension of this apparatus in social organization. The second article sought to outline the historical course of prisons, their social function and the political and economic articulations of their use as a mechanism for maintaining power. Finally, the data analysis section explains the results and the methodological path of the research. Six women deprived of liberty participated in this study, whose discursive material was collected via semi-structured interviews and analyzed in the light of Pecheuxian Discourse Analysis. The identified analysis categories allowed to get some conclusions: the weakening of affective bonds represents a source of anguish and psychic suffering; health changes were present mainly in the form of chronic symptoms and complaints; the recurrent use of medication was the most used alternative to deal with psychic suffering; the experience in prison is permeated by constant distrust and fear, which coexist with the formation of a support network among incarcerated women. Finally, seeking an intervention aimed at reducing suffering in mental health in the component spaces of the prison system, an intervention product was built, in the form of an orientation booklet for the health services participating in the penitentiary system. In it, were compiled the information brought by the women about the component aspects of living in prison, and the survival strategies developed in this context.

Keywords: Prisons; Mental Health; Encarcerated Women

INTRODUÇÃO

Este trabalho é fruto de um longo processo de experimentações, leituras e movimentos de idas e vindas. O tema, saúde mental de mulheres encarceradas, foi escolhido em virtude não apenas da minha curiosidade profissional, mas também da inquietação acerca desse público que, embora componha as instituições penitenciárias ao redor do mundo há um certo tempo, apenas recentemente passou a figurar nas discussões acadêmicas, pelo seu significativo aumento quantitativo.

Sem dúvidas, posso usar a palavra “desafio” para definir o percurso dessa pesquisa. Os entraves burocráticos, muitas vezes inesperados, desde a concepção do projeto e a passagem pelo Comitê de Ética em Pesquisa, até o ingresso efetivo na instituição prisional para realizar as entrevistas, representaram motivo de frustração e por vezes de medo, diante das (im)possibilidades; além disso, a pandemia ocasionada pelo novo coronavírus, que trouxe consigo muitas mudanças – inclusive a paralisação das atividades por um longo período – alterou o planejamento inicial do projeto, fazendo com que mudanças importantes acontecessem.

Interseccionar o marcador de gênero com a questão da saúde mental e reconhecer as implicações disso no universo prisional foi uma experiência que me possibilitou conhecer uma realidade que provavelmente em outras circunstâncias eu não teria acesso. Cada acontecimento, cada entrevista, contribuiu para o enriquecimento e expansão dos horizontes na minha prática profissional, de maneira definitiva.

O programa de pós graduação em que está inserida a presente pesquisa trata das interlocuções da Psicologia da Saúde com os diversos campos de sua atuação. Por se tratar de um mestrado profissional, sua estrutura prevê, além do desenvolvimento da pesquisa científica, o retorno à comunidade sob a forma de um produto – neste caso, um produto de intervenção, elaborado em conjunto com as mulheres que, na condição de participantes da pesquisa, possibilitaram a realização desse trabalho e a construção de seu produto. Ele será apresentado ao final – mas antes, vejamos como este escrito está organizado.

Este trabalho de conclusão do mestrado se estrutura em três diferentes artigos, interconectados, mas que mantêm autonomia argumentativa. O primeiro deles, de caráter teórico, versa sobre o processo de surgimento da prisão e a modificação de sua função na sociedade ao longo do tempo, e visa indicar a dimensão histórico-política desse aparato na organização social.

Ao longo do artigo é discutido o movimento de estruturação das prisões, desde suas primeiras funções nos séculos XVI a XVIII, até a modificação dos paradigmas de sociedade que a Idade Moderna trouxe consigo – o que, por sua vez, impactou diretamente na reordenação das funções da prisão.

Em seguida, são discutidos os mecanismos pelos quais a prisão passou a ter um fim em si mesma e como as mudanças sociais contribuíram para seu fortalecimento enquanto ferramenta de gestão das iniquidades sociais e mecanismo de controle dos desfavorecidos na sociedade. Por fim, o artigo problematiza o retorno do Estado penal e sua utilidade no fortalecimento da pauta econômica neoliberal ao redor do mundo, com especial atenção para os efeitos dessa implantação no contexto brasileiro que, por si só, já apresenta assimetrias sociais bastante complexas e problemáticas.

No segundo artigo, também de caráter teórico, é apresentado o “estado da arte” das discussões sobre a saúde mental de mulheres encarceradas, por meio de uma revisão sistemática de literatura que contempla as produções brasileiras dos últimos cinco anos (2017-2022) sobre os vínculos afetivos e seus efeitos sobre a saúde mental de mulheres encarceradas.

A partir do levantamento realizado, foi possível pontuar a necessidade de mais pesquisas direcionadas a esse escopo pois ainda é reduzido o número de produções acadêmicas que trabalham essa interface. Existem diversas produções sobre saúde mental nas prisões e sobre o público feminino encarcerado; contudo, ao investigar a articulação entre esses temas e a problemática dos vínculos afetivos, observamos um número restrito de produções.

Isso aponta não apenas para as lacunas existentes a esse respeito, mas também para a maneira como estão orientados os estudos acerca da saúde da população prisional, em uma perspectiva eminentemente biomédica. No geral, as demandas de saúde desse público são construídas na direção de intervenções epidemiológicas, sendo que outros aspectos igualmente importantes devem ser considerados na composição das análises sobre esse público: as questões de saúde mental e suas articulações com as manifestações sintomáticas, bem como a fragilização dos vínculos afetivos que as mulheres privadas de liberdade experienciam não só pelo evento do cárcere, mas também pelos entraves burocráticos e institucionais que dificultam a manutenção desses vínculos.

No terceiro e último artigo, de caráter empírico, é apresentada a análise de dados referente às entrevistas realizadas com as participantes da pesquisa, cuja estrutura continha perguntas

relacionadas à vivência no cárcere, os vínculos que elas consideravam significativos, entre outros aspectos relacionados à saúde mental das mulheres privadas de liberdade.

O terceiro artigo se estrutura em duas partes: a primeira se refere ao referencial teórico que embasa a discussão posterior, articulando o recorte feminino da população prisional com os demais marcadores de identidade que compõem as subjetividades das mulheres encarceradas: gênero, raça, classe.

Nesse artigo são pontuadas também as discussões sobre o encarceramento em massa realizado no Brasil e suas funções, bem como a problemática da intersecção entre os marcadores referidos. É apresentada a perspectiva da interseccionalidade como ferramenta de análise das opressões a que estão sujeitas as mulheres encarceradas – que em sua maioria também são mulheres negras e pobres – e como a interseccionalidade representa uma possibilidade de mudança na orientação dos discursos, a partir de uma leitura que considera não a sobreposição de opressões, mas suas articulações e como isso afeta as mulheres negras de maneira geral e as mulheres privadas de liberdade de maneira mais específica.

Nas considerações finais, são retomadas algumas das questões discutidas ao longo do trabalho, bem como é apresentado o produto de intervenção derivado da pesquisa realizada, intitulado “Isso é (sobre)vivência: orientações de acolhimento às mulheres encarceradas”. Trata-se de um documento, feito pelas participantes da pesquisa, acerca de suas vivências no cárcere, contendo produções autorais e algumas estratégias de preservação da saúde dentro da prisão, considerando que, no ambiente em questão, falar em produção de cuidado é praticamente inviável; pontuar estratégias para diminuição do sofrimento, porém, é uma alternativa tangível.

As referências bibliográficas aparecem ao fim, compilando todos os materiais utilizados nos artigos, de modo a evitar a repetição de referências comuns utilizadas nos diferentes artigos. Na seção referente aos anexos, encontram-se: os comprovantes de submissão dos artigos apresentados no corpo da dissertação; o parecer de autorização para realização da pesquisa, emitido pelo Comitê de Ética em Pesquisa da universidade; o roteiro da entrevista semi-estruturada; algumas fotos do ambiente em que ocorreram as entrevistas; as produções autorais das participantes da pesquisa. Por fim, no anexo A encontra-se o produto “Isso é (sobre)vivência: orientações de acolhimento às mulheres encarceradas”.

ARTIGO I

O SURGIMENTO DAS PRISÕES: DO CONTEXTO HISTÓRICO À FUNÇÃO SOCIAL¹

RESUMO

O presente trabalho delinea o percurso histórico de surgimento das prisões com base no pensamento do filósofo Michel Foucault. Em seguida discute a manutenção de instituições prisionais na sociedade moderna e seus desdobramentos, utilizando-se das ideias de Loïc Wacquant, a fim de compreender os mecanismos ideológicos que mantêm essa instituição não apenas em funcionamento, mas em constante destaque social. Conclui-se que a ascensão do projeto capitalista neoliberal impulsionou o retorno do Estado penal como forma de gestão das iniquidades e (re)produtor das assimetrias sociais, mantendo a prisão como peça chave do aparato penal que contribui para a manutenção da ideologia vigente e intensifica a insegurança social, gerada pela constante desintegração do mercado de trabalho e pela retirada sistemática de direitos sociais.

Palavras chave: Prisões; Sistema carcerário; Estado; Neoliberalismo; Propriedade privada

1 INTRODUÇÃO

No presente artigo, pretende-se discorrer sobre o processo de surgimento da prisão e a modificação de sua função na sociedade ao longo do tempo a fim de indicar a dimensão histórico-política desse aparato na organização social. Para tanto, é necessário compreender como a questão da segurança pública tornou-se uma grande preocupação na sociedade moderna.

Com a vertiginosa difusão da ideologia burguesa pelo mundo após as revoluções do século XVI, os paradigmas que constituíam as maneiras de ser e de pensar o ser humano sofreram mudanças estruturais, responsáveis por reorganizar a maneira como se percebe o sujeito, em nível individual e no convívio social.

A própria noção de sujeito é um advento da modernidade, pois até então o privilégio da individualidade não existia. O surgimento desse conceito possibilitou o despontar de diversos campos de saber que se propunham a produzir conhecimento sobre o ser humano, objeto e produto de si mesmo (Foucault, 1999). Os saberes médicos, psiquiátricos e jurídicos encontraram no

¹ Uma versão desse artigo foi submetida à revista Cadernos CRH, conforme consta no Anexo 2.

conceito da individualidade as possibilidades de construção de suas lógicas que, posteriormente, encontrariam esteio na função de analisar e, por consequência, controlar os comportamentos humanos.

Outros saberes, como a filosofia e a sociologia, desenvolveram análises sobre os comportamentos humanos na perspectiva relacional, isto é, nas trocas entre os sujeitos, que podem ser de diferentes naturezas. Destacaremos as relações de natureza econômica, as quais derivam da práxis dos indivíduos: o que é produzido por eles também os produzem enquanto sujeitos (Marx, 1867/1983) por sua relevância na organização social. As relações sociais, por sua vez, trazem as marcas das relações econômicas, e nesse sentido, diferenciam-se os indivíduos a partir da classe econômica em que se encontram. Como consequência, facilitam ou não o acesso a ferramentas e bens de consumo, e a lugares de estima e prestígio social, valorizados de acordo com as tendências gerais da cultura circulante.

Embora as tendências gerais da cultura sofram mudanças constantemente, influenciadas sobretudo pela veiculação midiática de determinado padrão, um fator comum encontra-se na noção de propriedade privada, responsável por orientar as ações na sociedade capitalista, desde a designação dos privilégios mencionados anteriormente, até a criação das leis socialmente convencionadas, bem como a definição e execução das punições para aqueles indivíduos que rompem o pacto social (Engels, 1884/1984; Rousseau *apud* Vilalba, 2013; Andrade, 2018).

A noção de pacto social é o que norteia as ações dos sujeitos dentro do consenso geral. Considerando que as pessoas tem interesses diferentes e, portanto, poderiam manifestá-los de diferentes maneiras a depender das condições que possuem, convencionou-se um acordo que pressupõe o respeito daqueles que dele fazem parte, a fim de tornar possível o convívio em sociedade (Vilalba, 2013). Desse modo, surgem determinações compartilhadas: trocas comerciais são permitidas, mas tomar para si o que é do outro não é permitido, por exemplo. Nesse contexto, claramente existem assimetrias, pois existem diferentes condições de vida e de acesso aos bens materiais. Cabe destacar que as assimetrias sociais sempre existiram, mesmo antes da passagem do feudalismo para o sistema capitalista, mas ganham maior visibilidade no sistema econômico atual.

Tomando o capitalismo como ponto de partida dessa análise, observa-se não apenas maior visibilidade, mas o surgimento de novas formas de gestão das assimetrias sociais. Construiu-se um aparato responsável por concretizar as determinações da classe dominante no tocante à manutenção da lei e da ordem, de modo que diversos sistemas de punição foram pensados como consequência

do rompimento do pacto social: o apelo à infâmia e o constrangimento público; o regime de talião; a escravização em benefício da sociedade e a prisão (Foucault, 1997).

Entre os séculos XVI e XVIII, a prisão era uma forma de punição entendida como a supressão temporária da liberdade do indivíduo em um espaço físico, geralmente afastado dos locais de convivência comum, como forma de contenção e afastamento do laço social, até que fosse decidida sua sentença.

Atualmente, de modo distinto, a prisão funciona como instituição – com um modo de organização próprio – na qual os sujeitos ficam confinados, privados de liberdade em regime e tempo, os quais são definidos em sentença judicial, como forma de punição pela prática ilícita que se considera terem cometido.

O que determinou a modificação na utilização desse mecanismo foi justamente a mudança no sistema judiciário e seu ajustamento ao objetivo de vigiar e controlar os corpos por meio de técnicas e saberes – o que ocorreu justamente no período de transição do método do inquérito ao método do exame (Foucault, 1997) para a produção de conhecimento acerca daquele que estava sob julgamento e seria posteriormente sentenciado.

Torna-se relevante explicitar que inquérito é uma técnica jurídica amplamente utilizada no Direito Penal, através da qual busca-se apurar a veracidade dos fatos que compõem uma acusação (Morais, 2019). Largamente utilizado para a produção de saber sobre os indivíduos desde o desenvolvimento do método científico, com a reforma do Direito e dos códigos ocorrida na Europa nos séculos XVIII e XIX, passou a ser aplicado também aos contextos de controle dos indivíduos.

Posteriormente, houve a substituição do inquérito pelo método do exame para maior vigilância e controle dos corpos. O exame “refere-se a um conjunto de técnicas que possibilitam um conhecimento detalhado de cada um, do mesmo modo que a aplicação do poder da norma permite a comparação e classificação entre indivíduos tomados coletivamente” (Filho, 2012, p. 109). Esse procedimento encontrou espaço para seu fortalecimento com o crescimento das práticas de reclusão e observação, desenvolvimento do aparelho policial e vigilância das populações (Foucault, 1997).

Correlacionado à mudança das técnicas, tem-se a centralização do Estado e o desenvolvimento de uma série de instituições parapenais² ou não penais que servem de auxílio para

² Instituições parapenais, assim denominadas por Foucault (1997), são aquelas que compõem a sociedade e produzem as normas morais e de comportamento através das quais os costumes são condicionados e os corpos vigiados e

o funcionamento das sociedades disciplinares: a igreja, a escola, a família, dentre outras. Entre os saberes asilares para a execução do poder disciplinar está a teoria penal, que encontrou na prática de reclusão um meio pelo qual efetivar-se.

Apesar de servir para o propósito, a prática de reclusão se originou fora da teoria penal, em práticas parapenais do século XVIII. Como afirma Foucault (1997, p. 36), a reclusão estava “nas mãos do poder político”, tendo surgido, num primeiro momento como demanda da sociedade (de pais controladores, figuras de autoridade que se sentiam incomodadas pela desordem) e, depois, como exemplo de eficácia do aparelho do poder, que designava as ordens de reclusão. Nesse contexto, a reclusão incidia sobre três questões importantes: a distribuição espacial dos corpos; a conduta dos indivíduos; e como ampliação e capilarização do controle.

A fim de compreender a função da reclusão, é importante pontuar os acontecimentos históricos e sociais que estão relacionados à essa transição paradigmática: a sociedade passava por um momento crucial de mudança com o advento da Revolução Industrial, sobretudo a sociedade europeia que via o crescimento das fábricas, a valorização da propriedade privada e o estabelecimento de um modelo de sujeito a ser seguido, pautado principalmente nas questões econômicas: o operário deveria estar melhor ajustado, cumprir o regime de trabalho sem questionar, produzir riquezas que pudessem ser comercializadas e gerar lucro para os detentores dos meios de produção.

Concomitantemente, os demais discursos – da igreja, da família – fizeram com que essa ideologia ganhasse cada vez mais substância. Conforme Foucault (1997, p. 41): “A história da penalidade, no começo do século XIX, não diz respeito essencialmente a uma história das ideias morais; é um capítulo da história do corpo”. Posteriormente, o autor afirma que para melhor compreender o engendramento da prisão como mecanismo útil na sociedade que a criou, deve-se compreender uma física do poder, isto é, a relação do poder com os corpos, como ela se materializa a partir de uma nova ótica (a vigilância constante), uma nova mecânica (disposição, isolamento e agrupamento dos corpos), uma nova fisiologia (definição das normas para delimitação do que se considera infração a elas).

Nos tópicos seguintes, serão melhor delineados o contexto em que surgiram as prisões enquanto instituições com um fim em si mesmas, bem como seus efeitos em outras esferas da sociedade, e qual a lógica que sustenta seu funcionamento. As prisões passam a se constituir como

controlados. Alguns exemplos são a religião, a educação formal das escolas e a moralidade da família.

mecanismo integrante da linha de frente das políticas dos países ao redor do mundo e a desempenhar papel fundamental na manutenção do sistema econômico atual e no desenvolvimento e aplicação de um projeto muito específico delineado dentro do sistema capitalista – o projeto neoliberal.

2 CONTEXTUALIZANDO O SURGIMENTO DAS PRISÕES

Existe uma certa imagem socialmente construída quando se pensa em prisões, qual seja: o espaço físico no qual ficam encarceradas as pessoas que cometeram alguma infração, cercado por muros altos e profissionais de segurança que mantêm a vigilância constante sobre os presos, esses últimos abrigados em celas minúsculas, em condições precárias de higiene e com bastante tempo ocioso. Entretanto, a prisão nem sempre foi esse dispositivo tal qual se concebe hoje. Desde seu surgimento, esse mecanismo passou por mudanças importantes, orientadas pela transformação social e econômica que fez com que sua função se ajustasse às demandas de cada período.

Durante o século XVII, as prisões foram entendidas como: prisão-fiança (quando alguém deveria pagar uma dívida) ou prisão-substituto (quando alguém cometia uma falta que deveria ser paga com o exílio desse indivíduo em lugares específicos) (Foucault, 1997). Entretanto, transformações no direito criminal produziram efeitos sobre a determinação do uso das prisões enquanto recurso. Com a expansão da ideologia burguesa e o posterior advento da Revolução Industrial, os paradigmas econômicos mudaram e, conseqüentemente, os paradigmas sociais. Com isso, criou-se uma certa moralidade nos costumes responsável por fortalecer a ideia da prisão como ferramenta mais adequada às situações de infração à lei. Anteriormente, castigos corporais, exposição pública e morte eram instrumentos comuns para a punição de indivíduos considerados criminosos.

Na passagem dos séculos XVII e XVIII essa nova legislação definiu o poder de punição por meio de reclusão como uma função geral da sociedade, exercida da mesma forma sobre todos os membros. A noção de que a prisão faria parte da sociedade, naturalmente vista como um “mal necessário”, passou a ser cada vez mais difundida tornando-se uma obviedade; isto é, não se consegue conceber a sociedade moderna afastada da ideia da prisão como mecanismo de punição mais adequado para todos, já que a suposta igualdade entre os indivíduos – teoricamente estabelecida – é um dos pilares dessa sociedade.

Apesar de se mostrar eficaz para as demandas sociais do momento, surgiram críticas acerca

do estabelecimento da prisão como opção principal de punição. Argumentava-se que, no contexto prisional, os sujeitos poderiam desenvolver solidariedade pelo fator comum de serem considerados infratores, de modo a representar um perigo para a mesma sociedade que os segregou; além disso, alegava-se que o poder judiciário ficaria sem conhecimento do que acontece no interior desses espaços, já que se ocupava de outras questões referentes à legislação.

Assim, foram pensadas soluções aos problemas apontados: 1 – oferecer outra alternativa à prisão que mantivesse os efeitos positivos e suprimisse os negativos: o que se materializou tendo como modelo o sistema de transporte e deportação de mercadorias e pessoas, em funcionamento com as grandes navegações; 2 – reformar o sistema interno da prisão de modo a interromper o fortalecimento das supostas alianças entre os encarcerados, a partir das seguintes ações: a) isolamento total ou parcial dos detentos; b) moralização dos condenados através da religião e dos trabalhos; c) desenvolvimento de dispositivos de apoio à instituição penal para prevenção, recuperação e controle; e d) atribuição de estatuto antropológico à instituição, de modo a engendrá-la no corpo social (Foucault, 1997). Para essa última, os saberes da psiquiatria, psicopatologia, psicanálise e sociologia contribuíram de maneira crucial, produzindo o discurso que endossa a imagem do delinquente, público-alvo das prisões.

A delinquência tornou-se uma noção central em todo o desenvolvimento posterior tanto da função que se atribuiu à prisão, quanto da imagem que se construiu sobre ela, contribuindo decisivamente para o processo de naturalização da prisão no meio social, pois é ela que esteia a expansão dos mecanismos de vigilância e controle social. O delinquente é a figura por excelência do sujeito que, mais do que infringir a lei, guarda em seu histórico de vida as justificativas para a prática da ilegalidade pela qual está sendo condenado à prisão.

“O delinquente se distingue também do infrator pelo fato de não somente ser o autor de seu ato (...), mas também de estar amarrado a seu delito por um feixe de fios complexos (instintos, pulsões, tendências, temperamento)” (Foucault, 1987, p. 361). Num primeiro momento, ser infrator não é ser delinquente. Pode-se infringir a lei de diversas formas; o que muda nesse espectro é a compreensão, pela instituição penal, da conduta primeiramente vista como irregular, para uma conduta posteriormente entendida como constante em sua ilegalidade.

Com a despersonalização do ato infracional, isto é, o não direcionamento da punição à pessoa específica, tem-se a generalização da figura do delinquente. Essa foi uma virada fundamental no estabelecimento da prisão como uma constante antropológica, isto é, como se ela

fosse parte inerente do processo de mudança da sociedade e dos sujeitos, pois passou-se a difundir que o criminoso era inimigo, antes de tudo, da sociedade. A sociedade, por sua vez, passa a ser entendida como entidade a ser protegida, o que leva à função da aparente segregação entre os delinquentes e os cidadãos que respeitam as leis. Constrói-se uma dicotomia sustentada na reificação desse discurso, quando na verdade a sociedade que se propõe proteger é a mesma que produz os chamados delinquentes. “Ao romper o pacto social, passa a constituir-se nela [o criminoso] como um inimigo interno” (Foucault, 1997, p. 33).

Apesar das críticas expostas, cabe considerar que existia e existe uma certa inabilidade da sociedade para pensar outras soluções para a questão tão cara da segurança pública, o que levou a considerar a prisão como única alternativa. Os efeitos úteis da prisão foram mantidos por sua eficácia: a privação de liberdade do sujeito encarcerado – o que é bastante relevante, considerando que a liberdade é um conceito igualmente caro à sociedade moderna; a “garantia” de punição adequada, determinada de acordo com a gravidade do crime em relação de equivalência – quanto mais grave, mais tempo em reclusão, o que satisfaz a moral burguesa de justiça e igualdade e agrega valor ao tempo, utilizado como medida nas relações sociais modernas; e a supressão do direito do condenado de contar, medir e dividir o tempo, já que, uma vez recluso, perde a noção dele como o conhecemos no cotidiano – o que serve quase como concretização da ideia de que o infrator, ao cometer um crime, lesou não apenas um indivíduo, mas a sociedade inteira.

Com isso, a prisão conseguiu se estabelecer de maneira cada vez mais sólida nos circuitos que compõem o corpo social. As críticas a ela direcionadas tiveram repercussão em alguns aspectos da teoria penal, como na discussão do objetivo da prisão, por exemplo, e a maneira como ela estava estruturada até então, mas não a retirou do lugar central que ocupa na ordenação da segurança pública.

A prisão teve como objetivo principal a modificação do comportamento dos indivíduos infratores a partir de alguns princípios, que orientavam o funcionamento das instituições (Foucault, 1987): o princípio da correção do comportamento, para evitar a reincidência no crime; o princípio da classificação, para nortear como ocorreria o agrupamento das pessoas de acordo com critérios como gravidade do crime, diferenças físicas e morais; o princípio da modulação das penas, considerando sua atenuação se o condenado apresentasse resultados de transformação da conduta inicial; o princípio do trabalho como obrigação e como direito, responsável por docilizar os corpos de modo a conformá-los em uma regularidade útil – o infrator antes violento, preguiçoso,

desorganizado, passaria a perceber os efeitos positivos da mecânica laboral, estabelecendo rotina, obedecendo as regras, distante da agitação e da distração.

Observa-se ainda o princípio da educação penitenciária com vistas à regeneração do condenado; o princípio do controle técnico da detenção, segundo o qual a instituição prisional deveria ser administrada por pessoas competentes para tanto; e o princípio das instituições anexas, através das quais seriam dadas oportunidades de “reinserção” do criminoso ao convívio comum entre aqueles que seguiam respeitando o pacto social.

Porém, esses princípios não transpunham a dimensão teórica, por assim dizer. Observando a dimensão prática – a maneira como a prisão se efetivava no cotidiano e as condições dadas aos detentos –, o que se depreende é um fracasso da prisão como dispositivo de correção dos comportamentos e dos sujeitos, pois os indicativos descritos por Foucault (1987) apontam exatamente para tudo aquilo que se pretendia suprimir:

As prisões não diminuem a taxa de criminalidade: pode-se aumentá-las, multiplicá-las ou transformá-las, a quantidade de crimes e de criminosos parece estável, ou ainda pior, aumenta; (...) a detenção provoca a reincidência (...); a prisão fabrica delinquentes impondo aos detentos limitações violentas; ela se destina a aplicar as leis, e a ensinar o respeito por elas; ora, todo o seu funcionamento se desenrola no sentido do abuso de poder (p. 378-379)

Mesmo com todo o percurso de fortalecimento da prisão e aumento das conexões com outras instituições, o espaço prisional ainda não era, entre os séculos XVIII e XIX, um elemento endógeno ao sistema penal. Seu uso atual, enquanto um dos tentáculos do Estado, vem dos mecanismos característicos do chamado poder disciplinar (Foucault, 1979), forma de controle dos corpos com vistas a “adestrá-los”, domesticá-los.

A inserção da prisão no sistema penal, mesmo sendo uma instituição sabidamente “fracassada”, não foi rejeitada por muitas razões, entre elas a de que “ao fabricar a delinquência, [a prisão] deu à justiça criminal um campo unitário de objetos, autenticado por ‘ciências’ e que assim lhe permitiu funcionar num horizonte geral de ‘verdade’” (Foucault, 1987, p. 365). Isso é o que lhe permitiu engendrar-se no corpo social e nele criar raízes profundas, de tal modo que o “fracasso” da prisão é precisamente o que lhe fortalece, já que é vista como remédio para si mesma.

Visto que o suposto objetivo de reformar os indivíduos não foi alcançado, por que a prisão continuou sendo tão amplamente utilizada e sua ideologia difundida não só no sistema penal, mas no sistema de funcionamento social como um todo? O aparente fracasso das prisões seria um

motivo relevante o suficiente para o desenvolvimento de outra(s) alternativa(s) para a questão da segurança pública. Entretanto, esse aparente insucesso tem uma função: as penalidades não servem pra suprimir a criminalidade; elas servem para gerenciar a criminalidade, e utilizá-la conforme a conveniência social, como discutiremos na próxima seção.

3 A LÓGICA DE FUNCIONAMENTO DAS INSTITUIÇÕES PRISIONAIS

3.1 Como a prisão se tornou mecanismo de gestão das iniquidades

A prisão é uma instituição que nasce no bojo de uma sociedade em ascensão econômica, pautada em valores morais e éticos ligados diretamente à valorização do trabalho e consequente produção de riquezas. Foucault (1987) discute as críticas e evidências do fracasso da instituição prisional na missão de reeducar os indivíduos para que, uma vez tendo passado pela prisão, não voltassem ao estágio inicial em seu “retorno” à sociedade. Porém, chama atenção o movimento de reforma da prisão, que não começou pelo atestado de seu fracasso, mas acompanhou a criação desse aparelho.

Em outras palavras: a prisão atende ao propósito de manutenção da segurança pública e punição última das infrações à lei, mas a maneira como ela funciona – afastando o indivíduo do convívio social, em um espaço físico que conforma os corpos de modo a isolá-los de si mesmos, com a promessa de correção da conduta através do exercício laboral – ainda não é a melhor por conta do “problema de consciência” da burguesia: se construímos uma sociedade livre, igualitária e fraterna, não se pode tratar “um dos nossos” dessa maneira; há que se humanizar a punição. Ao mesmo tempo, para que seja eficaz, a prisão deve ser uma “instituição completa e austera” (Baltard *apud* Foucault, 1987, p. 339), responsável por disciplinar todos os aspectos do sujeito.

Foi preciso pensar uma reforma dessa instituição para que fosse possível seu ajustamento às novas demandas, quais sejam: a vigilância e o controle dos corpos, a adequação dos operários ao regime de trabalho cada vez mais exploratório, e a necessidade de gerir as crises advindas da insatisfação das camadas populares contra o regime vigente. Como a prisão, embora resistente às críticas, não era autossuficiente, essa reforma deveria se expandir para funcionar plenamente; era preciso, portanto, estender a reforma ao nível intelectual, ajustando as noções de criminalidade e ilegalidade circulantes entre as pessoas, sobretudo em atendimento ao jogo de interesses políticos.

Nesse sentido, atribuiu-se uma dimensão política às chamadas ilegalidades populares (os

enfrentamentos às figuras abusivas de poder da época, por exemplo, ou os pequenos furtos por pessoas que passavam fome), articulando-as às lutas sociais, como forma de enfraquecer ambas. Além disso, estabeleceu-se uma comunicação entre os diferentes níveis e formas de infração, desde as pequenas pilhagens até as agitações operárias.

Desse modo, a criminalidade começou a ser direcionada para uma classe social muito específica: os mais pobres. “Os criminosos, que antigamente eram encontrados em todas as classes sociais, saem agora ‘quase todos da última fileira da ordem social’ (...); ‘nove décimos de matadores, de assassinos, de ladrões e de covardes procedem do que chamamos a base social’” (Foucault, 1987, p. 391). Começa a existir então uma oposição, bastante útil para as classes dominantes, entre a legalidade e a ilegalidade, marcada pela jurisprudência que delimita o que está de acordo com a lei e o que não está. Por sua vez, essa oposição endossa outra distinção, também estratégica: ilegalidade e delinquência.

A delinquência se apresenta como uma das formas de ilegalidade, prevista pela lógica burguesa. Porém, a delinquência pode ser delimitada, organizada, modelada e investida de um papel muito importante: servir como instrumento de gestão da pobreza. Já que não se pode eliminar a pobreza – pois é justamente o que sustenta as desigualdades sociais e permite ao abastado o acúmulo de riquezas –, deve-se então gerir os efeitos colaterais da insegurança social decorrente da pobreza. Pensar que a infração à lei é um mero efeito da diferenciação “dentro da lei” e “fora da lei” é, segundo Foucault (1987), uma ingenuidade, visto que os delinquentes nunca estiveram fora da lei; eles são exatamente um de seus produtos mais importantes.

Além disso, a delinquência pode ser investida de outras funções também valiosas: a) enquanto “um agente para a ilegalidade dos grupos dominantes” (Foucault, 1987, p. 396) – para exemplificar há a questão do tráfico de drogas: menos de dez gramas de substância nas mãos de uma pessoa preta e pobre é suficiente para sua detenção e submissão a todas as formas de violência policial, já o transporte de kilos de substâncias por pessoas abastadas não são necessariamente um problema para o sistema judiciário; e b) enquanto observatório político, pois através da vigilância da delinquência, pode-se vigiar todo o campo social, o tempo inteiro, sobretudo através da polícia.

A prisão se coloca, novamente, como peça chave para o funcionamento dessa engrenagem. Com todos os estigmas que cria e as dificuldades na vida após a reclusão, mantém-se as possibilidades de imposição de limites aos quais os detentos estavam submetidos, sob outras formas: pelo constrangimento, pelo descrédito, pela invisibilização da pessoa que passou pelo

cárcere. Ou seja, “prisão e polícia formam um dispositivo geminado” (Foucault, 1987, p. 399), manejando a delinquência específica de maneira a torná-la, ao mesmo tempo, efeito e engrenagem do sistema, bem como seu instrumento. Assim, polícia-prisão-delinquência formam um circuito de apoio uns sobre os outros que nunca é interrompido. Esse circuito embasa o argumento de sustentação não só do sistema penal, mas de uma ramificação sua muito importante: o sistema carcerário.

Neste ponto, faz-se relevante compreender o seguinte: encarceramento é diferente de prisão. O primeiro constitui-se como o movimento de reclusão do sujeito, de evitação das possibilidades de usufruir dos direitos civis estabelecidos no pacto social, já que este rompeu com o pacto ao infringir a lei. A prisão é o espaço em que o encarceramento encontra vazão para materializar-se, pois nela os sujeitos passam por diversas situações que reafirmam o poder do Estado sobre seus corpos e sobre suas vidas.

Outra diferenciação importante diz respeito às estruturas que subsidiam o encarceramento antes e depois da ascensão da sociedade moderna. No primeiro momento, o encarceramento era uma técnica empregada de maneira arbitrária e mal integrada: compunha a gama de ferramentas do sistema penal, mas não necessariamente eram consideradas as questões ideológicas que lhe serviam de base; posteriormente, porém, ficou evidente a racionalidade que sustentava essa técnica; houve um refinamento, e essa técnica foi se expandindo a partir da ampliação de sua rede, cada vez mais sutil e mais difusa.

O sistema carcerário funciona em continuidade com os mecanismos de vigilância pelas instâncias sociais e de contenção pela prisão. Isso significa que as instituições parapenais que amparam a lógica carcerária diluem seus efeitos aparentemente mais severos no comportamento diário de todos em relação a todos: a vigilância não vem mais só da polícia ou do Estado; vem também do vizinho, das câmeras de segurança de lojas e condomínios. As penas relativas a cada falta são colocadas em série, sejam elas graves ou leves, mas sempre juntas. A generalização dessas penas faz supor que não é a infração em si o problema, mas o desvio e a anomalia; qualquer que seja o delito, se é um desvio da norma, é passível de punição.

O jogo de forças que delimita o que é considerado um desvio ancora-se numa perspectiva dicotômica que gera uma visão maniqueísta dos sujeitos: os delinquentes são ruins, os “não delinquentes” são bons. Essa dicotomia advém de um processo histórico que influenciou diretamente a maneira como esse jogo de forças se estabelece. Ao longo do tempo, houve na

sociedade a substituição das relações pautadas na guerra pelas relações sustentadas pela centralização dos Estados, cercados de aparatos militares. As antigas expedições, guerrilhas e conflitos armados deram lugar à diplomacia das leis – que, na verdade, funcionam sob o motor secreto da guerra (Foucault, 1987).

O estabelecimento da dicotomia entre certo e errado, dentro e fora da lei, é precisamente o que sustenta a ideologia vigente, que dita a maneira como os sujeitos devem se comportar. “Sob os esquecimentos, as ilusões ou as mentiras que nos fazem crer nas necessidades de natureza ou nas exigências funcionais da ordem, é preciso encontrar a guerra: ela é a cifra da paz. Ela divide o corpo social inteira e permanentemente; ela situa cada um de nós num campo ou no outro” (Foucault, 1987, p. 73). É precisamente na dissimetria que circulam as ações que a sociedade elogia e alimenta, tanto no nível social quanto no nível individual. Os posicionamentos, as perspectivas, as ações das instituições demonstram perfeitamente a leitura proposta por Foucault: vide a guerra às drogas exercida pelo Estado.

O discurso punitivo amplamente divulgado é feito de forma a ter estatuto de verdade, de modo que qualquer coisa que divirja dessa interpretação é automaticamente invalidada. “Trata-se de fazer valer uma verdade que funcione como uma arma” (Foucault, 1987, p. 74). Dessa maneira, os questionamentos que porventura aparecem são brutalmente abafados pela violência policial ou manipulados, de modo a convergirem para as explicações mais difíceis e confusas – o que, por sua vez, também estabelece outra dicotomia: a lei é sinônimo de racionalidade e harmonia, a violência é sinônimo de retrocesso e selvageria. A permanência da guerra na sociedade é essencialmente histórico-política e se ancora ao mesmo tempo na crítica e repressão ao que lhe é contrário e na mistificação do que lhe é bem-vindo.

O fortalecimento dessas dualidades é também uma maneira pela qual se endossa o sistema carcerário como única possibilidade para lidar com o aumento da criminalidade e demais consequências da fragmentação dos recursos providos pelas políticas públicas às camadas mais vulneráveis da sociedade.

Com a nutrição de uma ideologia capitalista neoliberal que advoga pela meritocracia e responsabilização individual dos sujeitos, as elites políticas encontraram no reforço do sistema penal um meio de reafirmação do poder do Estado e, ao mesmo tempo, uma possibilidade de controle das reações das classes despossuídas. Observa-se, como consequência, um retorno feroz do Estado penal, em substituição ao Estado provedor de bem-estar social, no qual o encarceramento

coloca-se como resposta ao aumento da insegurança social (Wacquant, 2012).

3.2 O retorno do Estado penal e a hipertrofia do sistema carcerário

Quando se analisa a conjuntura socioeconômica na qual os países estão inseridos atualmente, verifica-se um sistema penal e carcerário cada vez mais implacável e direcionado para uma parcela específica da população: os mais pobres. Antes de debruçar-se sobre esse contexto, porém, é importante compreender quais processos de mudança do sistema econômico ocorreram para que se estabelecessem as condições que estruturam os Estados como conhecemos hoje.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o mundo assistiu a grandes mudanças nas relações internacionais entre os países e a criação de marcos legais que se pretendiam abrangentes de todos os grupos, localidades e características, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Nesse documento, residiam concepções orientadas para o amparo às populações pelas políticas de estado e as ideias que serviriam de base para a criação do Estado de bem-estar social, o *Welfare State* (Merrien, 2018).

Na lógica do estado de bem-estar social, o Estado é entendido como “um investidor econômico, além de regulador da economia e que, especialmente, procura conciliar crescimento econômico com legitimidade da ordem social” (Felisberto, 2019, p. 13-14). O estado de bem-estar social encontrou bases para seu desenvolvimento no contexto de reestruturação econômica pós-guerra e nas formulações teóricas do economista John Maynard Keynes, que estabeleceu a doutrina econômica conhecida como keynesianismo. Segundo essa corrente de pensamento, o consumo deveria ser estimulado através dos investimentos do Estado em políticas públicas fiscais e de distribuição de renda (Faria, 2018), de modo a amparar as classes menos favorecidas, ao mesmo tempo que regulava o mercado, contemplando as classes abastadas.

Entretanto, com a ascensão econômica de potências como os Estados Unidos, Inglaterra e França, novas tendências capitalistas surgiram e a competitividade entre os países aumentou, o que começou a minar as estruturas do *Welfare State*, agora visto como sinônimo de déficit no orçamento e risco de inflação. Além disso, com a intensificação do processo de globalização e o crescimento das disparidades econômicas, o modelo ruiu e deu lugar à vertente neoliberal, que defende o Estado mínimo e a ampliação da concorrência do livre mercado (Delgado e Porto, 2019).

Ao direcionar a análise para o campo das medidas penais nesse contexto, percebe-se o frenético reforço do sistema penal como possibilidade de ratificação do poder do Estado e como

medida de contenção dos grupos problemáticos com os quais os governos tinham que se haver: delinquentes, infratores, transgressores. O bem-estar social era renovado como trabalho social e a prisão não mais se propunha a “reabilitar” os indivíduos; agora, o trabalho social e o cárcere trabalhavam juntos para “invisibilizar populações problemáticas, obrigando-as a sair das listas de ajuda pública, por um lado, e mantendo-as atrás das grades, por outro; e no longo prazo, empurrando-as para os setores periféricos do florescente mercado secundário” (Wacquant, 2012, p. 14).

A maneira como são geridas as questões econômicas no sistema neoliberal produz um aprofundamento das desigualdades sociais. Estas, por sua vez, fazem surgir uma ansiedade social advinda da insegurança e da dificuldade de acesso a itens básicos por parte não só das parcelas que dependem dos auxílios governamentais, mas também daqueles que se veem inseridos no mercado de trabalho, porém ainda assim sentem que não estão “saindo do lugar”. “Eu trabalho tanto e não tenho dinheiro”, ouve-se com frequência das pessoas nos diversos espaços. Essa é uma fala que ilustra exatamente o movimento de desintegração sistemática do trabalho assalariado e retirada de direitos sociais, que se convertem em “um rancor popular contra os beneficiários do bem-estar social e os criminosos de rua (...) que sabotam a ordem social (...) devendo, portanto, ser colocados sob uma tutela severa” (Wacquant, 2012, p. 20).

A insegurança social é cada vez mais normalizada e as práticas de contenção punitiva cada vez mais naturalizadas. Segundo Wacquant (2012), o endurecimento das medidas penais é uma resposta ao crescimento da insegurança social, e não da insegurança criminal, como se pode pensar no primeiro momento. A insegurança social é uma peça muito importante no funcionamento da máquina neoliberal, pois, por um lado, ela é alimentada pela sistemática retirada de direitos, pela criminalização de determinados grupos sociais, pelo desemprego maciço e pela precarização do trabalho. Por sua vez, a insegurança social fortalece a ideia de que o sistema carcerário é necessário e mesmo uma solução para o caos. Nesse contexto, a polícia e as instituições penais ganham cada vez mais força e o encarceramento, como parte do aparato penal, é utilizado como mecanismo de administração da insegurança criada pelo sistema.

Produz-se, então, uma hipertrofia do sistema penal, que se justifica também pelos impactos da ideologia segregacionista que demarca fronteiras simbólicas entre as pessoas, a partir dos marcadores de raça, classe, gênero e território. Aqueles que compõem as minorias políticas têm seu acesso às questões materiais e simbólicas dificultado justamente pela fragmentação de seus

direitos, e com isso, passam a compor o contingente que (super)popula as prisões, já que o comportamento consumista e o desejo de inserção em lugares de estima social não deixam de ser estimulados pelo sistema econômico, mesmo nesse cenário.

Com isso, observam-se dois movimentos simultâneos: a decomposição de um Estado que ampara os desfavorecidos através de políticas públicas, e o renascimento do Estado penal. O combo “penalização incipiente do bem-estar social + assistencialização degradada da prisão” (Wacquant, 2012, p. 18) fez com que houvesse um significativo aumento da população prisional e uma expressiva diminuição da parcela de pessoas beneficiárias da assistência governamental. Curiosamente, o perfil das pessoas que transitam por esses espaços é bastante semelhante: vivem próximo ou abaixo da linha da pobreza; na grande maioria são pessoas pretas; não concluíram o ensino médio e/ou apresentam patologias que impedem sua participação no mercado como força produtiva de trabalho. Além disso, têm famílias extensas, residem em bairros periféricos e lares empobrecidos (Wacquant, 2012).

Entre os marcadores que identificam o público componente do universo prisional, é importante se atentar para a maneira como a questão racial funciona como mote da engrenagem judiciária e penitenciária que faz com que o maior número de pessoas encarceradas seja de pessoas pretas (Borges, 2019). Enquanto, por um lado, a população negra configura o principal alvo das investidas violentas e sistematicamente repetidas do poder do Estado, sobretudo através da polícia, por outro lado o brancocentrismo do campo jurídico reproduz outras violências, ao desracializar o debate acerca das punições, como se não existisse diferenciação racial ao serem definidas as penalidades (Akotirene, 2019). O que se observa são diferenciações no tratamento entre pessoas brancas e pessoas não brancas, tanto na sociedade de maneira geral quanto no ambiente prisional mais especificamente (Idem).

Esse direcionamento da face mais severa do Estado a determinadas populações é resultado do racismo e do avanço da implantação da agenda neoliberal ao redor do mundo. Surgiu uma obsessão pelo direito à segurança que é destacado por políticos de maneira geral, de direita ou de esquerda – a despeito do que se possa pensar num primeiro momento em que geralmente se associam posturas conservadoras a ideologias de direita.

Essa obsessão pela segurança pode ser compreendida como resultado dos anseios da nova agenda econômica que, ao passo que supervaloriza a segurança pública, fragmenta o direito ao emprego pelo qual os pobres tem acesso a determinados espaços e bens de consumo, ainda que de

maneira limitada. Com isso, surge um movimento de criminalização da militância na tentativa de impedir a mobilização coletiva, que compõe um movimento mais amplo, caracterizado por Wacquant (2012) como “liberal-paternalismo: [o sistema] é liberal no topo, para com o capital e as classes privilegiadas (...) e paternalista e punitivo na base, para com aqueles já desestabilizados” (p. 94).

Portanto, a hiperinflação do sistema carcerário não é uma fatalidade advinda das mudanças do processo econômico, mas uma ação política dos governos em cada Estado-nação. Comumente se critica a intensificação da violência policial com o argumento de que o fracasso econômico é o responsável por fazer crescer a criminalidade, que por sua vez é a demanda à qual responde a violência policial. Pode-se ler esse mesmo movimento por outra via: é exatamente o sucesso econômico que requer o emprego dessa violência. Com o aumento das riquezas e a supervalorização da propriedade privada, mais do que nunca essas devem ser protegidas da insatisfação popular – e para isso, a polícia está sempre a postos.

Essa proteção requer um amparo financeiro gigantesco por parte do Estado, que gasta muito dos cofres públicos para manter funcionando o aparato penitenciário, como explicita Wacquant (2012). Por maior que seja o impacto na economia nacional, ainda assim os governos “preferem” ter esse tipo de gasto do que redirecionar as riquezas para outros departamentos, como o da saúde e da educação, porque esses últimos não darão o retorno esperado. A polícia e o sistema carcerário, por outro lado, funcionam perfeitamente para o que foram designados: manter a ordem ao custo da violência.

No Brasil, também se percebe o movimento de redução das políticas de assistência social e o endurecimento das medidas punitivas, como ocorre no panorama mundial. Entretanto, esse movimento na conjuntura em questão tem seus efeitos amplificados pelas desigualdades sociais, já acentuadas pela estrutura socioeconômica extremamente assimétrica sobre a qual se construiu a sociedade brasileira.

Em termos de financiamento do sistema penal, a privatização que se verifica em outros países como os EUA, ainda é incipiente, mas já começa a se delinear aqui no Brasil; além disso, a guerra às drogas, utilizada como mote para o fortalecimento do Estado penal, é uma ferramenta de gestão da pobreza e de produção do genocídio negro. Por meio da constante produção da insegurança social se retroalimenta o sistema penal, com efeitos cada vez mais nítidos e raízes cada vez mais profundas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Objetivou-se com este escrito delinear o processo de surgimento das prisões a fim de indicar a dimensão histórico-política desse aparato na organização social. A ascensão da burguesia no século XVI produziu mudanças significativas no paradigma econômico, o que por sua vez gerou transformações nos paradigmas sociais, na maneira de delimitar as fronteiras entre as populações consideradas problemáticas, disruptivas, e as populações mantenedoras do pacto social.

Apoiando-nos nas leituras de Foucault (1979; 1987; 1997; 1999) e Wacquant (2008; 2012) foi possível considerar, ao longo do tempo, as diferentes atribuições de função e de sentido às instituições prisionais conforme as necessidades da época, bem como compreender os motivos pelos quais a prisão permanece aceita pelas sociedades modernas como o principal mecanismo punitivo. O que se pretende é um domínio sobre os corpos através do controle, que por sua vez acontece pelo entrecruzamento de mecanismos carcerários das instituições penais e parapenais e a produção de conhecimento específico sobre esses corpos.

Dessa forma, quando se pensa na utilidade da prisão e por que ela ainda é tão amplamente utilizada, a despeito de suas “falhas” e críticas desde o começo apontadas, percebe-se que não é a instituição em si que resiste, mas suas conexões. A dificuldade de modificar o sistema penal vem não só do sistema judiciário, mas da “prisão com todas as suas determinações, ligações e efeitos extrajudiciários” (Foucault, 1987, p. 429).

Assistiu-se a uma modificação na estrutura dos Estados a partir da mudança de organização política com vistas à implantação do neoliberalismo como método de funcionamento para todos os campos, que rapidamente se espalhou ao redor do mundo, não apenas entre os países desenvolvidos – que atestaram uma eficácia espantosa dessa ideologia para o acúmulo de riquezas e gestão das misérias –, como também para os países periféricos, que viram suas demandas supridas por esse aparato. Em cada localidade, há a adaptação desse modelo para as circunstâncias culturais específicas, com a Europa tentando traçar seu próprio caminho (Wacquant, 2008).

No Brasil, a importação e aplicação dessa ideologia tem reproduzido o modelo importado – mas com consequências diferentes e mais devastadoras “em razão dos altos índices de pobreza, da situação incipiente dos programas de bem estar social e do comportamento corrupto e violento do crime e das burocracias judiciais (...). A aplicação das penalidades neoliberais significa, na verdade, o restabelecimento da ditadura sobre os pobres” (Wacquant, p. 100). A isso, soma-se o racismo e sua produção de exclusão e morte (Borges, 2019)

O neoliberalismo é uma agenda bastante interessante para as classes dominantes, pois ao mesmo tempo que mantém seus privilégios, oferece instrumentos de contenção aos possíveis inconvenientes que possam surgir. Para que os privilégios dos abastados sejam mantidos, é preciso que exista uma gestão sobre a exploração da força de trabalho. Contudo, os pobres, as minorias, os grupos desfavorecidos, podem criar entre si um sentimento de revolta diante da sistemática retirada de direitos de seus grupos e, conseqüentemente, organizar-se para reivindicá-los.

No plano neoliberal, portanto, produz-se o retorno de um velho Estado, mais rígido e mais punitivo, que reprime de imediato e com veemência toda e qualquer manifestação contrária a fim de manter sua ordem. Enquanto a “mão invisível” do mercado realiza sua regulação, o “punho de ferro” do Estado contém a população (Wacquant, 2008).

Outra maneira de deslegitimar o debate sobre as questões específicas de cada grupo pertencente ao conjunto das minorias políticas é justamente despersonalizando-os; diluindo sob a égide da igualdade os marcadores que caracterizam cada segmento: classe, gênero, raça e território.

No Brasil, vê-se o crescimento da onda conservadora que traz consigo os mesmos mecanismos encontrados nos EUA desde os anos 1960, mas com as características de um país periférico, altamente diversificado, culturalmente falando, no qual as classes dominantes reforçam os mecanismos de opressão das classes dominadas, sobretudo as pessoas pretas, justamente a partir da desracialização do debate. Essa é uma tática política para fazer passar aos olhos da população a agenda conservadora a partir do uso de termos como “grupos, impostos, Estado forte, crime, Guerra às Drogas, Reforma da Previdência” (Wacquant, 2008, p. 73).

Medidas conservadoras como as que foram anteriormente mencionadas são veiculadas sob um discurso progressista que promete uma inclusão generalista. Entretanto, o que se percebe como efeito dessas medidas é a fragmentação de grupos bastante específicos. O “Estado forte” se manifesta sobretudo através da violência policial, direcionada na maior parte do tempo para as pessoas pretas, de maneira completamente arbitrária – é algo que infelizmente se percebe com muita frequência, com a prática de “parar e revistar” as pessoas sem qualquer motivo aparente, por exemplo. No Brasil, quando se observam as abordagens realizadas pela polícia, nota-se uma grande diferença na postura para com as pessoas brancas e para com as pessoas pretas nessas situações.

Então, quando as pessoas negras engajadas politicamente, componentes de movimentos sociais e segmentos de militância, se manifestam denunciando o racismo contido nessas ações, os demais setores dos movimentos sociais caracterizam esse discurso como “emocional”, uma forma

de “revanchismo”, desqualificando a denúncia (Gonzalez, 2020).

Existem ainda outros exemplos de invisibilização de determinados segmentos da população, como as práticas jurídicas brancocentradas e as políticas públicas inespecíficas, anteriormente mencionadas. Desse modo, é preciso suscitar questionamentos direcionados não apenas aos resultados, mas às estruturas que mantêm o encarceramento e as prisões em funcionamento. Há alternativas sociais, educativas e sanitárias às questões problemáticas que se apresentam no escopo social, mas essas alternativas são perdidas de vista diante do grande holofote direcionado às práticas punitivas, constantemente endossadas pelos discursos políticos, que se utilizam do encarceramento e da vigilância policial para supostamente resolver os problemas de segurança pública, os quais são agravados e ampliados por esses mesmos mecanismos. É responsabilidade de todos nós constituir um olhar crítico sobre a naturalização dos processos de encarceramento e, para tanto, faz-se necessário conhecer nossa história.

ARTIGO II

MULHERES ENCARCERADAS E SAÚDE MENTAL: REVISÃO DE LITERATURA³

RESUMO

Este artigo analisa produções sobre saúde mental de mulheres encarceradas, através de revisão de literatura. Identificou-se produções disponíveis nas bases de dados: Scielo, BvS-Psi, Periódicos CAPES, Banco de Teses e Dissertações CAPES, utilizando os descritores: mulheres encarceradas AND saúde mental. Os achados foram submetidos à Análise de Conteúdo, o que permitiu construir três categorias: diferenças de gênero; vínculos afetivos; questões de saúde. Os resultados indicam que o marcador de gênero estrutura um viés significativo de organização das relações no universo prisional. As questões de saúde relacionam-se diretamente à precária estrutura das prisões e aparecem na intensificação de demandas, sobretudo de saúde mental. Reconhece-se ainda a relevância da manutenção dos vínculos afetivos, embora haja dificuldades, tanto por impedimentos financeiros das famílias, quanto pelos entraves burocráticos das penitenciárias. Conclui-se pela importância de mais estudos sobre o tema, além da necessidade de produção de estratégias para diminuição do sofrimento psíquico destas mulheres.

Palavras-chave: Revisão; Prisões; Mulheres encarceradas; Saúde mental; Vínculos afetivos.

1 INTRODUÇÃO

O aprisionamento de mulheres é um campo de estudos em evidência nos últimos anos, dentre outras razões, em função do aumento da taxa de encarceramento feminino (Depen, 2020). As estatísticas produzidas indicam não apenas o aumento da taxa de encarceramento, mas também reúnem dados concernentes às questões socioeconômicas que compõem os contextos de vida desse público: nível de escolaridade, raça/cor, nível socioeconômico, questões de saúde, quantidade de filhos, entre outros aspectos (Brasil, 2018; Depen, 2020). O presente artigo detém-se mais especificamente sobre a questão dos vínculos afetivos, articulando-a com o marcador de gênero para analisar os efeitos do afastamento dos vínculos afetivos sobre a saúde mental de mulheres encarceradas, a partir da discussão das produções reunidas pela revisão de literatura.

³ Uma versão desse artigo foi submetida à Revista Psicologia Política, conforme consta no Anexo 1

Uma das dimensões da vivência humana afetadas pela privação de liberdade é a dos vínculos afetivos, abruptamente interrompidos e posteriormente modificados em razão do encarceramento. A retirada do direito à liberdade, enquanto estratégia punitiva de indivíduos que praticam ações consideradas ilícitas, é uma ferramenta relativamente recente, que se adequou bem à conjuntura econômica capitalista neoliberal vigente. O sistema prisional torna-se útil para seus propósitos na medida em que conforma os sujeitos delinquentes aos espaços penitenciários, invisibilizando seus discursos e desprovendo-os de humanidade, desqualificando-os.

As prisões surgem na contemporaneidade, no século XIX, em substituição aos castigos explícitos e públicos dos séculos anteriores que, gradativamente, foram dando lugar a novas técnicas de manutenção da ordem, através da vigilância constante e da privação da liberdade para “tornar os indivíduos dóceis e úteis” (Benelli, 2014, p. 68). Concomitante ao surgimento da prisão, surge também a figura do delinquente. Se antes o infrator era punido por sua ação, não necessariamente considerando as razões dela, agora a análise ocorre sob o prisma da organização do ato criminoso, articulado com a posição social do sujeito e a educação a que teve acesso, de modo a identificar as causas do crime em sua história de vida. A prisão começa a se articular enquanto rede, em parceria com outros dispositivos correccionais disseminados na sociedade, como os hospitais, escolas, igrejas. Aos poucos, ela se engendra na sociedade e naturaliza o poder de punir o delinquente, o desviante da norma. “Com toda sua gama de punições que se estende dos trabalhos forçados ou da reclusão criminal até aos enquadramentos difusos e leves, comunica um tipo de poder que a lei valida e que a justiça usa como sua arma preferida.” (Foucault, 1975/1999, p. 328).

Assim, o poder sobre os corpos é exercido de maneira física e simbólica pela instituição prisional que se intitula transformadora dos sujeitos, no intuito de corrigi-los e “devolvê-los” à sociedade para que produzam riquezas e se adequem às normas estabelecidas pelo contrato social. No universo penitenciário, o exercício desse poder ocorre através do controle dos corpos e conformação das subjetividades – e aqui, vale ressaltar que esses mecanismos são vivenciados de maneiras muito diferentes por homens e mulheres. Adicionar o marcador de gênero a essa análise é importante para que se compreenda os meandros da estrutura social binária que gera efeitos diferentes sobre as pessoas na medida em que determina papéis sociais específicos com base no gênero. Esse marcador não possui um conceito unânime, podendo ser compreendido por diferentes vertentes sociológicas e filosóficas. Adotou-se neste trabalho a perspectiva pós-estruturalista

ancorada em Judith Butler (1990/2003), segundo a qual o gênero se constitui a partir dos mecanismos culturais que a sociedade desenvolve para definir o que se entende por masculino e feminino.

Desse modo, opera a lógica heteronormativa de gênero que determina um binarismo e também serve para a manutenção da lógica dominante que estrutura as identidades pelo par gênero/sexo biológico. Nessa direção, entende-se por heteronormatividade “a capacidade da heterossexualidade apresentar-se como (...) a lei que regula e determina a impossibilidade de vida fora dos seus marcos” (Bento, 2008, p. 40). Esse modo de pensar se transmutou ao longo do tempo, mas manteve a base construída no momento de transição entre os sistemas econômicos feudal e capitalista.

A lógica heteronormativa de gênero influencia diretamente os papéis de gênero e a representação social que se tem das mulheres privadas de liberdade. Os anseios referentes ao cumprimento dos papéis de gênero se manifestam muitas vezes em forma de críticas e julgamentos direcionados às mulheres que porventura não ajam de acordo com as prescrições para seus lugares sociais, o que aparece de maneira evidente também nas instituições prisionais, pelos mecanismos de conformação da subjetividade a que as mulheres estão sujeitas.

No universo prisional, as subjetividades das mulheres são permeadas pela operação de mecanismos de silenciamento advindos não apenas do Estado, mas também das figuras de autoridade que administram as instituições penitenciárias (Figueró et al., 2015; Rodrigues, 2017). Isso gera efeitos sobre a autoimagem, a leitura que elas fazem de sua experiência naquele espaço, e conseqüentemente, sobre os modos de pensar as questões relacionadas à saúde desse público em seus diversos aspectos. A partir de uma revisão de literatura, o presente escrito discorre sobre três aspectos componentes da vivência de mulheres encarceradas, quais sejam: diferenças de gênero; vínculos afetivos e questões de saúde – como poderá ser visto na discussão a seguir.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

O protocolo de revisão da literatura utilizado neste estudo teve como modelo teórico as etapas propostas por Costa e Zoltowski (2014) e reuniu produções científicas que circulam nas seguintes bases de dados: Scientific Electronic Library Online (SciELO), Biblioteca Virtual em Saúde – Psicologia Brasil (BvS-Psi), Periódicos CAPES e Banco de Teses e Dissertações CAPES. A busca nas bases de dados foi feita com cruzamento de palavras-chave: palavra-chave 1 –

Mulheres encarceradas; conector: AND; palavra-chave 2 – Saúde mental.

Após leitura dos títulos, resumos e palavras-chave das produções, foram selecionados os artigos que atenderam aos seguintes critérios de inclusão: versar sobre o vínculo materno-infantil entre mulheres encarceradas e seus filhos e/ou entre mulheres encarceradas e suas parceiras ou parceiros; versar sobre a saúde mental das mulheres em situação de privação de liberdade; ser artigo científico e/ou dissertação de mestrado e/ou tese de doutorado, produzido entre os anos de 2010 e 2020 que trate da condição de mulheres em situação prisional no Brasil. Foram excluídos artigos produzidos na perspectiva do Direito, sem articulação com a saúde; produções que não atenderam aos critérios de inclusão do tema e/ou lançadas no período anterior ao ano de 2010.

Desse modo, os artigos incluídos foram lidos na íntegra, fichados e organizados, utilizando-se a Análise de Conteúdo (AC), modelo de análise dos dados referenciado em Bardin (1977). Artigos que apareceram em mais de uma base de dados foram computados uma única vez, descartando-se as produções repetidas. Os artigos selecionados foram catalogados de acordo com as seguintes categorias: título, periódico em que estava indexado, ano, autor(es) e sua(s) filiação(ões), tipo (artigo teórico ou empírico), método, objetivo e resultado, como se pode visualizar nas Tabelas 1 e 2 a seguir:

Tabela 1 – Compilação dos artigos por título, autor(es), base de dados, ano e método

título	autor(es)	ano	base de dados	tipo/método
1. expressões da homossexualidade feminina no encarceramento: o significado de se “transformar em homem” na prisão	barcinski, m.	2012	bvs	artigo empírico; pesquisa feita por entrevista aberta individual com duas internas em um presídio do rj.
2. mães presas, filhos desamparados: maternidade e relações interpessoais na prisão	flores, n. m. p.; smeha, l.n.	2018	bvs	artigo empírico; pesquisa com 15 participantes presas em regime fechado através de entrevistas semiestruturadas e três grupos focais entre abril e julho de 2017.

3. prevalência e fatores associados à violência sofrida em mulheres encarceradas por tráfico de drogas no estado de pernambuco, brasil: um estudo transversal	ferreira, v. p. et al	2014	capes	artigo empírico; estudo incluindo 290 mulheres através de questionário pesquisando variáveis socioeconômicas e demográficas e características da violência e do tráfico de drogas.
4. contribuições feministas para os estudos acerca do aprisionamento de mulheres	carvalho, d. t. de; mayorga, c.	2017	capes	artigo teórico; método não identificado
5. fatores de proteção da saúde mental das mulheres encarceradas: estudo descritivo-exploratório	santos, m. v. dos. et al	2018	capes	artigo empírico; estudo realizado com quarenta mulheres privadas de liberdade em um presídio feminino no estado do rio de janeiro, entrevistadas com base em roteiro semiestruturado.
6. criminalidade e prisão feminina: uma análise da questão de gênero	frança, m. h. de o.	2014	capes	artigo teórico sobre o tema da tese que se chama: prisão, tráfico e maternidade: um estudo sobre mulheres encarceradas
7. saúde mental de mulheres encarceradas em um presídio do estado do rio de janeiro	santos, m. v. dos. et al	2017	scielo	artigo empírico; estudo quantitativo realizado entre outubro de 2014 e janeiro de 2015 numa penitenciária feminina do rj.
8. um olhar negro sobre o sofrimento psíquico e as vozes silenciosas das mulheres	martins, l. m. r.	2019	banco de teses e dissertações capes	discussão sobre as oficinas de escritas com mulheres aprisionadas numa instituição no rs e

encarceradas: um diagnóstico sobre as políticas de saúde mental no sistema carcerário no brasil				coletas por meio de conversas informais, além do projeto “cartas do cárcere”.
9. prisão, tráfico e maternidade: um estudo sobre mulheres encarceradas	frança, m. h. de o.	2013	banco de teses e dissertações capes	discussão sobre as experiências das mulheres acerca da maternidade, principalmente aquelas envolvidas no crime de tráfico.
10. maternidade na prisão: uma análise das relações de apego entre filhos e mães encarceradas.	durigan, c. r. z.	2015	banco de teses e dissertações capes	discussão de características sociodemográficas de mães encarceradas e seus filhos; análise de relações de apego entre filhos e mães dentro do sistema carcerário, e identificação dos padrões de apego.

Fonte: Elaboração das autoras

Tabela 2 – Compilação dos artigos por objetivos estabelecidos e resultados encontrados

autor(es)	objetivos do trabalho	resultados encontrados
1. barcinski, m. (2012)	entender que tipos de privilégios as mulheres encarceradas adquirem como resultado da adoção de padrões de comportamentos tipicamente masculinos.	as duas participantes experimentam direitos associados ao masculino, como a poligamia e o uso legitimado da força, reproduzindo no espaço intramuros a organização hierárquica entre gêneros que marca as relações na sociedade mais ampla.
2. flores, n. m. p.; smehta, l.n. (2018)	elucidar a repercussão da prisão da mulher no âmbito da maternidade e das relações interpessoais, estabelecidas antes e durante o cumprimento da pena.	a precariedade das relações interpessoais criadas durante o cumprimento da pena influencia a possibilidade do exercício da maternidade no contexto prisional.

3. ferreira, v. p. et al (2014) estimar a prevalência e os fatores associados à violência sofrida nos 24 meses anteriores ao encarceramento de mulheres por tráfico de drogas em colônia penal feminina no estado de pernambuco. os resultados do estudo mostraram elevada prevalência de violências física e psicológica nos 24 meses antes do encarceramento de mulheres por tráfico de drogas e indicaram o companheiro como o perpetrador mais frequente. verificou-se uso e o tráfico de drogas como fatores associados a sofrer violência no mesmo período, aumentando sua prevalência nas mulheres solteiras/separadas e que a presenciaram ou a sofreram na adolescência.
4. carvalho, d. t. de; mayorga, c. (2017) adentrar um campo de estudos restrito e muito tradicional, ressaltando a importância de analisar as instituições prisionais para mulheres a partir das experiências das presas, buscando compreender e questionar os imperativos de seletividade e controle que caracterizam o sistema penal. o aprisionamento de mulheres e a participação dessas em atos criminais ainda são analisadas pelo viés do exotismo, como se essa vinculação fosse 'antinatural' para as representantes do gênero feminino, carecendo de explicações para o uso desses estereótipos na justificativa do envolvimento das mulheres com a criminalidade.
5. santos, m. v. dos. et al (2018) identificar as atividades que promovem a saúde mental feitas pelas mulheres privadas de liberdade, frente às dificuldades encontradas no período de reclusão. as mulheres apontaram como fatores de proteção de saúde mental: estudar, trabalhar, realizar atividades de lazer e atividades religiosas.
6. frança, m. h. de o. (2014) discutir a eficácia da prisão como dispositivo de poder e instrumento de reinserção, além de problematizar o envolvimento das mulheres no tráfico de drogas, e investigar a relação entre maternidade e prisão para desvendar os impactos da questão da maternidade na vida da "mãe-presas". o estudo acerca da criminalidade praticada por mulheres é mais difícil do que o de homens, não somente porque elas cometem menos crimes, mas pelo fato de que o número reduzido, implica em maiores dificuldades para pesquisar. quanto à questão da punição, observa-se que possui uma estreita relação com a questão de gênero, ou seja, algumas penas são direcionadas exclusivamente às mulheres.
7. santos, m. v. dos. et al (2017) identificar os fatores relacionados à saúde mental de mulheres em um presídio do estado do rio de janeiro. Foram identificados os seguintes fatores: ansiedade, estresse, depressão, alteração do padrão de sono, uso indevido de medicação psicotrópica, abstinência sexual, interrupção das relações familiares, além das precárias condições de confinamento.

8. martins, l. m. r. (2019)	investigar e avaliar os relatos referentes a estigmas, condições atuais e pregressas que impactam a saúde mental, e como o sistema prisional está equipado para acolher estas demandas, quais são os tratamentos administrados de acordo com os parâmetros preconizados pelas políticas públicas de saúde para mulheres internas e egressas do sistema prisional.	a partir dos relatos das participantes, a autora afirma que foi possível perceber o quanto o sistema de justiça é condicionado a punir mais a mulher do que o homem; além disso, declara que as falas das participantes suscitam relatos de revoltas contra a sociedade, que ao invés de acolher as jogou na marginalidade, e contra o estado, por sua vez através do sistema prisional, recorre no mesmo tratamento com a falsa promessa de reeducar, ressocializar.
9. frança, m. h. de o. (2013)	descrever as experiências dessas mulheres acerca da maternidade, principalmente aquelas envolvidas no crime de tráfico.	o discurso sobre a maternidade é uma construção social de gênero. a manifestação do amor dessas mães por seus filhos sofre a influência de suas experiências concretas enquanto filhas e da relação que puderam ou não construir com seus filhos antes do encarceramento.
10. durigan, c. r. z. (2015)	descrever as características sociodemográficas de mães encarceradas e respectivos filhos, além de analisar as relações de apego entre filhos e mães, dentro do sistema carcerário, e identificar os padrões de apego predominantes nas relações.	apesar das dificuldades do contexto pesquisado acerca do exercício da maternidade, mães e filhos estabelecem relações seguras de apego que beneficiarão a díade, com efeitos benéficos para a saúde mental da criança e da mãe.

Fonte: Elaboração das autoras

Das dez produções selecionadas, sete são artigos, duas são dissertações e uma é tese de doutorado. O marcador de gênero se apresenta nos diferentes formatos de produção científica, seja como contraponto ao tratamento dispensado ao gênero masculino, ou trazendo as especificidades da leitura feita sobre a mulher no espaço do cárcere; como se pode notar a partir da Tabela 1, aparecem discussões de diferentes óticas sobre os papéis sociais atribuídos ao gênero feminino, entre os quais se destaca o vínculo materno-infantil – mesmo recorte que norteia o raciocínio deste escrito.

Na Tabela 2, foi mantida a ordem de apresentação das produções selecionadas a fim de

facilitar o acompanhamento do leitor. Também com essa finalidade, foram elencadas categorias de análise para a apresentação dos resultados encontrados. Dos sete artigos selecionados, dois são produções teóricas e cinco são produções empíricas, resultados de pesquisas feitas nas regiões Nordeste, Sul e Sudeste do país.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Percebe-se pela reunião desses achados que os engendramentos de gênero na sociedade, face ao universo prisional, podem ser analisados de diferentes formas, e a perspectiva teórica que se utiliza para sua descrição revela o olhar que o pesquisador pretende lançar sobre o campo.

Vê-se pelos estudos que a repetição da sequência de processos de violência que perpassam as vidas das mulheres encarceradas – violência familiar, depois nos relacionamentos amorosos, e por último aquela vivenciada no cárcere – é um evento comum às suas histórias (França, 2013; Ferreira et al., 2014; Flores e Smeha, 2018), e aparece na descrição das relações afetivas pregressas ao encarceramento, além da questão da fragilidade da estrutura familiar e da vulnerabilidade socioeconômica.

Este último fator é explorado por Martins (2019) em seu estudo, no qual a autora evidencia como as práticas ilícitas aparecem enquanto ferramenta de acesso ao lucro e ao poder aquisitivo, em uma engrenagem social que opera a favor da manutenção de ideais econômicos a serem alcançados, endossados a todo tempo pelo capitalismo; isso gera efeitos sobretudo na população marginalizada, que tem o acesso ao consumo e à mobilidade econômica constantemente negados.

Quando se intersecta à questão socioeconômica o marcador de gênero, pode-se perceber sua importância no percurso das diferenças encontradas ao analisar as questões referentes à população privada de liberdade. Os papéis sociais atribuídos ao gênero pela lógica heteronormativa têm sobre as mulheres efeitos que produzem marcas psíquicas, para além dos efeitos de diversos estereótipos negativos direcionados aos grupos em situação de vulnerabilidade social e econômica (França, 2013).

Essas introjeções, além de marcarem a visão que as mulheres têm de si mesmas, geram diferenças importantes quando se observam seus efeitos sobre elas e sobre os homens, no campo social, no campo afetivo e no campo da saúde – conforme poderá ser visto a partir das discussões apresentadas nas categorias que se seguem. A primeira categoria resultante da análise de conteúdo refere-se às diferenças de gênero percebidas entre as pessoas no universo prisional; a segunda,

discorre sobre a importância dos vínculos afetivos para essas pessoas, e a terceira discute algumas questões de saúde das pessoas privadas de liberdade.

3.1 Diferenças de gênero

Existem diferenças significativas no tratamento dispensado a homens e mulheres no universo das prisões. Analisar as ocorrências destas diferenças no espaço prisional produz resultados relevantes, na medida em que o gênero contribui para a manutenção de uma determinada lógica que circula na sociedade e estrutura um conjunto específico de práticas.

De acordo com Butler (1990/2003), não existe uma determinada origem dos mecanismos culturais que definem o gênero na história. Sua construção acontece pela repetição de uma performance: ao longo do tempo, o conjunto de comportamentos socialmente atribuídos a cada gênero se repete e atualiza; assim, “não há identidades que precedam o exercício das normas de gênero, é o exercício mesmo que termina por criar as normas” (Rodrigues, 2012, p. 150).

No contexto específico das práticas consideradas ilícitas, as mulheres que são julgadas e encaminhadas à prisão passam por processos de desigualdade em relação aos homens, por mais que subvertam as prescrições morais orientadas para o respeito às normas. Elas ocupam posição subalterna na hierarquia existente na criminalidade, logo sendo substituídas na relação pessoa-objeto, caso o companheiro fique impedido de exercer suas funções, pela prisão ou algum outro motivo (Carvalho e Mayorga, 2017; França, 2014).

Este tipo de vínculo evidencia o que Barcinski (2012) intitula como uma relação de poder assimétrica entre o masculino e o feminino, que pode ser percebida também em outras esferas do campo social. Em seu estudo, a autora problematiza a questão da performance de gênero no espaço prisional a partir das observações das ações de mulheres que performavam nesse espaço comportamentos socialmente definidos como masculinos. Essa atitude garante a algumas mulheres acesso a privilégios, como a agressividade legitimada e explícita e a não monogamia, demonstrando o que acontece no escopo social geral: os privilégios que socialmente são garantidos aos homens se mantêm restritos a eles na sociedade heteronormativa; às mulheres cabe o desempenho dos papéis sociais esperados (Barcinski, 2012).

Nesse sentido, a leitura que se faz do lugar da mulher na sociedade e o modo como as projeções sobre o gênero se manifesta – de um lugar de cobrança, de imposição – atuam na construção da autoimagem feminina. Reconhece-se assim subjetividades que se veem pressionadas

a todo tempo, tendo a obrigação de responder a diferentes questionamentos dos mais variados âmbitos do corpo social. Dentre as cobranças presentes no discurso social, uma das mais proeminentes é a responsabilidade do cuidado materno-infantil, também requerido da mulher que, caso esteja privada de liberdade, enfrenta ainda mais obstáculos para a manutenção desse cuidado.

No caso das mulheres encarceradas, essa conjuntura é duplicada por conta da “vinculação do discurso moral e religioso nas formas de aprisionamento da mulher” (Brasil, 2008, p. 9), o que se manifesta, por exemplo, quando elas têm seus filhos afastados de si e sentem que não serão boas cuidadoras; sentem-se incapazes e culpadas por estarem privadas de liberdade e assim não estarem exercendo o cuidado como gostariam. Quando se trata dos homens, por outro lado, o que se observa é diferente: em sua maioria, antes de serem privados de liberdade, viviam com a mãe ou cônjuge, e não necessariamente assumiam responsabilidades parentais (Idem).

Além disso, a questão das visitas aparentemente não funciona da mesma forma para homens e mulheres, pois a frequência de visitas aos primeiros se mantém maior – mesmo com as dificuldades de deslocamento enfrentadas pelas famílias – enquanto que para as segundas, o que se observa é um abandono progressivo com o passar do tempo. (Flores e Smeha, 2018). A manutenção dos vínculos afetivos pregressos ao cárcere se vê afetada por essa conjuntura – o que gera efeitos sobre a saúde mental, para além de todas as atitudes de despersonalização e mitigação de suas potências, vivenciadas diariamente no espaço prisional.

Outro aspecto no qual se pode observar diferenças de gênero no sistema prisional é a visita íntima, direito destinado somente aos homens até 1999. Em seu estudo, França (2014) afirma que, mesmo essa sendo uma atividade legalizada e estendida às mulheres, alguns presídios alegam não ter estrutura física para tanto. Para ter acesso à visita íntima as mulheres passam por um curso preparatório sobre infecções sexualmente transmissíveis e controle de natalidade, o que não exigido dos homens.

O sistema carcerário atua, desse modo, como mais uma ferramenta de regulação dos corpos femininos. “O controle penal seria, portanto, uma instância suprema para a correção de condutas que não foram devidamente reguladas pela família, escola e outros mecanismos informais que operam socialmente (...)” (Carvalho e Mayorga, 2017, p. 109). As representações coletivas que se tem do que é “ser homem” e do que é “ser mulher” compõem o imaginário social e são endossadas por outros discursos circulantes que acabam produzindo anseios nocivos à saúde mental das pessoas, na medida em que a expectativa consonante à designação dos papéis de gênero gera

angústias diversas.

Reconhecer o gênero enquanto construção social, bem como considerar as relações interpessoais pregressas ao cárcere permite a valorização das vivências singulares de cada mulher que se encontra encarcerada e muitas vezes não tem sua experiência validada. Dessa forma, outros aspectos de sua vida, como os vínculos afetivos, por exemplo, encontram-se fragilizados, constituindo mais uma fonte de angústia, além das questões que experienciam cotidianamente no espaço penitenciário – conforme poderá ser visto na categoria seguinte.

3.2 Vínculos afetivos

Nos estudos reunidos por esta revisão, pôde-se observar que o ingresso de muitas mulheres no universo da criminalidade se deu através de seus parceiros, na maior parte das vezes por contato com o tráfico de drogas. Desse modo, a participação das mulheres na criminalidade deve ser analisada partindo da conjuntura anterior ao evento do cárcere propriamente dito, pois existem características relevantes na composição da análise dessa circunstância.

A privação de liberdade impacta diretamente nos vínculos afetivos da mulher encarcerada. Quando ela é mãe, os efeitos do encarceramento são intensificados; ao serem separadas de seus filhos, o cuidado materno infantil se torna muitas vezes responsabilidade de terceiros, que nem sempre a mulher conhece (Flores e Smeha, 2018).

Em relação às mulheres que se tornam mães na prisão, a precarização e ruptura dos vínculos afetivos também se apresenta. Pouco tempo depois do nascimento dos filhos, eles passam para a tutela de outrem enquanto as mães seguem privadas de liberdade. Nesse contexto, as visitas, que poderia ser um fator positivo para as mulheres que são mães, acaba se mostrando um ponto problemático, pois ao passo que elas enfrentam a separação de seus filhos, relatam não querer receber visitas por pensar que, caso a criança seja exposta ao ambiente hostil em que se encontram, isso poderia vir a provocar consequências negativas para o desenvolvimento dos filhos (Flores e Smeha, 2018).

Porém, o estudo de Durigan (2015), realizado em uma penitenciária na qual há uma creche e uma sala de recreação para as crianças, evidencia as consequências benéficas da preservação do vínculo materno-infantil apesar do espaço prisional. A manutenção do contato entre mãe e filhos, repercute como fator de proteção à saúde mental das mulheres durante o encarceramento. Posteriormente, a manutenção do vínculo aponta para baixas taxas de reincidência na criminalidade

e fortalecimento das redes de apoio social.

A oportunidade das visitas poderia ser uma ferramenta de manutenção e continuidade dos vínculos afetivos para as mulheres encarceradas. Entretanto, existem práticas institucionais que acrescentam obstáculos a isso. Um exemplo é a extensa burocracia envolvida no processo de recepção de visitas, como aponta França (2013) em seu estudo desenvolvido com mulheres condenadas por tráfico de drogas que vivenciam ou vivenciaram a experiência da maternidade. Inicialmente, o número de visitas na penitenciária diminuiu e, com o tempo, passou a ser nulo, como também demonstra o estudo de Flores e Smeha (2018), realizado com quinze participantes num presídio no Rio Grande do Sul. Segundo as autoras:

Múltiplos fatores são responsáveis pelo abandono que se apresenta na forma de ausência de visitas. Há que se considerar o custo de deslocamento para as famílias, pois, algumas vezes, a instituição prisional não é na mesma cidade em que reside a família (...). Além disso, as mulheres da família geralmente assumem os cuidados dos filhos da presa, dificultando a possibilidade de esses se afastarem para visitas. (...) (Flores e Smeha, 2018, p. 14)

O custo do deslocamento também é uma questão relevante, mas é importante pensar de que forma isso contribui para o abandono sofrido pelas mulheres encarceradas. Até que ponto esse motivo interfere sobre a queda na frequência das visitas? Quando se analisa essa questão a partir do gênero, aparentemente isso não funciona da mesma forma para os homens, pois a frequência de suas visitas se mantém maior, e suas famílias também relatam dificuldades para se deslocar.

Embora os estudos reunidos por esta revisão centrem-se em maior parte sobre a relação mãe-filho(a), a relação mulher-companheiro(a) também é um viés importante pelo qual essa diferença na manutenção das visitas deve ser analisada, considerando a atribuição social dos papéis de gênero em que o papel de cuidador é direcionado à mulher. Quando afastadas do convívio que lhes era familiar anteriormente, encontram um ambiente desfavorável na prisão e sentem-se abandonadas e sozinhas (Carvalho et al., 2006).

O afastamento social e ruptura de vínculos afetivos devem ser pensados também sob o viés operacional, pois a discussão deve transpor o campo teórico a fim de efetivar práticas de manutenção da saúde no espaço penitenciário, que tanta hostilidade oferece. Isso poderia acontecer através da busca de realização do trabalho em redes de atenção à saúde e a constituição de políticas públicas específicas, como sugerem Santos et al. (2017). Os autores enfatizam que o “vínculo afetivo entre mãe-filho-companheiro-família deve ser preservado, contribuindo para diminuir o

abandono da mulher durante o período de encarceramento” (p. 8). Para tanto, “os presídios precisam estimular os filhos e as famílias das presas a frequentarem a instituição, tendo em vista a possibilidade das visitas processuais, contribuindo para o investimento no processo de ressocialização.” (Idem).

Estar privada de liberdade produz várias rupturas com o meio familiar, pois determina o afastamento físico e simbólico do convívio social anterior, para além das questões pertencentes ao sistema carcerário que por si só são problemáticas. Essa configuração repercute na saúde das mulheres encarceradas não apenas na dimensão psíquica, como também na dimensão orgânica, como será detalhado na categoria a seguir.

3.3 Questões de saúde

Pensar a saúde das mulheres encarceradas significa pensar também as condições pregressas ao evento do cárcere, uma vez que os marcadores sociais, raciais e econômicos apresentam relevância na configuração das realidades dessas mulheres que, se antes vivenciavam limitações de ordem social e econômica, agora passam pela experiência de ter a liberdade fisicamente limitada, cerceada pelo Estado e materializada pelo ambiente dos estabelecimentos prisionais.

Nesse sentido, surgem efeitos sobre a saúde das mulheres que as características do próprio ambiente suscitam. Santos et al. (2017) realizaram um estudo qualitativo com quarenta e cinco mulheres, num presídio da região metropolitana do Rio de Janeiro, para analisar essa questão. Entre os resultados, foram identificados nas participantes sentimentos como tristeza, solidão, dor, abandono, revolta e ansiedade, e o uso abusivo de substâncias medicamentosas. Como o espaço em que se encontram por si só é um agente estressor, algumas falas das participantes referiram-se também ao barulho e a agitação constantes. A partir disso, podemos considerar que a própria estrutura das prisões contribui para o agravamento de questões relacionadas à saúde das mulheres encarceradas, pois traz consigo elementos que afetam as relações, causando alterações emocionais que reverberam não apenas na saúde mental, mas muitas vezes na saúde física também.

Outra questão abordada por Santos et al. (2017) foi o tempo ocioso que, de acordo com os relatos, abria brechas para longas reflexões, não necessariamente positivas; menciona-se também a abstinência sexual, relatada como um marcador importante na percepção da experiência do encarceramento. Somada a isso, está a interrupção das relações familiares, que apareceram como preocupação recorrente das participantes, que se referiram aos filhos como vínculos significativos.

O afastamento advindo da privação de liberdade se intensifica também por práticas institucionais que dificultam o acesso e o estabelecimento de comunicação constante entre as mulheres encarceradas e as pessoas significativas com as quais elas têm vínculo, cuja configuração se alterou pelo evento do cárcere. Isso reflete nas condições de saúde avaliadas por estudos que se debruçam sobre essa questão, pois os altos índices de mulheres com depressão, uso abusivo de substâncias, medicamentosas ou não, ansiedade e outros fatores decorrentes do agravamento da saúde mental são estatísticas recorrentes nessas produções. (Martins, 2019; Santos et al., 2017; Santos et al., 2018).

É importante a consideração desses fatores na investigação das questões de saúde das mulheres privadas de liberdade, que sofrem os efeitos da reprodução da estrutura social no local em que estão, além de estarem alijadas do direito à liberdade que as outras pessoas possuem.

A saúde é entendida como um fenômeno influenciado pelos determinantes sociais que guardam profunda relação com o desenvolvimento humano e as leituras que o sujeito faz da conjuntura que experiencia. Desse modo, os eventos estressores “caracterizam-se por uma determinação social complexa que envolve dimensões econômica, social, política e cultural, expressando as iniquidades existentes nas classes sociais, raça e nas relações de gênero” (Martins, 2019, p. 101).

É sabido que a população encarcerada não tem suas demandas de saúde acolhidas pelo Estado, já que a função da prisão não está direcionada à preservação das potencialidades dos sujeitos, mas à sua vigilância e controle (Foucault, 1975/1999). Especificamente em relação à saúde da mulher, o cuidado mostra-se ainda mais precário, pelas condições em que elas se encontram: ocupando “prédios reformados que em sua maioria mantêm a estrutura física anterior, sem observância das especificidades da mulher” (Brasil, 2008, p. 29); vivenciando práticas de “maus tratos, abusos, e falta de atenção quando algumas delas apresentam queixas de cólicas, hemorragia menstrual e ou tensão pré-menstrual” (Idem, p. 33); tendo as queixas relacionadas à manutenção de seus vínculos afetivos despersonalizadas, isto é, desconectadas das vivências singulares, dentre outras situações (Santos et al., 2017).

Vê-se, a partir do exposto, que este público passa por diferentes processos de exclusão e invisibilização de suas demandas, o que gera efeitos diretos sobre sua subjetividade e interpretação das experiências vividas. Ao analisar as pesquisas sob a ótica das diferenças de gênero, evidencia-se o quanto é necessário que se repense de forma profunda a configuração em que as mulheres

privadas de liberdade se encontram, para que se repense a forma como estão sendo estruturadas as políticas públicas e sobretudo de que forma esse público (não) tem sido visto.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil, atualmente, vive um (des)governo que baliza as práticas institucionais e executa um projeto político pautado fortemente na economia neoliberal e na moral conservadora, que, por um lado, estimula na sociedade o sentimento de medo e periculosidade relacionado às camadas mais vulneráveis da população (Silva, 2015), e, por outro, responde ao desejo social por ele mesmo produzido sob a forma de embrutecimento policial e intensificação da violência, naturalizando o poder de punir ao qual servem as prisões. No imaginário social, as prisões constituem lugar de permanência dos sujeitos, que “precisam” ser institucionalizados neste espaço, uma vez que o objetivo declarado é torná-los aptos a retornar ao convívio em sociedade, embora o que se efetive sejam práticas de exclusão e invisibilização. Nesse sentido, pensar a saúde mental das pessoas privadas de liberdade deve se orientar para a diminuição do sofrimento produzido e diariamente reforçado pelo ambiente das prisões, ao invés de falar sobre uma “produção de cuidado”. Usar esse termo pode se aproximar muito mais de uma utopia do que daquilo que se observa no cotidiano desses locais. Na realidade dessas instituições, as subjetividades são sistematicamente fragmentadas pelos mecanismos de controle físicos e simbólicos. Isso gera diferentes efeitos sobre a saúde mental das pessoas privadas de liberdade, o que se evidencia ainda mais quando se observam as diferenças de gênero. Os dados estatísticos relacionados à saúde da população encarcerada representam agravos relacionados à depressão e outras patologias, e apontam para uma necessidade de investigação mais profunda desses aspectos. Fundamenta-se a necessidade de construção de pesquisas empíricas que possibilitem maiores informações sobre o encarceramento feminino, que esclareçam as lacunas do conhecimento até então produzido, bem como permitam a elaboração de normativas para orientação dos profissionais que atuam nesses espaços. Considera-se a necessidade da produção de estratégias para diminuição do sofrimento voltadas à população feminina no sistema prisional, não apenas de modo abrangente, mas também sob a forma de assistência especializada acerca dos aspectos constituintes da saúde mental. Torna-se necessário atentar para as demandas advindas desses espaços, nos quais podem ser encontradas múltiplas individualidades e seus processos singulares de composição.

ARTIGO III

EFEITOS DA FRAGILIZAÇÃO DOS VÍNCULOS AFETIVOS SOBRE A SAÚDE MENTAL DE MULHERES ENCARCERADAS

RESUMO

No presente artigo, discute-se os efeitos da fragilização dos vínculos afetivos pregressos ao cárcere sobre a saúde mental de mulheres encarceradas, por meio da análise de entrevistas realizadas com seis detentas de um presídio feminino em Vitória da Conquista, Bahia. É feito um percurso teórico na primeira parte, situando o recorte de gênero da população prisional, e a importância de compreender esse marcador em articulação com os marcadores de raça e de classe na análise do público que compõe o universo prisional; e na segunda parte é apresentado o percurso metodológico da pesquisa, bem como a discussão dos dados pautada na Análise do Discurso de vertente pecheuxiana, a partir da qual foram identificadas as Formações Discursivas que estruturaram as unidades de sentido encontradas. Conclui-se que a fragilização dos vínculos afetivos representa fonte de sofrimento para as mulheres encarceradas, além das opressões que enfrentam diariamente no cotidiano da instituição penitenciária; as ações de saúde nesse contexto devem orientar-se para uma perspectiva integral da mulher privada de liberdade, que considere as diferentes dimensões de composição da subjetividade – discussão para a qual a interseccionalidade realiza importantes contribuições.

Palavras chave: Prisões; Mulheres encarceradas; Vínculos afetivos

1 INTRODUÇÃO

O campo de estudos sobre o encarceramento feminino tem estado em evidência nos últimos anos sobretudo pelo grande crescimento do índice de mulheres privadas de liberdade, em um curto período de tempo (Brasil, 2010; Moreira e Souza, 2014). Os dados referentes a esse público são produzidos em perspectiva quantitativa e consideram os marcadores sociodemográficos que compõem esse perfil – nível de escolaridade, cor/raça, quantidade de filhos e afins – e os indicadores de saúde dessas mulheres – presença de doenças infectocontagiosas, uso abusivo de substâncias medicamentosas, índices de ocorrência de transtornos psíquicos e/ou outras ocorrências relacionadas à saúde mental (Brasil, 2018; Depen, 2020).

A perspectiva adotada no presente estudo se orienta pelas produções qualitativas, escritas desde um ponto de vista crítico, tendo como proposta discutir os mecanismos de sustentação da conjuntura que produz o encarceramento e a lógica de estruturação do sistema carcerário, bem como sua função no imaginário social nos dias de hoje. O encarceramento é utilizado como mecanismo de punição de ‘delinquentes’, pessoas que foram de encontro às prescrições legais e códigos jurídicos de modulação da conduta social (França, 2008; Davis, 2018; Borges, 2019).

Em artigo anterior realizamos uma revisão de literatura que permitiu apresentar e discutir diversos artigos que articulam as dimensões ‘saúde’ e ‘sistema carcerário’. Entretanto, em nossos achados, nos deparamos com uma quantidade ainda restrita de produções acadêmico-científicas que problematizam os diversos fatores de interferência na saúde mental das mulheres encarceradas, especificamente em relação aos vínculos (Ribeiro e Aires, 2022). Sabe-se que os vínculos são uma dimensão importante na composição da subjetividade humana (Bion, 1959/1993; Zimmerman, 2010) e que, no contexto de privação de liberdade do sujeito, sofrem mudanças significativas. Barbosa e Bosi (2017) situam que o termo ‘vínculo’ é um conceito problemático, visto que não é claramente definido, e situa-se quase sempre no campo relacional entre outros termos, isto é, na interface com outros conceitos relativos à dimensão da saúde; “quase sempre é algo não demarcado, mas que deveria existir como condição para funcionamento da atenção básica em termos de responsabilização e longitudinalidade do cuidado” (Barbosa e Bosi, 2017, p. 1016).

Para a compreensão do termo ‘vínculo’ neste trabalho, adotou-se a concepção teórica apoiada em Wilfred Bion, segundo a qual vínculos seriam “elos de ligação – emocional e relacional – que unem duas ou mais pessoas ou duas ou mais partes dentro de uma mesma pessoa” (Bion apud Zimmerman, 2010, p. 23-24). Para o autor, os vínculos podem ser tanto externos, ligando o sujeito aos elementos e pessoas de sua realidade, quanto internos, ligando diferentes partes do psiquismo, como a mediação entre a consciência e o inconsciente, por exemplo.

No tocante às mulheres encarceradas, tanto os vínculos externos quanto os vínculos internos sofreram alterações com o evento do cárcere, seja pelo afastamento físico gerado por esse evento, no primeiro momento, seja pelo enfraquecimento da conexão entre a mulher e suas pessoas significativas com o passar do tempo. No espaço prisional, as estratégias de preservação dos vínculos afetivos encontram muitos entraves para se manter. Dentre os entraves à manutenção dos vínculos, pode-se citar desde a burocracia das instituições penitenciárias, em seu caráter material, até as representações sociais das pessoas encarceradas enquanto marginais da sociedade,

invisibilizadas, o que acaba gerando um distanciamento entre a família e a pessoa que está presa (França, 2013; Santos et al., 2018). O encarceramento produz efeitos não somente sobre a pessoa que está privada de liberdade, como também sobre sua família, na medida em que gera uma desestrutura na configuração ali existente. Estudos apontam que, na maioria dos casos, essas famílias já se encontram em situação de vulnerabilidade social e sob restrição de possibilidades de ascensão econômica (Wacquant, 2008; Martins, 2019).

Além disso, as políticas públicas de assistência social, embora se proponham a contemplar as famílias de maneira integral, sofrem sistemáticos ataques por meio do corte de verbas e obstáculos políticos, o que serve como instrumento de manutenção do projeto econômico neoliberal em curso em muitos países do mundo. O Estado abandona sua face assistencial e torna-se um Estado punitivo, individualizante, que direciona pautas coletivas a fracassos individuais, esvaziando-as e fragmentando as lutas sociais (Akotirene, 2019). Nesse cenário, é fundamental a construção de uma análise crítica acerca do pano de fundo que sustenta as práticas prisionais, cada vez mais preferidas pelo Estado para a manutenção e gestão das iniquidades sociais, por sua vez úteis para a materialização da agenda econômica pretendida (Birman, 2012).

No contexto prisional, as mulheres compõem um público identificado por diferentes vetores, e por isso mesmo discriminado de diferentes formas, seja pelo gênero, raça e/ou classe. As ações de saúde dentro das instituições prisionais pautam um cuidado preventivo e supostamente visam ofertar suporte a esse público (BRASIL, 2005), entretanto é preciso questionar até que ponto é possível falar em produção de cuidado no contexto penitenciário; o simples acesso às políticas de saúde é incipiente diante de um espaço que por si só opera sofrimentos de diferentes ordens, e além disso as ações cotidianas em seu interior contribuem para a intensificação desse quadro. Parece mais viável, por outro lado, orientar-se para a construção de práticas de diminuição do sofrimento, pois discutir manutenção de saúde nesses espaços é bastante complexo.

Nesse sentido, o presente artigo se propõe a contribuir para a produção acadêmico-científica por meio de uma pesquisa que tem como objetivo investigar os efeitos da fragilização dos vínculos afetivos, produzida pelo encarceramento, sobre a saúde mental de mulheres em situação de privação de liberdade. Buscamos compreender como é construída a experiência de encarceramento nas narrativas das mulheres encarceradas e examinar qual papel desempenham os vínculos afetivos construídos com seus filhos e/ou com parceiros na experiência subjetiva dessas mulheres.

2 RECORTE DE GÊNERO NA POPULAÇÃO PRISIONAL

Antes de compor a discussão do gênero e como esse marcador estrutura o sistema prisional, é importante explicitar o conceito de gênero empregado na presente pesquisa, visto que o termo varia de acordo com as diferentes perspectivas teóricas que embasam seu uso. Utilizaremos o aporte construído por Judith Butler (2003), segundo o qual o gênero é uma construção discursiva, performada repetidamente para que se crie a ilusão de ser uma categoria natural, inerente ao ser humano.

A naturalização do gênero, por sua vez, engendra na sociedade uma maneira característica de reconhecimento do mesmo nas relações sociais, uma vez que define os sujeitos e captura as subjetividades em um mecanismo específico, indissociando gênero e sexo. Nessa lógica, supostamente haveria apenas o gênero feminino e o gênero masculino, relacionados à definição dos órgãos genitais que diferenciariam biologicamente os seres humanos. Essa diferença seria reproduzida também socialmente, já que os comportamentos, costumes, roupas e demais signos componentes da cultura se desenvolveriam com base no que é prescrito para cada gênero (Firmino e Porchat, 2017).

As prescrições da lógica sexual binária mantêm funcionando a estrutura heteronormativa, dentro da qual cada gênero deve desenvolver papéis específicos e complementares: o masculino, associado à virilidade, à força, à obrigação de prover; o feminino, associado à vulnerabilidade, à gestão doméstica, ao cuidado. Nesse sentido, os papéis de gênero são responsáveis por definir espaços em que as identidades subjetivas dever-se-iam conformar. É também pela atribuição de papéis sociais que o exercício do poder sobre os corpos, isto é, o governo sobre os costumes através do julgamento moral, acontece (Foucault, 1979; Butler, 2003).

Aparecem então as assimetrias de gênero, hierarquizando o masculino e o feminino, pois o segundo está em relação de subordinação ao primeiro na conjuntura patriarcal e heteronormativa. Ao transpor essa discussão para o campo do sistema penal, sobre o qual se detém esta pesquisa, observa-se como o gênero estrutura esse sistema, na medida em que “o caráter profundamente influenciado pelo gênero da punição ao mesmo tempo reflete e consolida ainda mais a estrutura de gênero da sociedade como um todo” (Davis, 2018, p. 66).

Quando se discute o encarceramento feminino, frequentemente se incorre no equívoco de tratar a questão de maneira marginal ao encarceramento masculino, o que acaba por endossar a lógica patriarcal que subjuga um gênero em detrimento do outro (Davis, 2018). Nesse sentido, é

importante que se considere o gênero como marcador estruturante do sistema prisional pois é a partir dele que as punições pensadas para os homens e para as mulheres se diferenciam.

Angela Davis (2018), em *Estarão as prisões obsoletas?*, descreve como a questão das punições para os sujeitos desviantes da norma foram se modificando com base no marcador de gênero. A autora explica que, nos anos 1950, as punições existentes buscavam “regenerar” as mulheres consideradas criminosas treinando-as em atividades domésticas, como cozinhar, limpar e costurar. “Obviamente, um treinamento destinado a produzir esposas e mães melhores dentre as mulheres brancas de classe média produzia empregadas domésticas qualificadas dentre as mulheres negras e pobres” (p. 69). Com o passar do tempo, dos anos 1980 em diante, observou-se um aumento do número de mulheres encarceradas, bem como outras mudanças no contexto socioeconômico mundial, impulsionadas sobretudo pela globalização.

Nesse contexto, o sistema prisional também foi se modificando, absorvendo um maior número de mulheres, mas não necessariamente “preocupando-se” com elas no sentido de reconhecer as especificidades de gênero. Sempre houve uma representação diferente das mulheres criminosas em comparação aos homens porque considerava-se que a mulher que pratica um crime é mais “anormal” do que um homem, talvez justamente pela concepção da mulher como um ser dócil e inofensivo – ou que pelo menos deveria ser.

No tocante às punições, “enquanto a prisão surgiu e evoluiu como a principal forma de punição pública, as mulheres continuaram a ser submetidas rotineiramente a formas de punição que não eram reconhecidas como tal” (Davis, 2018, p. 71). Um exemplo é a internação em instituições psiquiátricas de mulheres que iam de encontro ao pacto conjugal, o que revela a ideologia segundo a qual as mulheres criminosas seriam insanas, de natureza corrompida, enquanto o homem criminoso era caracterizado como delinquente.

Com o aumento do contingente feminino nas prisões, surgiu um movimento para criação de espaços específicos para as mulheres. Com a criação das penitenciárias exclusivamente femininas, observou-se mudanças em suas estruturas: mudanças arquitetônicas para a inserção de quartos e berçários para as que tivessem filhos, espaços que se assemelhassem a uma residência e outros ajustes que evidenciam a introdução da domesticidade como forma de correção do comportamento (Davis, 2018). Davis aponta, porém, que essa domesticidade era direcionada às mulheres brancas, pois as mulheres negras, ao retomarem a liberdade, não se tornavam donas de casa, mas sim empregadas domésticas nas casas de mulheres brancas abastadas. A domesticidade,

portanto, era útil de outro modo.

As mulheres negras passavam por mais um tipo de violência: a violência da estrutura racista, que as direcionava ainda para os mesmos espaços que os homens. Elas “eram submetidas às crueldades do sistema de arrendamento de prisioneiros em nada amenizadas pela feminilização da punição” (Davis, 2018, p. 78); o que diz do uso do corpo da mulher negra como força de trabalho igual ao corpo do homem, apesar das especificidades de gênero. Somente no início do século XXI as prisões femininas começaram a se parecer mais com as masculinas, particularmente aquelas construídas no “complexo industrial-prisional” (Idem), em termos de estrutura e das ações penitenciárias – tempo de reclusão e atividades desenvolvidas, por exemplo.

Houve movimentos em nome da igualdade de gênero, nesse sentido, mas que acabaram por ampliar a conjuntura discriminatória já existente: ativistas do período reivindicavam que as mulheres fossem tratadas da mesma maneira que os homens; entretanto, esse tratamento era justamente pautado na repressão e na violência no cárcere – o que acabou gerando um paradoxo, pois buscava-se o mesmo tratamento para ambos, mas desconsiderava-se as singularidades do gênero feminino, nesse cenário.

O emprego do posicionamento feminista, mas de maneira liberal (economicamente falando), acabou por reforçar a conjuntura prisional violenta que já existia, ao invés de gerar condições diferentes – o que evidencia a importância de se considerar como a classe, além do marcador de gênero, é um componente fundamental nas estruturas sociais de maneira geral, e na estrutura do sistema prisional mais especificamente. Essa desigualdade econômica é corroborada por práticas elitistas, que encontram espaço para fortalecer políticas neoliberais que investem no crescimento do complexo industrial-prisional à medida que fragmentam as políticas de assistência social. Como consequência, “acabar com a assistência social vai criar uma nova classe, inferior, de mulheres e crianças, para serem abusadas e exploradas pela estrutura de dominação existente” (hooks, 2018, p. 56).

As disparidades de classe servem ao poder penal na medida em que contribuem para a manutenção das desigualdades de ordem racial e social. As mulheres negras, nesse sentido, são as que mais sofrem por passarem por diferentes processos de discriminação – e tradicionalmente não se utiliza um olhar integrado para essas questões nos espaços de formação e de construção de conhecimento. Nesse sentido, o conceito de interseccionalidade mostra-se uma potente ferramenta de análise da conjuntura em que estão as mulheres negras, sobretudo no sistema penal, tema do

qual o próximo tópico vai tratar.

3 GÊNERO, RAÇA, CLASSE: OS RETALHOS DO TECIDO SOCIAL

Existem diferentes maneiras de analisar a conjuntura social que estrutura modos de pensar, de agir, de se relacionar. Ao comparar determinados grupos sociais com outros, evidenciam-se as desigualdades que servem de subsídio a ideologias segregacionistas, que buscam manter as iniquidades sociais – o que, por sua vez, fortalece instituições reguladoras do comportamento e dos costumes prescritos.

A lógica patriarcal, por exemplo, prescreve o acesso masculino a privilégios e endossa a subordinação feminina. A lógica de segregação racial prescreve a superioridade de pessoas brancas em detrimento de pessoas não brancas. A lógica de estruturação econômica da sociedade compreende a distinção por classes, supondo a existência de uma classe com acesso a bens materiais e acúmulo de riquezas, e outra que trabalha para sustentar o privilégio da primeira, tendo sua força de trabalho explorada e suas reivindicações reprimidas.

Ao longo da história, grupos politicamente minoritários se organizaram para reivindicar melhores condições – de vida, de educação, de saúde – face às assimetrias existentes que favoreciam uns em prejuízo de outros: o movimento trabalhista organizado pelos operários nas fábricas, o movimento negro, o movimento feminista... Estas foram reações construídas diante das ações percebidas como injustas e direcionadas às minorias. Nesse processo, identidades políticas foram construídas, servindo de subsídio para a composição das subjetividades dos sujeitos que, através da identificação com determinados marcadores, afirmam-se enquanto indivíduos e acessam lugares de estima social no jogo de saber-poder que subsidiam os discursos circulantes na sociedade e na cultura (Woodward, 2006).

Tradicionalmente, cada segmento se articula por meio da associação entre pares para diferenciar-se dos demais e fortalecer a organização interna. Entretanto, existem singularidades na composição de um movimento. Para ilustrar esse argumento, utilizemos o movimento feminista: as primeiras reivindicações das mulheres na sociedade aconteceram tendo como mote a disparidade econômica entre elas e os homens; esses últimos, já imersos no contexto de trabalho das fábricas e seguindo o padrão sexista de provedores financeiros, não participavam das atividades domésticas e da criação dos filhos – tarefas delegadas às mulheres. Havia ainda a ausência feminina na vida política, já que as mulheres não podiam votar (Davis, 2016).

As reivindicações feministas vieram de mulheres que queriam independência financeira, mas estavam em situação de privilégio econômico; ou seja, tinham provedores para suas necessidades materiais. Isso lhes dava muito tempo para cuidar da casa e dos filhos, contando com o apoio de empregadas domésticas, o que representava fonte de insatisfação por se sentirem limitadas somente à função de cuidadoras. Entretanto, as mulheres pobres, que já precisavam trabalhar para se manter, sabiam que o salário que recebiam não seria suficiente para libertá-las – para elas, na verdade, a “liberdade” seria justamente poder ficar em casa (hooks, 2018).

Isso evidencia um aspecto importante no movimento de emancipação feminina, pois denuncia as diferenças de classe entre as mulheres, mostrando que o movimento feminista nunca foi uniforme, como por vezes se pensa. “O patriarcado convencional reforçou a ideia de que as preocupações das mulheres de grupos com privilégio de classe eram as únicas dignas de atenção” (hooks, 2018, p. 54). Nesse sentido, o movimento feminista acabou cooptado, pois reforçou a conjuntura classista fonte de opressão, na medida em que considerou apenas as reivindicações de pessoas brancas privilegiadas, como se pudessem se estender a todas as mulheres.

O movimento feminista foi se modificando e se atualizando ao longo do tempo, mas em seu início não considerava as especificidades advindas do recorte de raça/cor. No princípio da luta feminista, a racialização passa despercebida justamente porque quem orienta a luta são mulheres brancas de classe média, que puderam ter acesso à educação formal e ascender intelectualmente – recurso ao qual as mulheres negras não tinham acesso, pois são preteridas nos ambientes de trabalho e de educação (Gonzalez, 2020).

Nesse ponto, é importante orientar a discussão para o aspecto racial que perpassa a vivência das mulheres, pois o lugar da mulher negra na sociedade é específico. Enquanto pessoas que ocupam lugares desfavorecidos na sociedade, as mulheres negras se encontram na intersecção entre os marcadores de gênero e de raça, bem como o de classe, visto que a maioria delas compõe as camadas mais vulnerabilizadas da sociedade. Isso advém de um percurso histórico que prejudica as pessoas negras desde o período colonial em função das políticas instituídas quando do fim legal da escravidão.

Ainda que posteriormente a sociedade tenha se reconfigurado, as pessoas negras enfrentaram dificuldades de alocação social e econômica nesse novo cenário, pois não houve ações políticas de proteção social; pelo contrário, houve um abandono do Estado somado a uma política de importação de mão-de-obra para atender a uma política de branqueamento do Brasil. Por

consequente, às pessoas negras não foi permitido que viessem a ocupar setores diferentes daqueles que anteriormente lhe eram destinados: no caso das mulheres negras, o trabalho doméstico e os subempregos. Com a nova configuração de sociedade, a mulher negra passou a ser pilar de sua família, arcando com as tarefas domésticas e cuidado com os filhos, por um lado, e trabalhando todos os dias, o dia todo, em casas de famílias de classe média branca, por outro (Gonzalez, 2020).

As pessoas negras em geral – e a mulher negra mais especificamente – vivenciam uma conjuntura que, além de não possibilitar seu acesso a determinados bens de consumo, pauta uma divisão racial do trabalho que contribui não só para a manutenção, mas para a ampliação das desigualdades. No Brasil, “o desenvolvimento econômico (...), enquanto desigual e combinado, manteve a força de trabalho negra na condição de massa marginal, em termos de capitalismo industrial monopolista, e de exército de reserva, em termos de capitalismo industrial competitivo (satelitizado pelo setor hegemônico do monopólio)” (Gonzalez, 2020, p. 86). Soma-se a essa conjuntura desigual a implantação do modelo econômico neoliberal e a importação de um modelo penal que fortalece o poder punitivo do Estado e endurece a violência policial – combinação que evidencia as iniquidades e faz crescer de maneira exponencial a opressão contra as minorias políticas.

Apesar do avanço tecnológico e industrial, o Brasil ainda é um país essencialmente agrário, que conta com latifúndios e monoculturas para a sustentação de sua economia – herança do modelo escravocrata de outrora que deixou um legado não apenas material, mas sobretudo simbólico que compõe o imaginário social e influencia o comportamento das pessoas, que tendem a subalternizar os indivíduos não brancos face aos indivíduos brancos.

As práticas racistas que estruturam a sociedade brasileira se apresentam perversamente pois, por um lado, são taxativas e cruéis com aqueles que são vítimas da discriminação e, por outro, se camuflam por trás do mito da democracia racial. Esse mito ainda circula na sociedade e, por isso mesmo, se atualiza e amplia no intuito de manter-se como fundador de diversas práticas sociais e de ideologias que reverberam no fazer diário das pessoas, desde ações do cotidiano até a construção de políticas, por exemplo.

O caráter universalizante de determinadas políticas aparentemente representa um avanço por se pretender englobar todos os segmentos da população; entretanto, é justamente nesse ponto que as especificidades se perdem, são diluídas na amplitude do discurso que supostamente contempla a todas as pessoas – porém, há que se considerar as especificidades de gênero e de raça

que funcionam simultaneamente quando se fala de mulheres negras; daí a importância da interseccionalidade como ferramenta de análise para focar justamente os aspectos específicos que se perdem na grande discussão.

“O epistemícidio da teoria feminista produziu os altos índices de violência contra a mulher negra. Houve falta de metodologias adequadas às realidades das mulheres negras e a preocupação central com a categoria gênero, adiando a marcação racializada do fenômeno” (Akotirene, 2019, p. 41). Assim, ocorrendo-se produz um desempoderamento das mulheres e a relativização de suas posições sociais a depender de quem está falando – e sobretudo, para quem.

As políticas públicas que definem muitas das ações desenvolvidas nas instituições, inclusive as prisões, devem levar em consideração essa discussão. No entanto, o que se observa é apenas uma reordenação das práticas de opressão, ao invés de um movimento de mudança estrutural. Juliana Borges (2019, p. 71) a esse respeito sintetiza:

Por mais que políticas sociais tenham realizado mudanças robustas no acesso e na vida da população negra brasileira, é possível enxergarmos como as estruturas racistas se reordenam para que, estruturalmente, pouco se modifique. A falta, portanto, de uma perspectiva interseccional na formulação de políticas públicas é um fator decisivo.

A perspectiva interseccional, portanto, apresenta-se como ferramenta analítica extremamente potente para a compreensão da articulação dos marcadores identitários e de como isso produz diferentes opressões. O conceito de interseccionalidade foi primeiramente pensado por Kimberlé Crenshaw (1989) e “demarca o paradigma teórico e metodológico da tradição feminista negra, promovendo intervenções políticas e letramentos jurídicos sobre quais condições estruturais o racismo, sexismo e violências correlatas se sobrepõem, discriminam e criam encargos singulares às mulheres negras” (Akotirene, 2019, p. 35).

Frequentemente, as discussões sobre as discriminações raciais e de gênero colocam essas categorias como coisas diferentes, separadas. Porém, “a interseccionalidade sugere que, na verdade, nem sempre lidamos com grupos distintos de pessoas e sim com grupos sobrepostos” (Crenshaw, 2012, p. 10). E quando se trata de pessoas que estão na interseção entre marcadores, como as mulheres negras pobres, tende a ocorrer um tipo diferente de discriminação. Nesse sentido, elas são colocadas em outro lugar, em um não-lugar, já que não estão sofrendo discriminações específicas; estão em um terceiro caminho, no qual os estereótipos estão sobrepostos e geram um tipo diferente de discriminação, a discriminação composta. Essa discriminação é intensificada ainda pelo que Crenshaw (2012) chama de “propaganda de gênero com componente racial” (p. 13): o

estereótipo de gênero determina quem é a mulher boa e má; o estereótipo de raça determina que as mulheres negras são más, enquanto as brancas são puras e inocentes, independentemente de quais sejam as circunstâncias em que estão essas mulheres.

Na organização dos movimentos sociais, gênero e raça são questões tratadas como mutuamente exclusivas, como se devesse tratar de um problema de cada vez; entretanto, esse pensamento representa um entrave à aplicação da perspectiva interseccional no debate, uma vez que parece haver uma escolha de qual questão priorizar, quando as discriminações não realizam essa distinção – elas ocorrem simultaneamente (Crenshaw, 2012; Akotirene, 2019). Nesse ínterim, se por um lado o feminismo é organizado por mulheres brancas e o movimento negro organizado por homens negros, onde estão as mulheres negras nesse cenário? Invisibilizadas. “Seus problemas, às vezes, ficam subincluídos” (Crenshaw, 2012, p. 14), conferindo desvantagem a esse subgrupo nas discussões pela conquista de direitos políticos e de representação.

“Ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no nível mais alto de opressão.” (Gonzalez, 2020, p. 50). Por isso é tão importante a construção dos discursos por parte desse público, pelas mulheres elas mesmas, a fim de que sua voz possa ressoar e se fazer escutar. O discurso científico, por exemplo, é uma ferramenta que pode servir tanto para ratificar a ideologia discriminatória quanto para denunciá-la. Nesse sentido, a produção discursiva deve ser feita pelas pessoas a que se destina, com as mulheres negras ocupando lugar de protagonismo ao construir suas narrativas (Xavier, 2019).

A presente pesquisa está estruturada de modo a direcionar esse protagonismo para as mulheres participantes do projeto, buscando possibilitar que elas falem por si; são pessoas que estão experienciando a vivência no cárcere, mas não se reduzem a essa vivência e, por vezes, tem os discursos sobre suas vidas produzidos por outrem: pela instituição, pelo Estado, pela sociedade... O que produz um apagamento do sujeito e a alienação de sua narrativa.

No tópico seguinte, serão apresentados os dados produzidos por essa pesquisa, realizada em uma instituição prisional, a respeito da saúde mental de mulheres encarceradas. Para tanto, a articulação entre o aporte teórico e os discursos produzidos por elas acerca dos vínculos afetivos pregressos ao evento do cárcere, subsidiarão as análises desses marcadores e de como o afastamento desses vínculos teve efeito sobre a saúde mental das mulheres privadas de liberdade.

4 ARTICULANDO PRIVAÇÃO DE LIBERDADE, MODIFICAÇÃO DE VÍNCULOS E SAÚDE MENTAL

4.1 Percurso metodológico

O presente artigo deriva de uma pesquisa de mestrado desenvolvida no Conjunto Penal Advogado Nilton Gonçalves, localizado em Vitória da Conquista – BA. “Fundado em dezembro de 1993, é uma obra realizada pelo governo da Bahia integrando o Programa de Regionalização do Sistema Penitenciário do Estado. O presídio atualmente é vinculado à Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização – SEAP do Estado da Bahia” (Freitas e Alves, 2015, p. 3370). De acordo com a Secretaria (SEAP, 2019), o conjunto penal destina-se ao recolhimento de presos de ambos os sexos em regime semiaberto e os sentenciados ao regime fechado, bem como os presos provisórios das Comarcas adjacentes relacionadas ao município.

A pesquisa, de metodologia qualitativa, descritiva, de caráter exploratório, foi realizada com seis mulheres privadas de liberdade, que concordaram em participar do estudo mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e que atendiam aos critérios de inclusão, quais sejam: possuir vínculo materno-infantil e/ou vínculos com parceiras ou parceiros, além da disponibilidade de participação.

A pesquisa seguiu os protocolos de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), e foi autorizada pelo parecer nº 28380020.4.0000.5556. A coleta de dados aconteceu por meio de entrevista individual semiestruturada, realizada no espaço aberto de que dispõe o Conjunto Penal. Arquitetonicamente, a instituição conta com dois grandes blocos, conectados por corredores, dentro dos quais ficam as alas com as celas. Há um pátio no primeiro bloco, onde ficam os homens, e um espaço aberto com jardim, no segundo bloco, onde ficam as mulheres.

Os dados foram submetidos à Análise do Discurso (AD) de vertente pecheutiana (Pechêux, 1969/1993). Nela, o discurso é compreendido como materialidade linguística, na qual os sujeitos se constituem em interface com a linguagem, que por sua vez, está atrelada ao campo discursivo, numa perspectiva estrutural. Desse modo, o discurso não é apenas uma produção linguística, mas composto sobretudo por fatores extralinguísticos, vinculados à ideologia na qual se formaram, o que revela a interface política do discurso.

Assim, “os discursos são formados na convergência e não podem ser vistos fora dos seus contextos sócio-históricos de produção. Logo, o contexto histórico é formador de sentido e de

significado” (Camargo, 2019, p. 172). É dessa forma que os sujeitos atribuem sentidos e produzem discursos sobre suas vivências, enunciando muitas vezes formações anteriores à sua própria existência, que se mantém viva pela passagem do tempo e pela repetição dos costumes culturais que se atualizam.

Na interface, está a construção das Formações Discursivas (FD). Nelas é possível identificar o que os sujeitos “dizem sem dizer”, enunciam sem se dar conta; no trabalho de análise do pesquisador, emergem as formações discursivas a partir da repetição de termos, enunciados específicos, que evidenciam a formação que lhes deu origem. Essa identificação das FDs acontece a partir da transcrição das falas coletadas, momento em que o pesquisador já inicia seu processo de interpretação.

No contexto da pesquisa em questão, foram realizadas entrevistas individuais semiestruturadas, para que não se restringisse o escopo de raciocínio e interpretação da participante e, ao mesmo tempo, manter uma linha de raciocínio que norteasse a coleta de dados por parte da pesquisadora. Além da coleta de dados de caracterização da amostra (nome, idade, cor, tempo de reclusão), as perguntas versaram sobretudo acerca das vivências pregressas ao cárcere, qual a rotina das mulheres no interior da instituição, se elas percebiam e como percebiam, no campo da saúde, alterações advindas da configuração de vida atual, bem como questões relacionadas ao tratamento que recebiam na instituição, a importância dos vínculos que mantinham e eventualmente se gostariam de acrescentar alguma informação ao que já haviam respondido.

Para a realização das entrevistas, foram seguidos os protocolos de ética em pesquisa, desde a submissão do projeto ao CEP, passando pelo contato com a instituição e coleta de autorização, até a marcação dos dias e horários de visita à instituição. As entrevistas ocorreram no espaço aberto de que a instituição dispõe, localizado logo à frente do bloco feminino. As agentes penitenciárias inicialmente não concordaram em deixar as entrevistadas e a pesquisadora a sós, entretanto após esclarecimento da necessidade de preservação do sigilo e privacidade das participantes, as entrevistas ocorreram sem maiores percalços.

Serão apresentados a seguir os dados de caracterização das participantes, bem como as unidades discursivas identificadas a partir da reunião dos dados, transcrição e posterior interpretação das entrevistas.

4.2 Caracterização da amostra de pesquisa

O critério de inclusão para seleção das participantes deste estudo foi: possuir vínculo materno-infantil e/ou vínculos com parceiro ou parceira, além da disponibilidade de participação das mulheres na pesquisa. Foram pensados como critérios de exclusão a recusa das mulheres e o ganho de liberdade ou transferência para outra unidade. Participaram deste estudo seis mulheres, com idades diferentes, variando entre 24 e 47 anos. Destas, duas se identificam como pessoas brancas e as demais se identificam como pardas. Cinco delas têm filhos, sendo que uma das participantes ainda estava gestante na época das entrevistas; apenas uma das participantes não tem filhos.

O tempo de reclusão das mulheres na unidade prisional em que o estudo foi desenvolvido varia de um mês a um ano, no máximo. A instituição é de caráter provisório, retendo pessoas que estejam esperando a conclusão do processo judicial e/ou deliberação de sentença. Ao serem perguntadas se já haviam passado por outras penitenciárias, três responderam que sim, enquanto outras três estavam lá pela primeira vez. As entrevistas das mulheres tornaram possível a análise e interpretação de discurso, a partir das unidades de sentido descritas a seguir.

4.2.1 *Todo dia ela faz tudo sempre igual*

Nesta seção, procurou-se articular os elementos que compõem a rotina das mulheres encarceradas, bem como as relações estabelecidas nesse contexto – não só de convivência entre si, mas também as relações entre elas e os funcionários da instituição prisional.

Um componente importante da vivência no espaço prisional é, sem dúvida, a rotina diária. É no cotidiano que as interações se estabelecem, as práticas são incorporadas ao fazer diário, os discursos circulam entre as pessoas. Ao serem perguntadas como poderiam descrever a rotina na instituição prisional, as participantes mencionaram as atividades que desenvolviam durante o dia; através das descrições, foi possível observar a restrição de ações e o grande intervalo de tempo ocioso de que dispõem as mulheres:

“Eu levanto de manhã, tomo meu café, tomo meu banho de sol, e **volto novamente pra cela.**” (Maria Beatriz⁴)

“Acordo, tomo banho, visto a roupa, tomo café, vou pro pátio, tomo um sol, **volto pra cela**, não tem muita coisa pra fazer, **não tem nada**, nossa rotina é só essa” (Carla)

⁴ Os nomes utilizados são nomes fictícios para preservar a identidade das participantes.

Percebe-se, pelas falas das participantes, que elas dispõem de bastante tempo sem que necessariamente estejam direcionadas a alguma atividade. De maneira geral, o ócio é uma questão problemática em uma sociedade que demanda alta performance e grandes taxas de produtividade dos indivíduos. Rapidamente o ócio pode ganhar um contorno moral, ser entendido como preguiça ou como tempo ocioso que pode abrir brechas para longas reflexões, não necessariamente positivas.

Psiquicamente, isso gera um efeito de intensificação do sofrimento, na medida em que o sujeito se vê diante do julgamento constante: do sistema judiciário, da sociedade, de si mesmo (Santos et al., 2018; Mello e Marques, 2019), e ao refletir sobre sua condição, acaba pensando repetidamente sobre o que escuta e o que vê construído a seu respeito no discurso do outro.

Um fator que poderia contribuir para a diminuição do sofrimento psíquico na prisão seria justamente a oferta de diferentes atividades que pudessem servir não apenas para ocupação do tempo, mas enquanto oportunidade de criação e elaboração, já que fisicamente se está restrito ao espaço penitenciário; entretanto, percebe-se uma escassez nesse sentido. As participantes que relataram exercer outras ações em suas rotinas descreveram práticas eminentemente domésticas:

“Ah, de manhã eu acordo, vou lá, tomo café, aí às vezes durmo, acordo meio dia, como, aí tomo café de novo, vejo novela, deixa eu ver... Vou lá, janto, que é quatro horas da tarde, o boa noite é cedo (risos), aí fico vendo televisão, tomo banho, faço minhas coisas, aí eu lavo uma roupa às vezes (...), **a rotina é como se eu tivesse em casa**. Mas não é sua casa né, mas é como [se fosse]” (Giovana)

“**Eu trabalho na casa né**, é minha rotina. Eu pago a rampa⁵, limpo as celas, e tem o quarto né”. (Conceição)

Pode-se identificar, por esses relatos, que o dia a dia das mulheres encarceradas apresenta uma rotina semelhante à que se desempenha no contexto doméstico, comumente. O direcionamento eminentemente para o feminino de ações pertencentes ao cuidado doméstico é derivado da lógica heteronormativa que atribui papéis sociais com base no gênero, a partir da divisão binária. Esse pano de fundo fornece as condições materiais de produção dos discursos, não apenas no ambiente prisional, mas mesmo antes, em que provavelmente as atividades domésticas também estavam presentes no cotidiano dessas mulheres.

A partir disso, pode-se retomar também a discussão feita por Davis (2018) acerca da função do comportamento doméstico como instrumento de correção nos ambientes prisionais: essa

⁵ pagar a rampa = levar alimentação para as celas

mulher, antes infratora, no contexto prisional reproduz as ações que na sociedade são entendidas como pertencentes ao gênero dela; e quando sair da prisão, pode ser que não encontre um cenário muito diferente, já que às pessoas que passaram pelo cárcere é dificultado constantemente o acesso a outros mecanismos de inserção social. Elas encontram dificuldades para conseguir empregos, passam por situações de desconfiança, julgamento moral e ostracismo social (Arndt e Lange Junior, 2020).

Um outro fator importante da vivência no cárcere é o tratamento que as mulheres recebem das/dos profissionais da instituição. A instituição prisional é um lugar em que práticas de opressão se reproduzem diariamente, com a deslegitimação das queixas das pessoas encarceradas, e a reafirmação do lugar de autoridade dos profissionais sobre as pessoas que ali estão privadas de liberdade. Acerca do tratamento recebido das/os funcionárias/os, as participantes não apresentaram queixas, como se pode observar nos trechos:

“As que trabalham aqui me tratam muito bem, graças a Deus, que aqui é um presídio de **pessoas do bem**” (Maria Beatriz)

“As pessoas da casa são muito **humanas** aqui” (Angela)

“Não tenho o que falar de ninguém não” (Conceição)

Essas percepções suscitam questionamentos: é realmente esse o tratamento, “humano”, que elas recebem no cotidiano da instituição? Quais sentidos preestabelecidos essas falas representam? Ainda que as entrevistas tenham ocorrido na presença somente da pesquisadora e das participantes, saber que a figura da autoridade imediata estava logo ali ao lado, pronta para levá-la de volta para a cela assim que a entrevista terminasse, acaba produzindo também um silenciamento, na medida em que a presença dessa autoridade é marcada diariamente na rotina das mulheres, e com ela as práticas de opressão reproduzidas no espaço prisional.

Além disso, pode ter havido a internalização pelas mulheres do discurso preexistente segundo o qual as pessoas encarceradas não têm direito a queixas, pois os direitos a que tinham acesso foram perdidos no momento em que o crime foi cometido, e por isso não evidenciam esse aspecto em seus relatos – naturalização decorrente dos (inter)discursos circulantes na sociedade, componentes das formações imaginárias que subsidiam a Formação Discursiva que vincula cárcere e desumanização, em que as ações infracionais justificam o isolamento e o não reconhecimento das pessoas encarceradas.

Acerca das relações interpessoais desenvolvidas entre elas no ambiente penitenciário, as

entrevistadas pontuaram aspectos diferentes. Surgiram descrições de conflitos entre elas, por exemplo:

“É muito difícil, porque hoje você é, amanhã você já não é mais, você pode talvez contar algum segredo e jogar aí no pátio e virar aquela confusão toda, que eu já presenciei isso” (Maria Carolina)

“Dentro da cela só tem mesmo a conversa com as meninas que estão comigo, porque comas outras lá eu não tenho” (Maria Carolina)

Pode-se inferir que existe uma ambiguidade na maneira como as mulheres definem essas relações, pois ao passo que pontuam as questões de conflito, também relatam as oportunidades de construção de apoio em rede:

“Aprendi a ter a regra lá dentro que é você andar com poucas pessoas lá dentro, **ter amizade, mas bem distante**, não conversar muito, então eu peguei isso pra mim” (Maria Beatriz)

“Elas ‘me entende’, eu entendo elas, **uma tenta ajudar a outra**, o que eu puder fazer por elas eu faço, o que ‘elas puder’ fazer também faz, e é isso” (Maria Beatriz)

“Aí as meninas que tem mais força chegam e **‘dá’ um apoio** pra gente, isso aí também conta muito, e você pensa dez vezes antes de ficar sofrendo” (Giovana)

A ambiguidade é um fator constitutivo da linguagem, pois o discurso se produz justamente na interrelação entre linguagem, sujeito e história. Historicamente, a prisão foi se engendrando no imaginário social como lugar de extrema hostilidade, fonte e catalisador de sofrimentos diversos. O imaginário, componente da cultura, que por sua vez, se constrói por meio da linguagem, é o que dá subsídio para o estabelecimento das relações do sujeito com os objetos no mundo, e assim os discursos se produzem na fronteira entre esses elementos.

Nas falas das entrevistadas, observa-se como o discurso desliza e se movimenta: ao passo que elas pontuam comportamentos de afastamento, falam também do suporte produzido entre elas para lidar com os sofrimentos produzidos pelo cárcere – o que não são elementos mutuamente excludentes, como se poderia supor, considerando o que se cristalizou no imaginário social.

Pode-se inferir que existe um aparente movimento de fortalecimento da rede que poderia se criar ali entre elas, enquanto ferramenta de preservação delas mesmas, mas que o tempo todo parece ameaçado pela instabilidade da instituição, a desconfiança latente, o constante estado de alerta. Michel Foucault, em *Vigiar e Punir* (1987), descreve que a possibilidade de formação de alianças entre os encarcerados pelo fator comum de estarem privados de liberdade é um “perigo” para a manutenção do poder da instituição, porque uma articulação entre eles pode se construir; namedida

em que as mulheres se desarticulam, ou perdem a oportunidade de fortalecer essa união, contribui para a manutenção do lugar da instituição prisional como ferramenta de correção e conformação dos indivíduos.

Uma fala específica se destacou no processo analítico, a partir da qual podem ser feitas algumas pontuações:

“[As mulheres] ‘cuida’ uma da outra. Faz a unha, faz um cabelo, uma coisa assim. É difícil lidar, ter que se adaptar com pessoas que a gente não conhece, mas não tem escolha né, então fazer o quê? (...) Eu não vou me acostumar com a cadeia, **eu tô me adaptando a ela**. Agora, me acostumar eu não vou me acostumar não” (Carla)

Nesse trecho, pode-se observar uma conformação que, em outra circunstância, provavelmente não se daria do mesmo modo; ela usa o termo **se adaptar** à prisão, não se acostumar. Essa adaptação pode ser compreendida enquanto estratégia de sobrevivência, considerando que o cárcere é um ambiente extremamente hostil, o que dificulta a preservação dos sujeitos.

Entretanto, nesse movimento de adaptar-se ao ambiente, os aspectos componentes da subjetividade, que diferenciam os sujeitos, e compõem as individualidades, acabam sendo diluídos no processo, reprimidos pelos mecanismos diários de opressão vivenciados no cárcere. Isso evidencia justamente o que a literatura acerca dos mecanismos de funcionamento da prisão indica: enquanto dispositivo de gestão das iniquidades sociais e local de “armazenamento” de indivíduos, o cotidiano nesse ambiente faz com que as pessoas se desumanizem, afastando-se aos poucos de suas singularidades, adaptando-se para sobreviver (França, 2013).

Essas condições incidem sobre a saúde das mulheres de diversas maneiras, que veem na rotina diária suas aspirações condicionadas ao que determina o poder penal, desde o momento que tiveram sua liberdade cerceada até os meandros da vida diária que se constroi na prisão. O corpo, enquanto superfície dos acontecimentos, guarda registros tanto da opressão por parte da ideologia dominante sobre os corpos pretos, pobres, subalternizados economicamente, como das possibilidades de resistência e criação de outras alternativas.

A lógica heteronormativa que estrutura a sociedade se reproduz nos discursos individuais das pessoas, que por sua vez retroalimentam essa ideologia, que aparece como fator extralinguístico num primeiro momento, mas pela repetição, acaba sendo naturalizada, e assim assume um caráter de aparente verdade (Butler, 2003; Orlandi, 2013). O ambiente do cárcere é produtor e reproduzidor de práticas prescritivas, pautadas na classificação e divisão dos sujeitos pelo gênero – o que transparece nas falas das mulheres, que também reproduzem o discurso de atribuição de papéis

sociais pautados no gênero, e verbalizam esse aspecto quando discorrem sobre suas relações com os outros. Acerca desse aspecto, serão feitas algumas pontuações na próxima seção.

4.2.2 *Que mundo errado que nos separou de nós*

Nas entrevistas realizadas, foi possível perceber como o marcador de gênero estrutura diversas questões, desde as práticas institucionais pautadas na diferenciação por esse marcador, até a maneira como as pessoas veem a si mesmas, a representação que têm de si. Quando perguntadas sobre as pessoas significativas em suas vidas, as participantes pontuaram principalmente suas relações com os filhos, destacando sobretudo a função de cuidadoras, como ilustram os seguintes trechos:

Eu sempre criei meus filhos sozinha (...). Eu falo pra todo mundo que eu posso ser uma mãe louca, doidinha, correr pra lá e pra cá, vinte e quatro horas nesse mundão sozinha aí, porque eu perdi minha família, meus pais, meus irmãos, **mas meus filhos são bem educados**. (Angela)

Não tenho nenhum problema com eles. **Cuido muito bem deles**, tanto do meu filho quanto das minhas filhas. Estuda, tem treino e tudo mais. Não tenho muito do que reclamar não (Carla)

Espero que o juiz assine [a sentença] e eu vá embora **cuidar da minha família** (Maria Carolina)

Socialmente, a prescrição da função do cuidado como algo que deve ser desempenhado pela mulher deriva da ideologia segundo a qual ‘feminino’ e ‘cuidado’ estão diretamente vinculados; entretanto, as falas das mulheres demonstram outros aspectos para além desse ponto. É possível perceber que o bom desempenho dessa função representa para elas motivo de orgulho, constituindo um aspecto positivo nessa relação. Há uma diferença entre desempenhar um papel, que se acredita ser obrigatório, e a elaboração dessa atividade, psiquicamente falando. Contudo, também é importante considerar o desejo implicado na função de cuidar para que não sejam desconsiderados os aspectos subjetivos no desempenho do papel social.

Há uma Formação Discursiva de gênero com a qual as mulheres se identificam na medida em que reproduzem os elementos constitutivos dessa formação, naturalizando os elementos do interdiscurso e da interpelação ideológica que sustentam a FD; esses elementos “constituem, no discurso do sujeito, os traços daquilo que o determina” (Pêcheux, 2014, p. 163).

Quando determinado aspecto sobressai no discurso, outros efeitos de sentido ficam “em segundo plano”, por assim dizer. Nas entrevistas, as mulheres pontuaram as consequências do bom

desempenho da função de cuidar (os filhos são bem cuidados, bem educados, mesmo estando longe delas), mas não pontuaram necessariamente como se sentiam em relação a isso, se gostavam ou não, o que sentiam a respeito.

Pode-se inferir, a partir disso, uma formação discursiva materna atrelada à atividade do cuidado, evidenciada nos sentidos atribuídos pelas entrevistadas relacionados exclusivamente a esse lugar. O “‘apagamento’ de outras imagens se deve ao imaginário funcionar produzindo determinados efeitos de sentidos e silenciando outros” (Da Costa, 2018, p. 9).

Nos relatos das mulheres acerca das relações que consideram significativas, percebe-se a grande importância atribuída ao outro, nesse caso, os filhos; a percepção sobre si mesmas acaba assumindo lugar secundário no discurso. A capacidade de desempenhar um bom papel no lugar de cuidadora é algo importante para elas, e quando o desempenho desse lugar aparece como cobrança, isso acaba se tornando um incremento à punição na instituição prisional; o afastamento desse vínculo materno-infantil em virtude do cárcere afeta a percepção das mulheres, pois além de experimentarem o afastamento, a instituição prisional não subsidia a manutenção desse vínculo, e ainda o precariza – o que por sua vez, se relaciona com a saúde mental ensejando sofrimento destas mulheres-mães.

Ao serem perguntadas sobre como definiriam a relação com seus filhos, as participantes pontuaram sobretudo a alta estima que direcionam a esse vínculo, atribuindo mais valor aos filhos do que a si mesmas, como mostram os trechos:

“‘Nós é’ muito ligada [ela e a filha]. Quando eu vim presa ela ficou muito abalada né, teve até que levar no hospital, que ela deu febre, ficou sem comer, então ‘nós é’ muito ligada uma com a outra. **Eu acho também que se eu não tivesse ela eu não estaria nem contando essa história pra você**” (Maria Beatriz)

“‘Nós sempre foi’ muito unido. **Se eu perder o contato com meu filho eu prefiro perder minha vida**” (Maria Carolina)

“Eu não tenho mais ninguém, **a minha família abaixo de Deus é só meus filhos**” (Angela)

“Rapaz, não sei nem te descrever, sinceramente. Mas não, **eles estão sempre comigo**. Não agora, né, infelizmente. Mas **eles estão sempre comigo**” (Carla)

As falas demonstram uma vinculação importante entre a (sobre)vivência das mulheres e a presença (que se materializa por meio da ausência, se formos observar) de seus filhos, numa relação diretamente proporcional. Os vínculos são uma importante dimensão da vivência humana e, no contexto em questão, podem ser analisados tanto pelas conexões externas quanto internas. Os

vínculos externos, entre o sujeito e o seu entorno (Zimmerman, 2010), nesse caso entre as mulheres e seus filhos, aparecem sendo modificados e dificilmente alimentados em virtude dos vários entraves do sistema penal.

Os vínculos internos, que por sua vez conectam diferentes partes do psiquismo (Zimmerman, 2010), também passam por modificações nesse contexto, sendo sistematicamente fragilizados pelos mecanismos de opressão reproduzidos pelas prisões. Quando as mulheres falam sobre a relação com os filhos, elas atrelam o valor de suas vidas às vidas dos filhos; dependem deles para sobreviver – na contramão do que difundem as ideologias (médicas, biológicas, sociais...), em que são os filhos que dependem das mães para sobreviver. As mulheres encarceradas estão desvinculadas de si mesmas, e residindo totalmente no olhar e no querer do outro – que nesse caso, são aqueles a quem se apegam. Nessa perspectiva, a qualidade do vínculo determina a qualidade de vida de cada mulher.

Percebe-se como esse aspecto constitui um importante fator na análise da experiência do cárcere que as mulheres descrevem, tendo efeitos não apenas na interface entre o gênero e a atribuição de papéis sociais, como também no campo afetivo de cada participante. Os afetos por elas gerenciados não estão restritos às relações desenvolvidas no ambiente do cárcere; aparecem, primeiramente, nas vivências pregressas a esse momento. Para a discussão desse tópico, vejamos a seção a seguir.

4.2.3 Minha vida, meus mortos, meus caminhos tortos

Muitos são os fatores envolvidos na discussão sobre a saúde das pessoas privadas de liberdade – até onde se pode falar em saúde num ambiente produtor de sofrimentos, como o ambiente prisional. No caso das mulheres encarceradas, esse aspecto é ainda mais complexo pelos determinantes sociais componentes de suas trajetórias, as vivências pregressas ao cárcere; e, nesse ínterim, os vínculos estabelecidos entre elas e as pessoas que consideram significativas.

A dimensão dos vínculos afetivos pode ser compreendida como um componente fundamental nas interações humanas e, enquanto objeto de estudo, é algo pouco explorado em produções acadêmicas relacionadas especificamente ao público de que trata este escrito. Nesse sentido, o processo analítico debruçou-se também sobre as FDs relacionadas à questão dos vínculos afetivos para as mulheres privadas de liberdade, emergindo no processo elementos relacionados às vivências pregressas ao cárcere, à percepção das mulheres acerca dos vínculos que possuem, entre eles o vínculo materno-infantil, e o que esperavam para o futuro, após o cárcere.

No tocante às vivências anteriores à privação de liberdade, foi possível perceber diferentes fontes de vulnerabilidade às quais as mulheres estavam expostas. Famílias permeadas pela violência, pela privação de liberdade de outrem, perda de familiares, componentes de uma experiência marcada pela restrita quantidade de pessoas próximas àquela mulher, e a precariedade das relações – condições materiais de construção do discurso por elas apresentado quando descreveram seus núcleos familiares:

“Minha família foi assassinada quase toda. (...) Quando entrou pra assassinar minha família eu tava dentro do banheiro, se eu tivesse lá com elas, onde elas morreram, eu ia morrer também, aí é um negócio que eu não tiro da minha cabeça. Todo dia, todo dia, eu lembro” (Maria Carolina)

“Tô tendo contato com a minha tia (...) e meu marido não conta porque ele tá preso né, e só, porque eu só tenho ele” (Giovana)

Observa-se pelos relatos a violência cotidiana e uma fragilidade das relações estabelecidas, as quais foram interrompidas por diferentes fatores. A violência experienciada anteriormente também se repete em outras circunstâncias e perpassa as relações dessas mulheres no contexto das práticas ilícitas das quais participam, o que as conduz ao encarceramento em algum momento. O trecho a seguir ilustra essa questão, quando a participante descreve outra perda significativa para si – o falecimento do irmão, também vítima de assassinato:

“Meu foco era o meu irmão, quando minha família foi assassinada (...) aí eu tinha meu irmão por mim. (...) Aí eu tive uma saidinha de lá de Jequié e ele teve a saidinha dele daqui do presídio. Aí eu vi ele dois dias, passei o Natal com ele, aí quando eu voltei, mataram ele. Aí eu botei na cabeça que eu ia vingar a morte dele de um jeito ou de outro, se eu morresse ou não. Só que aí ao mesmo tempo vinha a vingança e vinha também a minha filha. Se eu botasse na cabeça que eu ia vingar eu ia morrer e ela ia ficar aí sem ninguém. Que nem eu perdi minha mãe, eu tinha sete anos, e é muito ruim ficar sem mãe. Então eu falei ‘vou tirar isso da cabeça’ porque eu tenho ela.” (Maria Carolina)

As oposições que aparecem nessa fala dizem dos diversos sentimentos ligados a essa vivência: a revolta pela morte do irmão, o desejo de vingança, a tristeza pela perda da própria mãe, a preocupação com o futuro da filha. É um relato que aparece na contramão da ideologia amplamente veiculada na sociedade, por exemplo, de que as pessoas que praticam ações ilícitas são pessoas necessariamente ruins, numa perspectiva maniqueísta; que as mulheres consideradas infratoras, por terem praticado ações ilícitas não são dignas de afeto e/ou capazes de cultivar relações afetivas. Essa noção advém do discurso hegemônico que desqualifica as pessoas

encarceradas, retirando delas a dimensão humana pautada na emoção e na afetividade.

No caso das mulheres, essa Formação Discursiva está ligada também a uma outra, advinda das prescrições morais e religiosas segundo as quais as mulheres são julgadas de modo distinto, pois deveriam ser obedientes e dignas, enquanto as criminosas estão corrompidas. Percebe-se também uma ambivalência no discurso da participante ao contrapor a realização de uma vingança e a manutenção do vínculo com a filha, aparecendo o segundo ponto como estratégia inclusive de manter a própria vida.

Nesse sentido, podemos pensar os vínculos afetivos como um fator de proteção à saúde das mulheres encarceradas, pois subsidiam práticas, ainda que reduzidas, de manutenção da saúde e preservação de si. Esse é um aspecto fundamental na análise das condições de saúde desse público, que experiencia diariamente mecanismos de silenciamento e opressão de suas demandas, e manifestam através de sintomas físicos e psíquicos os efeitos dessa conjuntura em que estão inseridas. A esse respeito, serão discutidos alguns aspectos na próxima seção.

4.2.3 Eu durmo pronta pra guerra, e eu não era assim

As condições de saúde do público carcerário configuram um tópico importante no escopo de análises do universo prisional. Para as análises deste escrito, cabe esclarecer inicialmente qual a perspectiva adotada acerca do determinante ‘saúde’.

O conceito de saúde pode ser entendido de diferentes maneiras. É um conceito que sofreu várias reformulações ao longo do tempo, não sendo unânime entre os teóricos. No contexto em questão, considera-se a saúde como uma dimensão componente dos sujeitos (Krein, 2021), diretamente afetada pela rotina e pelos hábitos adquiridos durante o período do cárcere.

Os efeitos desses hábitos e das vivências que constituem a rotina são materializados no corpo, “espaço de lutas, possibilidades e resistências, como um documento vivo e em constante movimento” (Nascimento *apud* Borges, 2019, p. 35). Os sintomas das vivências de opressão produzidas pela instituição prisional manifestam-se no espaço corporal sob a forma de patologias, em alguns casos, e/ou de reação desse corpo à vivência que experimenta: o choro, a revolta, o medo, as descargas de estresse, o escalonamento de questões para ansiedade e depressão, a tristeza...

A esse respeito, as mulheres apresentaram em suas falas indícios dos efeitos que a rotina vivenciada no presídio produz sobre sua saúde. Ao serem perguntadas se perceberam mudanças na

saúde após o evento do cárcere, as participantes relataram num primeiro momento mudanças na alimentação e na disposição física. Apenas num segundo momento pontuaram também mudanças na saúde mental, como se pode observar nos trechos a seguir:

“Minha saúde... **Eu já não tenho mais saúde. Minha pressão é muito alta**, e quase todos os dias eu peço pra subir pra aferir a pressão (...) afetou muito a minha saúde, meu psicológico, lá dentro” (Angela)

“Sono eu não tenho problema com sono, não. Mas da alimentação a gente acaba perdendo peso, aí vem as dores, dor de cabeça. Eu tava com dor nas costas e dor no estômago, mais dor nas costas. Não tem como se exercitar ou como caminhar um pouco, sabe? E **fora o peso e a saudade também, do filho**. Pesa. Isso fica bem complicado” (Carla)

“Não, porque **aqui tem médico vinte e quatro horas – assim, mental, né? Interfere na saúde mental**, porque não tem como a pessoa ter uma saúde mental boa num lugar desse. Pressão psicológica muito forte, é uma dor da alma, né. Não é uma dor física, é uma dor na alma, **principalmente quando fala no meu filho**, que vai fazer isso, vai fazer aquilo, eu fico perturbadinha, fico doida, doida, preocupada”. (Maria Beatriz)

Percebe-se, nos relatos, que as participantes reproduzem um discurso no qual a concepção de saúde é definida enquanto ausência de doença e/ou diretamente relacionada à presença de dores, o que aponta para uma formação discursiva biomédica em que o sujeito é dividido entre o físico e o mental, numa perspectiva mecanicista. As alterações fisiológicas são as que primeiro aparecem, para só depois serem pontuadas as alterações no campo psíquico, o que denota a concepção circulante no imaginário social de que a saúde mental apareceria em segundo plano.

Entretanto, pode-se considerar saúde como resultado da interação complexa de determinantes sociais que orientam as condições de vida dos sujeitos, numa relação de interdependência entre os campos fisiológico e mental. Transpondo para o contexto em questão, o ambiente do cárcere é um determinante que afeta diretamente a percepção de si, o que por sua vez interfere na compreensão do que é saúde e como ela se apresenta nessa conjuntura.

Um outro aspecto referente à rotina que impacta diretamente nas condições de saúde emergiu nos discursos: os períodos de sono. Dois termos se destacaram pela alta frequência de repetição nos discursos das entrevistadas: ‘remédio’ e ‘dormir’, como ilustram os trechos:

“**Agora eu só durmo**. Antes eu trabalhava, chegava aqui agitada né, trabalhava aqui fora e trabalhava lá dentro, devido alguns acontecimentos, **eu agora só durmo**”. (Angela)

“Meu foco é só **dormir**” (Maria Carolina)

“**Eu durmo com remédio, se não tomar, não consigo dormir**”. (Maria Beatriz)

“**Apesar de não precisar tomar remédio pra dormir**, eu durmo sem remédio, entendeu?

Eu quero ir embora daqui sem esse vício” (Giovana)

“Tenho dificuldade pra dormir sim. Passa várias coisas na cabeça, aí eu tomo o **remédio** logo pra eu **dormir**”. (Conceição)

Exceto por duas participantes, todas as demais relataram dificuldades para dormir. A questão da medicação associada ao dormir é bastante evidente, muito provavelmente fruto da vivência na prisão permeada de ameaças, instabilidade, desconfiança, medo... Essas questões interferem na saúde das mulheres e fazem com que elas recorram a medicações, já que relatam não conseguir lidar com a questão do sono de outra forma.

Num primeiro momento pode-se interpretar o “remédio pra dormir” caracterizando o sono apenas enquanto atividade orgânica do corpo; entretanto, o dormir aparece nos relatos diretamente correlacionada com o uso de medicação, a partir do que se pode inferir também o uso de substâncias como mecanismo para se desconectar da realidade, ainda que apenas durante o sono; desviar um pouco para tentar se preservar, pois é bastante cansativo ficar em estado de alerta o tempo todo. Os níveis de cortisol aumentam, as células do cérebro vão morrendo por conta da sobrecarga – o que interfere diretamente na saúde de modo geral porque as pessoas vão literalmente perdendo as capacidades cognitivas (Silva, 2013; Purdy, 2013). O espaço do cárcere é (re)produtor de sofrimentos diversos, e lidar diariamente com essa instituição demanda muito dos sujeitos, conforme relata a participante:

“Aqui é sofrimento. Se você tiver na rua pedindo um pão pra comer você não tá sofrendo. Porque você está livre (...) com medo vinte e quatro horas, você não tá. Essa tortura, vinte e quatro horas.” (Maria Beatriz)

Percebe-se a partir dessa fala não apenas o funcionamento contínuo dos mecanismos de opressão, por ela nomeados como ‘tortura’, como também a relativização dos sofrimentos; na perspectiva dela, a privação de alimentos não caracteriza sofrimento porque apesar de ser ruim, não está restrita ao ambiente carcerário. A privação de liberdade, nesse sentido, representa a principal fonte da angústia por ela experienciada diariamente. Isso gera efeitos sobre a dimensão dos vínculos afetivos, que também constituem um importante campo de discussão, e sobre os quais as mulheres apresentaram diferentes relatos, como poderá ser visto na próxima seção.

4.2.4 Tanta dor rouba nossa voz, sabe o que resta de nós?

Além dos aspectos relacionados à alteração dos vínculos afetivos, outro tópico que compôs

um dos temas de pergunta nas entrevistas foi a questão das visitas na prisão. Ao serem perguntadas se estavam recebendo visitas, as participantes relataram que essa configuração sofreu modificações em virtude da pandemia pelo SARS-CoV-2, o novo coronavírus, vivenciada desde 2020. As visitas, antes presenciais, tornaram-se virtuais, realizadas através de chamadas de vídeo, pelo aparelho celular da instituição. A esse respeito, surgiram diferentes percepções:

“Ameniza um pouco a saudade. Só. Apenas” (Carla)

“**Dói mais quando a pessoa vai embora.** Eu falo com ele [o filho], depois que eu termino de falar com ele dói, me machuca” (Maria Beatriz)

“Teve a primeira ligação pro meu marido, me ajudou muito, me acalmou (...) E é isso, esse contato me ajudou a não ficar sofrendo, simplesmente aceitar o que tá acontecendo e pronto, seguir minha vida, que eu já tenho meu objetivo lá fora que é cuidar dos meus filhos e acabou” (Giovana)

“Sinto falta, sim. Pra mim é bom falar com eles [os filhos]. **Triste e bom**” (Conceição)

Pode-se inferir por esses relatos que há um tensionamento entre o que as mulheres querem fazer e o que elas acham que devem fazer; querem estar perto de quem lhes é significativo, mas ao mesmo tempo reiteram sem perceber o direcionamento da Formação Discursiva de que participam: o de mulheres infratoras, que estão “pagando pelo que fizeram” estando privadas de liberdade.

Aparecem os estereótipos envolvidos na experiência da maternidade que a tornam uma questão de difícil processamento neste contexto, e evidenciam os sentimentos de culpa, humilhação e abandono vivenciado pelas mulheres. Parecem opostos os valores atribuídos a esses momentos de contato com a família, porque aparentemente algo triste não está relacionado a algo bom, mas é justamente na ambiguidade, na ambivalência que se materializa o discurso: esses valores coexistem na mesma sentença.

No imaginário social é difundida a concepção das visitas como mecanismo de proteção da saúde e manutenção dos vínculos afetivos; essa prática é prevista inclusive em dispositivos legais que regulamentam o funcionamento das instituições prisionais, a exemplo da Lei de Execução Penal (LEP) (Brasil, 1984) e as Regras de Bangkok (Conselho Nacional de Justiça, 2016). Observa-se, entretanto, que múltiplos significados são atribuídos a essa prática, que pode representar inclusive mais um agravante no sofrimento já vivenciado pelas mulheres encarceradas na medida em que é algo pontual, passageiro, que as comunica com a realidade anterior que elas não estão mais inseridas. As imagens produzidas pelos discursos geram diferentes possibilidades de significação; “os sentidos são abertos e não evidentes, discursivos, sujeitos à interpretação” (Da Costa, 2018, p. 9)

Um outro aspecto acerca dos vínculos se refere às aspirações das mulheres com relação ao futuro, conforme elas pontuam nos relatos que se seguem:

“Eu quero muito ir pra casa, eu peço a **Deus** pra me dar minha liberdade de novo” (Maria Carolina)

“Espero um dia eu e ele sair daqui e dar continuidade aos bons momentos e esquecer o passado pra trás. Mas minha vida tá entregue nas mãos de **Deus**, eu peço a Deus todo dia pra me tirar daqui (...)” (Carla)

“Só tô preocupada só ‘pra mim’ sair daqui logo e cuidar deles [dos filhos], só isso. Mas até me empolguei depois com a ideia, vou ter mais juízo... Dois, né, não é um só, aí me empolguei de ser mãe⁶. Tá sendo bom pra mim, bom que eu não fico pensando em outras coisas, fico pensando só neles”. (Giovana)

“Fazer ‘minhas obrigação’ que eu tenho que fazer e fazer meu papel de mãe né. Só quero viver e ser feliz, voltar pra pertinho dos meus filhos, e andar nos caminhos do **Senhor**”. (Angela)

Pode-se inferir a partir das falas que existe uma vinculação ao aparato religioso, ao qual as mulheres se apegam como forma de se motivar e se manter vivas. A Formação Discursiva religiosa é bastante presente, não apenas nos discursos enunciados pelas mulheres, mas também nos discursos estruturantes da instituição, desde os primórdios de seu surgimento: através da religião, os sujeitos considerados infratores seriam redimidos e teriam suas almas salvas.

No contexto em questão, a vinculação religiosa aparece como “gancho” de sustentação da própria existência, porém, novamente, residindo em vínculos inter e intrassubjetivos. O vínculo se faz em relação a um Outro, dessa vez manifesto na figura de um ser espiritual maior e mais significativo que elas mesmas, por elas nomeado de Deus.

Ainda que isso seja restrito, essa vinculação parece se efetivar como uma possibilidade de sobrevivência, visto que o cárcere é um ambiente em que muitas coisas não sobrevivem, e muitas pessoas também. A existência de um projeto de vida do qual os filhos participam e as mulheres manifestam planos e intenções é bastante relevante nesse contexto, pois também não é algo evidente; aparece enquanto mecanismo de resistência a um sistema que constantemente planeja e executa as mortes físicas e simbólicas dos indivíduos.

É importante considerar essa possibilidade como algo palpável na vida das mulheres presas, mulheres-presas: presa do Estado predador, do sistema penal que devora subjetividades

⁶ Essa participante, na época das entrevistas, ainda estava gestante; havia há pouco tempo descoberto que estava esperando gêmeos.

diariamente. Nesse contexto, (sobre)viver, cuidar dos filhos e paralelamente cuidar de si mesmas, é um ato de subversão.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Longe de se pretender um trabalho resolutivo, este artigo se propõe a elucidar alguns questionamentos ao mesmo tempo que suscita outros, já que há uma multiplicidade de significados implicada no processo de construção do conhecimento. O mote inicial da pesquisa, qual seja, compreender os efeitos do distanciamento dos vínculos afetivos gerado pelo encarceramento sobre a saúde mental de mulheres em situação de privação de liberdade, perpassa diferentes campos na tentativa de produzir um *corpus* contundente de saber sobre o tema. Através da articulação entre diferentes autores, foi possível aprofundar algumas questões importantes para a compreensão da estrutura que sustenta determinadas posições ideológicas e suas implicações no cotidiano.

O público dessa pesquisa, as mulheres encarceradas, representa uma parcela da população pertencente às camadas mais vulneráveis da sociedade, que diariamente enfrenta dificuldades no acesso à educação, à saúde, a colocações no mercado de trabalho. Não se pode desconsiderar os marcadores que compõem esse público: o gênero, a classe, a raça – esse último sendo referência para a compreensão dos mecanismos de segregação pautados na divisão racial que se efetiva desde a prática da escravidão a partir do século XV.

No universo prisional, quando se analisa o perfil do público que o compõe, o resultado é o mesmo: a grande maioria das pessoas é negra e pobre. E quando se observam os motivos pelos quais essas pessoas são encarceradas, as tipificações se referem usualmente a roubos/furtos e tráfico de substâncias ilícitas (Borges, 2019). Essas práticas configuram uma maneira de acesso a tudo aquilo que o capitalismo neoliberal pressiona as pessoas para ter, mas impede o acesso pelos “meios legais”, socialmente aceitos: a educação, a colocação no mercado de trabalho, o acesso a uma forma digna de remuneração.

Fazendo o recorte de gênero, podemos reconhecer as prescrições advindas do discurso hegemônico heteronormativo, que direciona supostas obrigações e cobra o desempenho de papéis sociais com base no enquadre específico dentro dos moldes do feminino e do masculino. Os movimentos analíticos dessas estruturas por vezes se perdem na identificação das especificidades – o movimento feminista, o movimento negro, etc – reduzindo a oportunidade de articular esses marcadores pela via da interseccionalidade. Cabe reafirmar que as mulheres negras passam por

opressões diferentes das que experienciam os homens negros e as mulheres brancas.

A subinclusão que tanto invisibiliza determinados grupos poderia ser trabalhada a partir da construção de políticas públicas direcionadas a esses grupos produzidas por eles próprios, de mulheres negras para mulheres negras; identificar o que é decorrente das questões de raça e o que é decorrente das questões de gênero; atuar “de baixo pra cima” (Crenshaw, 2012, p. 16), da base para o topo, ao contrário do movimento verticalizado que se observa na construção das políticas públicas. “A interseccionalidade oferece uma oportunidade de fazermos com que todas as nossas políticas e práticas sejam, efetivamente, inclusivas e produtivas” (Crenshaw, 2012, p. 16).

Ao discutir a saúde mental de mulheres encarceradas, especificamente a dimensão dos vínculos afetivos e como isso se articula com a (não) preservação da saúde, reconhece-se a fragilidade que perpassa as relações afetivas mesmo pregressas ao evento do cárcere, quando as mulheres experienciaram contextos de violência e afastamento repentino de seus familiares. Após o cárcere, durante o tempo de reclusão, as mulheres se deparam com uma configuração diferente: uma vivência institucional pautada na repressão da palavra, na contenção do sintoma, na fragmentação da subjetividade, como revelam os índices de uso de substâncias – lícitas ou ilícitas –, índices de depressão, ansiedade e mesmo tentativas de suicídio.

Diante desse cenário, retomam-se alguns pontos anteriormente abordados acerca das condições de saúde das mulheres encarceradas e como elas sofrem efeitos dos diversos fatores, desde as relações pregressas ao encarceramento, a alteração nos vínculos afetivos, até as questões relativas a sintomas físicos e psíquicos desenvolvidos com o passar do tempo nas instituições prisionais. A rotina monótona e carente de atividades diversificadas contribui para a fragmentação da saúde mental das pessoas encarceradas.

A comunicação entre as mulheres, que poderia esboçar uma rede de apoio, também se vê afetada pela constante insegurança e preocupação com a própria sobrevivência, alimentada constantemente pelos mecanismos de funcionamento das instituições prisionais que estão orientados para o silenciamento e invisibilização dos sujeitos. O oferecimento de mais atividades que as mulheres poderiam desenvolver também contribuiriam positivamente para a diminuição do sofrimento por representar uma possibilidade de direcionamento dessa energia psíquica que retorna sempre para os mesmos lugares – de sofrimento, de opressão, de angústia. Oportunizar a produção dos discursos sobre as mulheres encarceradas por elas mesmas pode ser também uma forma de evidenciar o protagonismo sobre a própria narrativa, oportunizando assim a produção de si mesmas.

Apesar da opressão que se materializa diariamente no fazer prisional, o sentir não encontra barreiras pois se transforma: o que não é expresso pela palavra aparece de outras formas – nem sempre positivas, se formos observar. Desse modo, possibilitar a manutenção e fortalecimento dos vínculos, não apenas os pregressos, componentes da vida de cada mulher, mas entre elas, no ambiente penitenciário, pode ser uma oportunidade de preservação da vida e um ensejo, ainda que mínimo, de uma experiência para além da sobrevivência. Considerando que não é possível falar em produção de cuidado no ambiente carcerário, mas em diminuição de sofrimento, torna-se possível buscar outros caminhos, na contramão da lógica medicamentosa e na direção de uma produção de vida.

CONCLUINDO UM PERCURSO

Essa pesquisa objetivou analisar, na interface entre diferentes marcadores, as narrativas das mulheres encarceradas acerca de suas vivências no ambiente prisional, especificamente os efeitos da fragilização dos vínculos afetivos sobre a saúde mental. Para tanto, foi necessária a construção de um percurso teórico-metodológico que ancorasse as pontuações realizadas no escopo de análise desse tema.

No primeiro artigo, de caráter teórico, foi possível compreender o processo de surgimento e posterior engendramento do dispositivo da prisão no corpo social, seus mecanismos de sustentação e, sobretudo, sua função na conjuntura socioeconômica atual. À primeira vista, poderia-se pensar que a prisão é uma instituição apartada da sociedade, pelo efeito de exclusão e marginalização dos indivíduos que por ela passam; entretanto, conforme se compreende o processo de estruturação dessa instituição, pode-se perceber que é precisamente no bojo social que a prisão se engendra, e aparece como ferramenta preferida do Estado para a gestão das mazelas sociais, controle das vontades e governo dos corpos.

Observou-se na análise apresentada pelo artigo o ressurgimento de um Estado penal rígido e implacável com as camadas menos abastadas da sociedade, mas complacente e flexível com as elites; nesse contexto, a prisão se direciona para a administração das desigualdades e o silenciamento das revoltas, ensejando a morte de processos subjetivos tanto simbólica quanto literalmente – vide as estatísticas de encarceramento em massa e o aumento no índice de mortalidade de uma parcela bastante específica da população: negros e pobres. A esse respeito, algumas considerações foram feitas também nos artigos II e III, sendo o primeiro a composição do estado da arte do tema de pesquisa, e o segundo o resultado do processo analítico desenvolvido

com base no corpus discursivo coletado em campo, junto às mulheres encarceradas, participantes da pesquisa.

O artigo II, derivado do processo de revisão sistemática das produções acadêmicas acerca do tema “saúde mental, vínculos afetivos e mulheres encarceradas”, evidenciou as possibilidades de análise desse campo a partir do marcador de gênero, que se apresenta de diferentes formas: enquanto componente da identidade subjetiva; enquanto estrutura de diferenciação dos sujeitos nos espaços sociais; enquanto baliza para atribuição de papéis sociais aos indivíduos – o que, por sua vez, se desdobra em outras questões: no caso das mulheres encarceradas, as prescrições do gênero subsidiaram não apenas a construção de suas autoimagens, mas também a interpretação de suas performances no desempenho dos papéis, entre eles o papel de mãe, de cuidadora. Esse aspecto estrutura um importante viés de sustentação da vida dessas mulheres, pois é a partir dele que as estratégias de autopreservação e sobrevivência dentro do cárcere se desenvolvem, pois elas tem como norte o outro, o filho/a filha de quem elas querem cuidar; e nesse processo, acabam também cuidando de si mesmas.

Esse e outros aspectos foram discutidos com mais profundidade no artigo III, que tratou da análise dos discursos das mulheres encarceradas. Emergiram no processo de investigação unidades discursivas que permitiram realizar articulações entre as falas das participantes e o campo material de produção daqueles discursos; identificar os mecanismos de estruturação das falas, os deslizamentos e nuances de relatos que trazem consigo ambivalências, questionamentos, a reprodução de discursos anteriores que, através dos Esquecimentos (Orlandi, 2013), naturalizam-se e reverberam no sujeito, de modo que o indivíduo considera que o discurso por ele proferido tem origem nele mesmo – quando o que ocorre é a reprodução de toda uma estrutura anterior.

As participantes da pesquisa relataram sobre suas vivências no cárcere, em que a desconfiança latente umas das outras e a formação de uma rede de apoio coexistem no mesmo espaço de tempo. Falaram também das alterações em sua saúde, o uso das medicações para dormir, os pensamentos recorrentes acerca dos familiares de quem estão afastadas, a fragilização dos vínculos afetivos, a angústia que parece estender a duração dos dias – que se passam todos iguais, todos os dias – tudo isso representa fonte de sofrimento para essas mulheres, manifesto na superfície corporal sob a forma de sintomas, queixas crônicas, adoecimento psíquico.

O ambiente prisional compõe um universo em que práticas de silenciamento e opressão dos sujeitos são reproduzidas diariamente, e com isso as subjetividades passam por um processo de apagamento e sequestro de seus protagonismos. O Estado, a sociedade, as instituições

penitenciárias são produtoras de discursos totais e diretivos acerca das pessoas encarceradas. Mas essa pesquisa se situa na contramão desses processos. Buscando direcionar o protagonismo das narrativas sobre as mulheres encarceradas para elas mesmas, além do processo investigativo que deu origem à dissertação, foi construído também um produto de intervenção, compilando as informações trazidas pelas mulheres acerca de aspectos componentes da vivência no cárcere e quais estratégias de sobrevivência foram desenvolvidas nesse contexto.

Trata-se de um documento escrito pelas mulheres privadas de liberdade que participaram da pesquisa, contando de suas experiências do ponto de vista coletivo. No processo de coleta dos dados, as narrativas foram construídas individualmente, em virtude da pandemia pelo SARS-CoV-2 que impossibilitou o contato direto entre as pessoas. Entretanto, no processo de construção da intervenção, ocorrido mais de dois anos depois, os protocolos de segurança foram flexibilizados, possibilitando o encontro e a descrição dos processos de uma outra perspectiva, no viés coletivo.

Intitulado “Isso é (sobre) vivência: orientações de acolhimento às mulheres encarceradas”, o documento é um compilado das falas das mulheres, participantes da pesquisa que posteriormente concordaram também em participar da intervenção. O escrito está dividido em cinco partes, sendo a primeira a apresentação; as partes dois, três e quatro referem-se cada uma a um bloco, montado a partir das perguntas norteadoras que subsidiaram a intervenção, e a última parte apresenta considerações finais e referências.

Cabe descrever, a essa altura, como foi esse processo. A intervenção foi pensada de modo que as mulheres protagonizassem as próprias narrativas, entendendo que essa estratégia contribuiria, ainda que momentaneamente, para a diminuição do sofrimento psíquico pela possibilidade de elaboração subjetiva pela escrita, bem como pelo fortalecimento da rede de apoio através do compartilhamento das vivências comuns.

No pátio externo do bloco onde se localizam as celas femininas, há uma pequena quadra, cercada de altos muros e coberta por uma tela na parte de cima. É onde as internas tomam o banho de sol, estendem as roupas quando é o dia de lavagem, e interagem entre si para além do ambiente restrito das celas nos corredores internos. Foi também nesse pátio que a intervenção se deu. A pesquisadora compareceu à instituição prisional, após comunicação e autorização da gestão, e anunciou para as mulheres o objetivo daquela visita e os procedimentos posteriores: a realização de um bate papo sobre alguns tópicos relativos à vivência no cárcere e o consequente registro escrito de elementos representativos de cada uma delas.

Foi feita uma roda e, nesse espaço, a pesquisadora lançou as perguntas disparadoras do diálogo, quais sejam: a) o que vocês gostariam que tivessem contado a vocês quando chegaram aqui? Qual conselho gostariam de ter recebido? ; b) o que vocês fazem pra tentar manter a saúde aqui? ; c) o que vocês deixariam de ensinamento pra quem vai passar pela prisão?

Em seguida, foi solicitado às mulheres que escolhessem um objeto – um elemento da natureza, um animal, um trecho de música... – que as representasse, e registrassem esse objeto no papel. A maioria das mulheres se utilizou de palavras, escrevendo trechos de músicas e versículos bíblicos, mas também foram feitos desenhos (vide Anexo 4). Os resultados dessa intervenção foram compilados e organizados nesse produto, que poderá ser melhor visualizado ao final dessa dissertação.

Para finalizar, é importante dizer dos profissionais de saúde que atuam nas instituições prisionais; mais especificamente, os profissionais psicólogos, que muitas vezes se encontram em situações de difícil manejo. Num sistema que opera aniquilando vidas e produzindo mortes, a psicologia pode ser uma ferramenta bastante potente – seja para o ajustamento dos sujeitos ao sistema, seja para uma atuação na direção oposta. Cabe situar-se ética e politicamente nesse contexto.

Deve-se pontuar também a importância de veicular os discursos do público encarcerado de modo a direcionar seu protagonismo para ele mesmo. As mulheres encarceradas experienciam diariamente mecanismos de silenciamento de seus corpos, suas queixas, suas demandas afetivas, e oportunizar o endereçamento dessas demandas pela via da palavra é um importante mecanismo de contribuição para a preservação e reconhecimento dessas subjetividades capturadas pelo sistema, mas que seguem resistindo; (re)existindo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Akotirene, C. (2019). Interseccionalidade. In: Ribeiro, Djamila (coord). *Feminismos Plurais*. São Paulo: Pólen.
- Andrade, D. de C. M. (2018). Historicidade da propriedade privada capitalista e os cercamentos. *Revista História: Debates e Tendências [online]*, v. 18, n. 3, p. 408-419.
- Arndt, K. A.; Junior, E. F. L. (2020). Inclusão social de ex-detentos no mercado de trabalho. *Revista Jurídica Direito, Sociedade e Justiça/RJDSJ*, v. 9, n. 1.
- Barbosa, M. I. S; Bosi, M. L. M. (2017). Vínculo: um conceito problemático no campo da Saúde Coletiva. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 27, n. 4.
- Barcinski, M. (2012). Expressões da homossexualidade feminina no encarceramento: o significado de se “transformar em homem” na prisão. *Psico-USF*, v. 17, n. 3.
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bento, B. (2008). *O que é transexualidade*. São Paulo: Brasiliense.
- Bion, W. R. (1959). Attacks on linking. In: Bion, W. R. *Second thoughts* (1993). London: Karnac.
- Birman, J. Responsabilidade moral e criminalização na formação social neoliberal. In: Batista, V. M. (Org.). (2012). *Loic Wacquant e a questão penal no capitalismo neoliberal*. Rio de Janeiro: Revan.
- Borges, J. (2019). *Encarceramento em Massa*. São Paulo: Pólen.

- Butler, J. (2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Brasil. (1984). *Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984*. Recuperado de: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210.htm>.
- Brasil. (2008). Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *Grupo de trabalho interministerial: reorganização e reformulação do sistema prisional feminino*. Brasília, DF: o autor.
- Brasil. (2010). Secretaria de Atenção em Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. *Legislação em saúde no sistema penitenciário*. Brasília: Ministério da Saúde.
- Brasil. (2018). Ministério da Justiça e Segurança Pública. *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN Mulheres (2a ed.)*. Brasília.
- Camargo, C. M. dos S. (2019). Memória discursiva e a Análise do Discurso na perspectiva pecheuxiana e sua relação com a memória social. *Saber Humano*, v. 9, n. 14, p. 167-181.
- Carvalho, D. T. P. de; Mayorga, C. (2017). Contribuições feministas para os estudos acerca do aprisionamento de mulheres. *Estudos Feministas*, v. 25, n. 1.
- Carvalho, M. L.; Valente, J. G.; Assis, S. G. de.; Vasconcelos, A. G. G. (2006). Perfil dos internos no sistema prisional do Rio de Janeiro: especificidades de gênero no processo de exclusão social. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 11, n. 2.
- Conselho Nacional de Justiça (CNJ). (2016). *Regras de Bangkok: regras das Nações Unidas para o tratamento de mulheres presas e medidas não privativas de liberdade para mulheres infratoras*. Brasília: CNJ.
- Costa, A.; Zoltowski, A. Como escrever um artigo de revisão sistemática. In: Koller, S.; Couto, M.; Hohendorff, J. (Orgs.). (2014). *Manual de produção científica*. Porto Alegre: Penso.

Costa, Y. M. C. da. (2018). *Análise do discurso: um olhar sobre a ambiguidade em propagandas das Havaianas*. Trabalho de Conclusão de Curso, Faculdade de Ciências da Linguagem, Universidade Federal do Pará, Abaetetuba – PA.

Crenshaw, K. W. (2012). A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero. In: *Painel 1 – Cruzamento Raça e Classe*. Recuperado de: 288<<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wpcontent/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>>.

Davis, A. (2016). *Mulheres, raça e classe*. Tradução Heci Regina Candiani. 1ª ed. São Paulo: Boitempo.

Davis, A. (2018). *Estarão as prisões obsoletas?* Tradução Marina Vargas. 1ª ed. Rio de Janeiro: Difel.

Delgado, M. G.; Porto, L. V. (2019). *Welfare State: Os Grandes Desafios do Estado de Bem-Estar Social*. São Paulo: LTr.

Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN). (2020). Depen atualiza dados sobre a população carcerária do Brasil. Brasília. Recuperado de <https://www.novo.justica.gov.br/news/depen-lanca-paineis-dinamicos-para-consulta-do-infopen-2019>.

Durigan, C. R. Z. (2015). *Maternidade na prisão: uma análise das relações de apego entre filhos e mães encarceradas*. Dissertação de Mestrado, Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba – PR.

Engels, F. (2012). *A Origem da Família da Propriedade Privada e do Estado*. Tradução de Ruth M Klaus. 4. ed. São Paulo: Centauro.

Faria, C. A. P. de. Uma Genealogia das Teorias e Tipologias do Estado de Bem-Estar Social. In: Delgado, M. G.; Porto, L. V. (2018). *O Estado de Bem-Estar Social no Século XXI*. 2. Ed. São Paulo: LTr.

- Felisberto, J. H. (2019). *A crise do estado de bem-estar social e as consequências para os serviços públicos essenciais*. Monografia (Bacharelado em Direito) – Curso de Direito – Universidade Federal do Paraná, Curitiba – PR.
- Ferreira, V. P.; Silva, M. A. De; Neto, C. N.; Neto, G. H. F.; Chaves, C. V.; Bello, R. P. (2014). Prevalência e fatores associados à violência sofrida em mulheres encarceradas por tráfico de drogas no Estado de Pernambuco, Brasil: um estudo transversal. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 19, n. 7.
- Figueiró, R. De A.; Dimenstein, M.; Alves, D.; Medeiros, G. (2015). Consumo de medicação psicotrópica em uma prisão feminina. *Revista Psicologia Política*, v. 15, n. 34.
- Filho, K. P. (2012). Uma breve genealogia das práticas jurídicas no ocidente. *Psicologia & Sociedade [online]*, v. 24, n. spe, p. 104-111.
- Firmino, F. H.; Porchat, P. (2017). Feminismo, identidade e gênero em Judith Butler: apontamentos a partir de “Problemas de Gênero”. *Doxa: Rev. Bras. Psicol. Educ.*, Araraquara, v.19, n.1, p. 51-61.
- Flores, N. M. P.; Smeha, L. N. (2018). Mães presas, filhos desamparados: maternidade e relações interpessoais na prisão. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 28, n. 4.
- Foucault, M. (1979). *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Foucault, M. (1987). *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Foucault, M. (1997). *Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)*. Tradução de Andrea Daher. Rio de Janeiro: Zahar.
- Foucault, M. (1999). *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes.

- França, D. C. (2008). *Técnicas e políticas de si nas margens: seus monstros e heróis, seus corpos e declarações de amor*. Tese de Doutorado, Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, Salvador – BA.
- França, M. H de O. (2013). *Prisão, tráfico e maternidade: um estudo sobre mulheres encarceradas*. Tese de Doutorado, Universidade Federal da Paraíba – UFPB, João Pessoa – PB.
- França, M. H. de O. (2014). Criminalidade e prisão feminina: uma análise da questão de gênero. *Revista Ártemis*, v. 18, n. 1.
- Freitas, M. B.; Alves, A. E. S. (2015). A condição da mulher encarcerada no presídio regional Advogado Nilton Gonçalves de Vitória da Conquista - BA. *Colóquio do Museu Pedagógico*, v. 11, n. 1.
- Gonzalez, L. (2020). *Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaio, Intervenções e Diálogos*. Rio Janeiro: Zahar.
- Hooks, B. (2018). *O feminismo é para todo mundo*. Tradução Ana Luiza Libânio – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.
- Krein, C. E. (2021). O conceito ampliado de saúde e sua relação com a saúde mental. In: XXVIII Seminário de Iniciação Científica, 28, 2021, Ijuí – RS. *Anais eletrônicos* [...] Rio Grande do Sul: Ijuí, 2021. p. 01 – 05. Recuperado de: <https://publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/salaconhecimento/article/view/21007>.
- Martins, L. M. R. (2019). *Um olhar negro sobre o sofrimento psíquico e as vozes silenciosas das mulheres encarceradas: um diagnóstico sobre as políticas de saúde mental no sistema carcerário no Brasil*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento, Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu.
- Marx, K. (1867). *O Capital: Crítica da Economia Política*. (1983). Vol. I, T. 1, São Paulo: Abril Cultural (Coleção Os Economistas).

- Mello, J.; Marques, D. Dos estereótipos à cidadania: sobre mulheres, Estado e políticas públicas. In: Pires, R. R. C. (org). (2019). *Implementando Desigualdades: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas*. Rio de Janeiro: IPEA.
- Merrien, F. X. O Novo Regime Econômico Internacional e o Futuro dos Estados de Bem-Estar Social. In: Delgado, M. G.; Porto, V. L. (2018). *O Estado de Bem-Estar Social no Século XXI*. 2. Ed. São Paulo: LTr.
- Morais, N. V. P. S. (2019). *O inquérito policial como instrumento para elucidação dos crimes*. 47 p. Monografia (Bacharelado em Direito) – UniEVANGÉLICA.
- Moreira, M. A.; Souza, H. S. (2014). Vivências de mulheres aprisionadas acerca das ações de saúde prestadas no sistema penitenciário. *O Mundo Da Saúde*, v. 38, n. 2, p. 219-227.
- Orlandi, E. P. (2013). *Análise do Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes.
- Pêcheux, M. Análise automática do discurso. Trad. Eni P. Orlandi. In: Gadet, F.; Hak, T. (Orgs.). (1993). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Unicamp.
- Pêcheux, M. (2014). *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Unicamp.
- Purdy, J. (2013). Chronic Physical Illness: A Psychophysiological Approach for Chronic Physical Illness. *Yale Journal of Biology and Medicine*, v. 86, p.15-28.
- Ribeiro, L. B.; Aires, S. *Mulheres encarceradas e saúde mental: revisão de literatura*. No prelo
- Rodrigues, C. (2012). Performance, gênero, linguagem e alteridade: J. Butler leitora de J. Derrida. *Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)* [online], n. 10. Recuperado de: <https://doi.org/10.1590/S1984-64872012000400007>

- Rodrigues, D. O. (2017). Mulheres presas: articulando gênero e saúde mental. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress, 11, 2017. *Anais Eletrônicos* [...], Santa Catarina: Florianópolis.
- Ruiz, J. M.; Tilio, R. de. (2020). Análise do discurso sobre gênero e cuidados em saúde de homens internados num hospital. *Revista Psicologia Política*, n. 20, v. 47, p. 132-148.
- Santos, M. V. dos; Alves, V. H.; Pereira, A. V.; Rodrigues, D. P.; Marchiori, G. R. S.; Guerra, J. V. V. (2017). Saúde mental de mulheres encarceradas em um presídio do estado do Rio de Janeiro. *Texto Contexto Enfermagem*, v. 2, n. 26.
- Santos, M. V. dos; Alves, V. H.; Pereira, A. V.; Rodrigues, D. P.; Marchiori, G. R. S.; Guerra, J. V. V. (2018). Fatores de proteção da saúde mental das mulheres encarceradas: estudo descritivo-exploratório. *Online Brazilian Journal of Nursing*, v. 16, n. 4.
- Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização (SEAP). (2019). Conjunto Penal de Vitória da Conquista. Bahia. Recuperado de <http://www.seap.ba.gov.br/pt-br/unidade/conjunto-penal-advogado-nilton-goncalves-vitoria-da-conquista>.
- Silva, A. A. (2015). *Das vidas que não (se) contam: dispositivos de desinstitucionalização da medida de segurança no Pará*. Tese de Doutorado, Psicologia Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Silva, E. C. da. (2013). *Avaliação da percepção visual de forma e tamanho em voluntários com estresse crônico*. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Psicologia.
- Souza, C. A. de C.; Costa, K. S. (2020). As bases de construção do sujeito moderno: posicionamento dos movimentos estruturalista e pós-estruturalista. *Revista TOMO*, São Cristóvão, Sergipe, Brasil, n. 36, p. 173-194.

Vilalba, H. G. (2013). O contrato social de Jean-Jacques Rousseau: uma análise para além dos conceitos. *Revista Filogênese*, v. 6, n. 2, p. 63-76.

Wacquant, L. (2008). *As duas faces do gueto*. Boitempo Editorial.

Wacquant, L. Forjando o estado neoliberal: trabalho social, regime prisional e insegurança social. In: Batista, V. M. (Org.). (2012). *Loïc Wacquant e a questão penal no capitalismo neoliberal*. Rio de Janeiro: Revan.

Woodward, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: Silva, T. T. da (Org.) (2006). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. p. 07-72. Petrópolis: Vozes.

Xavier, G. (2019). *Você pode substituir mulheres negras como objeto de estudo por mulheres negras contando sua própria história*. Rio de Janeiro: Malê.

Zimerman, D. E. (2010). *Os quatro vínculos: amor, ódio, conhecimento, reconhecimento na psicanálise e em nossas vidas*. Porto Alegre: Artmed.

APÊNDICES E ANEXOS

ANEXO 1 – COMPROVANTE DE SUBMISSÃO À REVISTA PSICOLOGIA POLÍTICA

[RPP] Agradecimento pela Submissão

 **Katia Maheirie** <noreply.ojs@scielo.org> 
27/09/2022 00:36

Para: Larissa Bahia Ribeiro

Larissa Bahia Ribeiro,

Agradecemos a submissão do seu manuscrito "Mulheres encarceradas e saúde mental: revisão de literatura" para Revista Psicologia Política. Através da interface de administração do sistema, utilizado para a submissão, será possível acompanhar o progresso do documento dentro do processo editorial, bastando logar no sistema localizado em:

URL do Manuscrito: <https://submission-pepsic.scielo.br/index.php/rpp/authorDashboard/submission/24388>
Login: larissa-bahia1

Em caso de dúvidas, envie suas questões para este e-mail. Agradecemos mais uma vez considerar nossa revista como meio de transmitir ao público seu trabalho.

Katia Maheirie

Revista Psicologia Política <http://submission-pepsic.scielo.br/index.php/rpp>

ANEXO 2 – COMPROVANTE DE SUBMISSÃO À REVISTA CADERNOS CRH

[CCRH] Agradecimento pela submissão



Editoria Caderno CRH <revcrh@ufba.br>

03/01/2023 20:27



Para: Larissa Bahia Ribeiro

Larissa Bahia Ribeiro:

Obrigado por submeter o manuscrito, "O surgimento das prisões: do contexto histórico à função social" ao periódico Caderno CRH. Com o sistema de gerenciamento de periódicos on-line que estamos usando, você poderá acompanhar seu progresso através do processo editorial efetuando login no site do periódico:

URL da Submissão: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/authorDashboard/submission/52470>

Usuário: larissabahia1

Se você tiver alguma dúvida, entre em contato conosco. Agradecemos por considerar este periódico para publicar o seu trabalho.

Editoria Caderno CRH

Editoria Caderno CRH

Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades - CRH

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - FFCH

Universidade Federal da Bahia - UFBA

Estrada de São Lázaro - 197 - Federação

CEP 40210-730 - Salvador - Ba

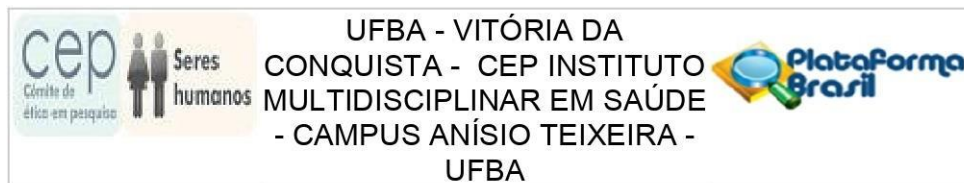
Tel: (71) 3283-5857/5850

revcrh@ufba.br

<http://www.cadernocrh.ufba.br> / www.scielo.br/crh



ANEXO 3 – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DA EMENDA

Título da Pesquisa: Efeitos do distanciamento dos vínculos afetivos sobre a saúde mental de mulheres encarceradas em Vitória da Conquista - BA

Pesquisador: Suely Aires Pontes

Área Temática:

Versão: 7

CAAE: 28380020.4.0000.5556

Instituição Proponente: Instituto Multidisciplinar em Saúde-Campus Anísio Teixeira

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

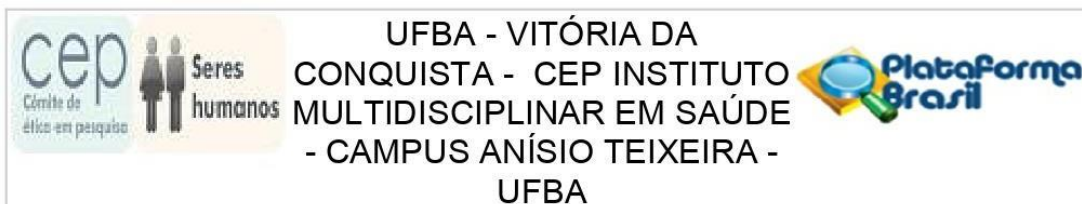
DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.867.422

Apresentação do Projeto:

Em análise a sétima versão do projeto intitulado "Efeitos do distanciamento dos vínculos afetivos sobre a saúde mental de mulheres encarceradas em Vitória da Conquista - BA", sob responsabilidade da pesquisadora Suely Aires Pontes, que "se propõe a investigar os efeitos do afastamento dos vínculos afetivos - no caso, o vínculo materno-infantil e o vínculo construído com parceiro ou parceira - na saúde mental de mulheres em situação de privação de liberdade, numa unidade prisional do município de Vitória da Conquista - BA. O intuito de realizar este estudo advém da inquietação com relação às vivências das mulheres no universo específico anteriormente descrito, e de quais maneiras a Psicologia, enquanto campo de estudo que contribui para a produção do cuidado em saúde, poderia atuar. Para tanto, pretende-se, após o contato com as instituições avaliadoras e sua autorização para o desenvolvimento do projeto, realizar entrevistas com as participantes da pesquisa para coleta de dados, com disparadores relacionados a este tema, por exemplo: como as mulheres percebem a importância dos vínculos em suas vivências, como é para elas estar num espaço que modifica os modos de manutenção desses vínculos, como elas pensam sobre essa situação. Serão feitas devolutivas às participantes para apreender os efeitos da intervenção, e após a coleta, pretende-se analisar os dados utilizando a análise do discurso baseada no paradigma pós-estruturalista linguístico, para em seguida serem delineados os

Endereço: Rua Homindo Barros, 58, Quadra 17, Lote 58
Bairro: CANDEIAS **CEP:** 45.029-094
UF: BA **Município:** VITORIA DA CONQUISTA
Telefone: (77)3429-2720 **E-mail:** cepims@ufba.br



Continuação do Parecer: 4.867.422

resultados de todo o processo."

Objetivo da Pesquisa:

"Tem-se como objetivo geral do projeto compreender como os efeitos que o distanciamento dos vínculos afetivos gerado pelo encarceramento se processam na saúde mental de mulheres em situação de privação de liberdade. Como objetivos específicos, tem-se: Investigar como é construída a experiência de encarceramento nas narrativas das mulheres encarceradas; Examinar qual papel desempenham os vínculos afetivos construídos com seus filhos e/ou com parceiros na experiência subjetiva dessas mulheres; Analisar, nas formações discursivas, como se engendram esses componentes na saúde mental das mulheres encarceradas; Utilizar este estudo para a criação e expansão das práticas de produção de cuidado em saúde mental nos espaços componentes do sistema prisional."

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos e benefícios foram analisados em parecer anterior, tendo o projeto sido considerado admissível conforme a resolução 466/2012 do CNS, que afirma que pesquisas com seres humanos são admissíveis quando "o risco se justifique pelo benefício esperado".

Em parecer anterior solicitou-se a remoção de qualquer informação relativa à realização de grupo focal da descrição dos riscos presente no formulário de Informações Básicas do projeto. Tal solicitação foi atendida nesta versão.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Vide pareceres anteriores.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os documentos apresentados encontram-se de acordo com as recomendações da CONEP.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não restam pendências.

Considerações Finais a critério do CEP:

O presente parecer foi aprovado ad referendum.

Conforme a Resolução nº 466/12 (Item X, Tópico X.1, Ponto 3b), é necessário submeter, na Plataforma Brasil, relatórios semestrais referentes à execução deste projeto. Para este fim verifique o endereço eletrônico: <http://cep.ims.ufba.br/relat%C3%B3rio>. Caso haja relatórios pendentes, este

Endereço: Rua Hormindo Barros, 58, Quadra 17, Lote 58
Bairro: CANDEIAS **CEP:** 45.029-094
UF: BA **Município:** VITORIA DA CONQUISTA
Telefone: (77)3429-2720 **E-mail:** cepims@ufba.br



UFBA - VITÓRIA DA
CONQUISTA - CEP INSTITUTO
MULTIDISCIPLINAR EM SAÚDE
- CAMPUS ANÍSIO TEIXEIRA -
UFBA



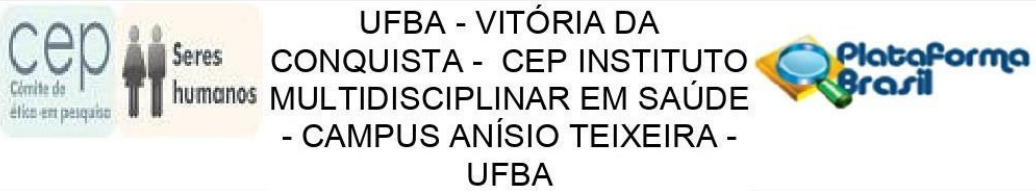
Continuação do Parecer: 4.867.422

Comitê se reserva a não apreciar novas submissões do pesquisador responsável até que estes sejam submetidos.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_1630518_E1.pdf	24/06/2021 17:26:25		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMO_DE_AUTORIZACAO_PARA_USO_AUDIO_EMENDA.docx	20/05/2021 10:24:22	LARISSA BAHIA RIBEIRO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	EMENDA_AO_PROJETO_PARA_CEP_Larissa_versao_3.docx	20/05/2021 10:23:56	LARISSA BAHIA RIBEIRO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_EMENDA_LARISSA_versao_3.docx	20/05/2021 10:23:31	LARISSA BAHIA RIBEIRO	Aceito
Outros	nota_de_esclarecimento.jpg	19/02/2020 19:44:24	LARISSA BAHIA RIBEIRO	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto.pdf	19/02/2020 19:41:50	LARISSA BAHIA RIBEIRO	Aceito
Outros	scan_folha_local_ims.pdf	28/01/2020 12:25:41	LARISSA BAHIA RIBEIRO	Aceito
Declaração de Pesquisadores	declaracao_part_larissa.jpg	14/01/2020 22:25:50	LARISSA BAHIA RIBEIRO	Aceito
Declaração de Pesquisadores	declaracao_participacao_projeto_suely.pdf	14/01/2020 21:58:04	LARISSA BAHIA RIBEIRO	Aceito
Outros	autorizacao_nilton_goncalves.jpg	14/01/2020 21:56:34	LARISSA BAHIA RIBEIRO	Aceito
Declaração de Pesquisadores	lattes_suely_aires.pdf	14/01/2020 21:52:01	LARISSA BAHIA RIBEIRO	Aceito
Declaração de Pesquisadores	lattes_larissa_bahia.pdf	14/01/2020 21:51:48	LARISSA BAHIA RIBEIRO	Aceito

Endereço: Rua Hormindo Barros, 58, Quadra 17, Lote 58
Bairro: CANDEIAS **CEP:** 45.029-094
UF: BA **Município:** VITORIA DA CONQUISTA
Telefone: (77)3429-2720 **E-mail:** cepims@ufba.br



Continuação do Parecer: 4.867.422

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

VITORIA DA CONQUISTA, 26 de Julho de 2021

**Assinado por:
Raquel Souza
(Coordenador(a))**

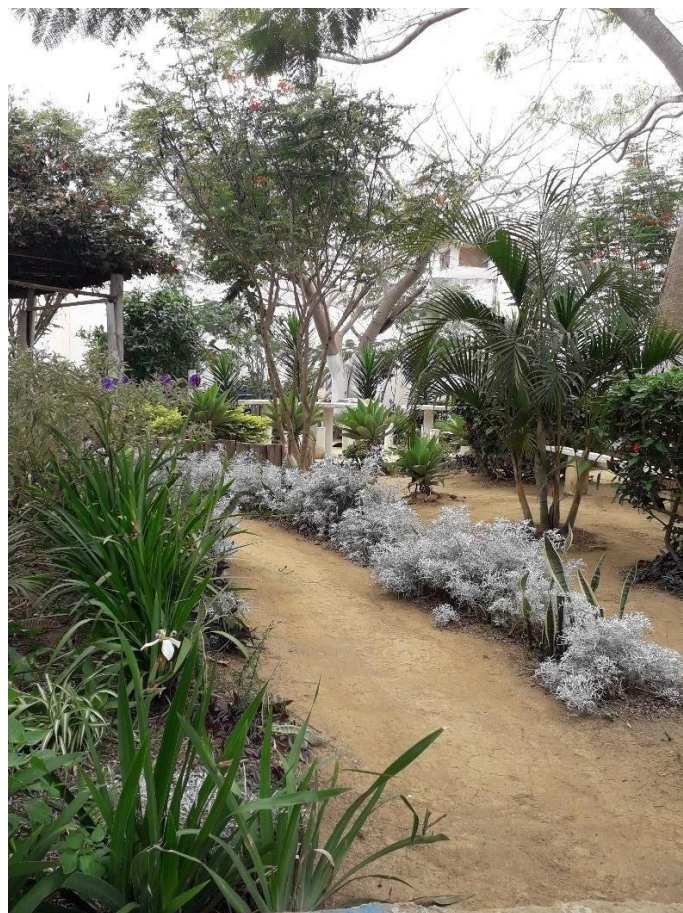
Endereço: Rua Hormindo Barros, 58, Quadra 17, Lote 58
Bairro: CANDEIAS **CEP:** 45.029-094
UF: BA **Município:** VITORIA DA CONQUISTA
Telefone: (77)3429-2720 **E-mail:** cepims@ufba.br

ANEXO 4 – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

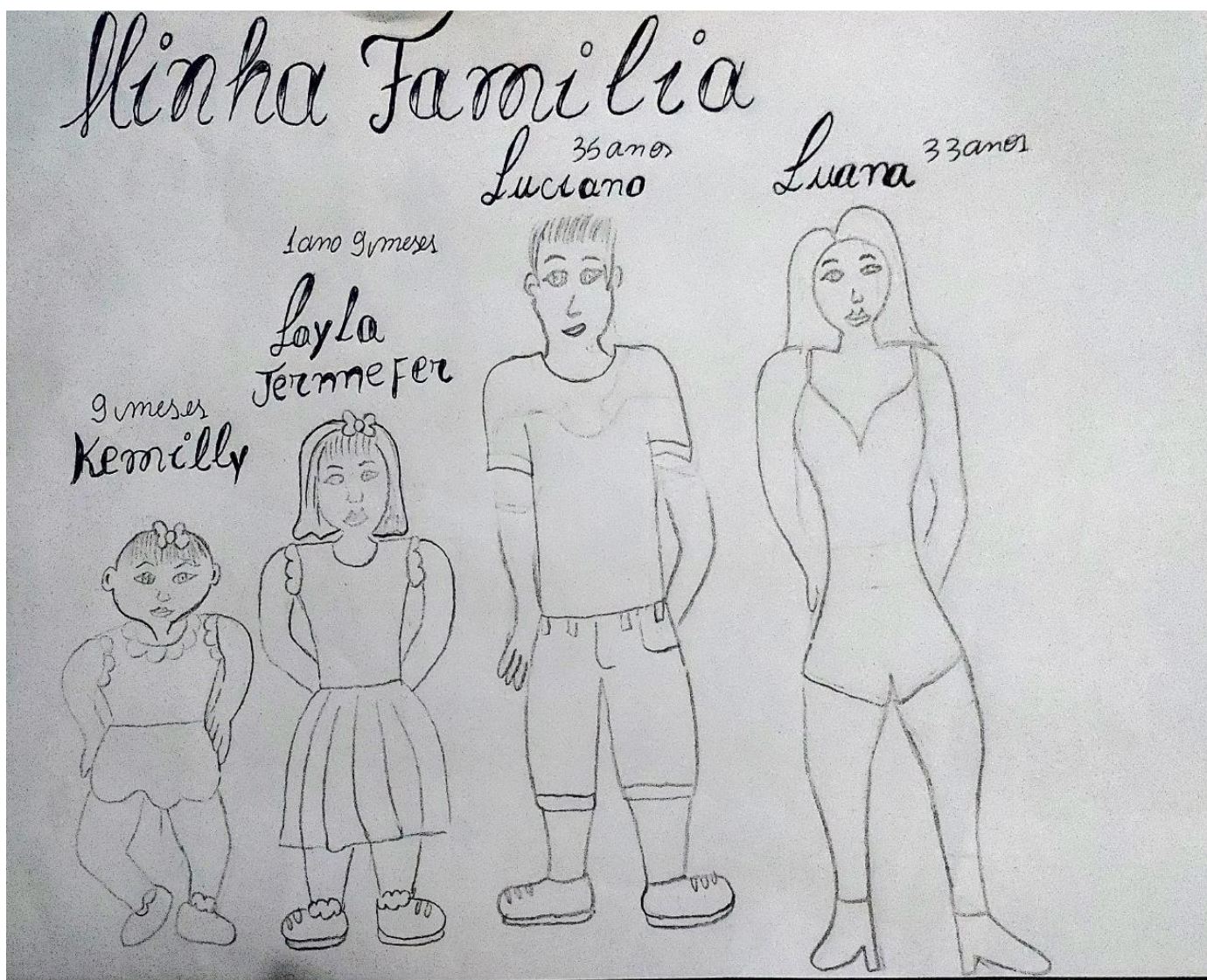
- 1. Coletar dados iniciais: nome, idade e/ou data de nascimento, raça/etnia**
- 2. Há quanto tempo você está aqui, na prisão? Já esteve presa antes?**
- 3. Como é a sua rotina nesse espaço?**
- 4. Você tem filhos?**
- 5. Você mantém contato com alguém da sua família?**
- 6. Você recebe visitas? Como você se sente com relação a isso?**
- 7. Para você, é importante manter contato com as pessoas da sua família?**
- 8. Para você, estar nesse espaço interferiu na sua saúde?**
- 9. Como você percebe o tratamento que recebe das outras pessoas nesse espaço?**
- 10. Gostaria de acrescentar mais alguma coisa ao que você disse até aqui?**

ANEXO 5 – FOTOS DO ESPAÇO EM QUE OCORRERAM AS ENTREVISTAS





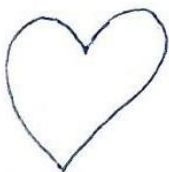
ANEXO 6 – PRODUÇÕES AUTORAIS DAS PARTICIPANTES DA PESQUISA



Só do teu lado tudo é mais
tudo é tão perfeito e cheia paz
eu nunca amei alguém assim
eu sei que foi feita pra mim

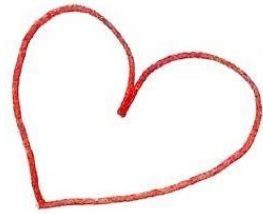
Só do teu lado a emoção
faz acelerar meu coração
enfim achei o meu lugar
agora eu sei o que é amar...

Sdds.

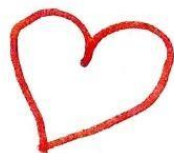
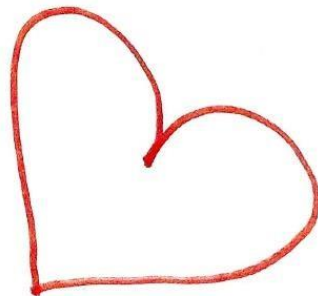


familia ...

Pai, Meu Pai,
Tu Podes fazer
Tadas as coisas!
Ajasta de Mim este
CÁLICE DE SOFRIMENTO,
PORÉM QUE NÃO SEJA
FEITO OQUE EU QUERO
Mas oque Tu QUERES...



MARCOS
14:36



voçê diz que está mozinho, mas quem
diz está comigo, voçê diz que não tem
falta não, mas quem te diz que tudo é
possível.

voçê diz eu não posso, voçê diz eu
não aguento diz meus sonhos então
perdidos o que posso não volte mais
meus sonhos então dizendo eu ainda
realizo os sonhos
volte a sonhar

Vinde até aqui denunciar o meu passado em ti, vim molhar os pés que andaram por cá, seu carinho receber...

Hoje estou aqui não porque mereço eu sei, mas tu sabes por onde eu andei, conheces bem o meu peripato...

Mas tu sabes também, que o meu choro é sincero porém, não tenho nada a oferecer meu Senhor, mas te dou a minha vida.

É tudo que eu tenho, recebi o meu nada, repaz a morada habita em mim, me cobre em teu peito, sou teu, sou eleito, e a minha essência escala teu cheiro.

- Minha Essência -

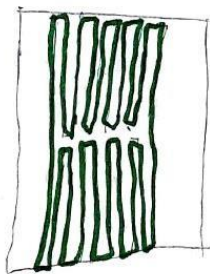


Tua na paz de Deus, que permaneça essa tranquilidade na comunidade, ô ô

Pega Lili dos amigos que estão privados, Lili

Saudades dos crias que não estão mais aqui, aqui...

- Mo Poze do Roda -



Deus me Castigou severamente, mas não me entregou a morte.

Salmos 118-18

Bruno, Carla que tempo, vece chegou

Me sinto tão amada
isso faz bem
o coração da gente
quando tem
alguém pra dividir
um grande amor
como a brisa da manhã
arrum você chegou
uma ética perfeita
de amor uma pente
balna o rio de dar
um miúdo vida
um menino lindo
me redigou
um presente enviado
pelo meu Senhor

vece foi como
um dilúvio
de amor
arrancando
do meu peito
uma dor e no lugar
daquela cicatriz
marcou as lunas
lindas que o tempo
foi notou você e
minha tempestade
de bem trazendo
chuva no deserto
me fazendo alguém
amada simplesmente
pelo que é então

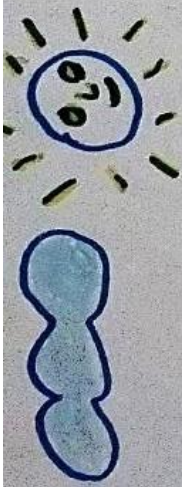
mamada
meia
agora tua
mulher
vamos nos melhorar
na chuva do Senhor
agradecer com lençóis
e nesse amor fazer valer
a pena tudo que existe
conquistou vamos juntos
fazer um luar de
agradecimento à Deus
quando mais precisei
vece me apareceu
um presente e o
rematante era Deus...

A Meta do Rei

Disseram que eu não ia conseguir
disseram que meus sonhos se acabaram
aqui, foi quando os meus pés se quebraram
me zombaram me criticaram...
me mandaram para a terra de ledelá,
terra que se chamava esquecimento e
noquele lugar rezinha fiquei humilhada,
desamparada mais no coração havia uma
esperança o Rei prometeu não se esquecer de mim
e eu sei que esse dia vai chegar e a caruagem do
rei na cidade vou ver entrar pra nos buscar...



Francisca Mendes



De domingo
a Domingo



Caibari



todo dia fico surrado de domingo a Domingo aquilo que eu quero

que passa no tempo que deixo as mais bonitas e belas

se distraído entre dia quando alguém disser olô e a dona maria,

as vezes falo mais não sei mais acreditar e pulo de alegria não

eu tenho tantas novidades para gente e sou eu ganhei uma bilhete ~~de~~

diferente de uma carta que não aqui nos ~~está~~ encino que fomos e o.

Cominho mãe não sei esquece de criar pela gente deus está. E curvado

eu Tô tá diferente não parece ~~apelo~~ aquela filha que tanto está fez chorar

mãe supera mãe que eu quero meu melhar de dentro de uma esela

trazer de novo com carinho de domingo souis país me alegrando

até o que mais não sei esquecer nada não ~~trazer~~

sem deus que deus pode transformar em deus que deus país comica

mãe pronta pra me meçar.

APÊNDICE A
PRODUTO DE INTERVENÇÃO



ISSO É (SOBRE)VIVÊNCIA:

orientações de acolhimento
às mulheres encarceradas

Larissa Bahia Ribeiro
Suely Aires

ISSO É (SOBRE)VIVÊNCIA:

orientações de acolhimento
às mulheres encarceradas

Autoras:

Larissa Bahia Ribeiro
Suely Aires

Design Gráfico:

Isis Fonsêca

Imagens:

Leticia Massari
(www.pexels.com)

2023

Dedicado às mulheres que
contribuíram para a construção
desse documento, não só a partir
de suas experiências, mas também
pela gentileza de compartilhá-las
através de seus relatos.

SUMÁRIO

Apresentação _____	05
I. “Minha voz uso pra dizer o que se cala” _____	07
II. “Colhendo flores pra não correr lágrimas” _____	11
III. “A fé na vitória tem que ser inabalável” _____	15
Conclusão _____	19
Referências _____	21

APRESENTAÇÃO

Este é um documento escrito por muitas mãos. Deriva de um processo de construção anterior à sua feitura, advindo da relação entre pessoas que muito provavelmente não se conheceriam se não fossem as circunstâncias. Essas pessoas se viram obrigadas a conviver umas com as outras, e (re)descobriram nessa convivência outras narrativas, diferentes daquelas que comumente são ditas para elas, sobre elas.

Esse documento é o resultado de uma intervenção realizada numa instituição penitenciária, com mulheres que estão privadas de liberdade. Essa intervenção, por sua vez, é parte integrante de uma pesquisa de mestrado profissional, desenvolvida no Programa de Pós Graduação em Psicologia da Saúde da Universidade Federal da Bahia – campus Anísio Teixeira.

A pesquisa teve como mote a investigação dos efeitos da fragilização dos vínculos afetivos sobre a saúde mental de mulheres encarceradas. No decorrer do processo, a pesquisadora foi afetada por diferentes emoções: revolta, diante dos mecanismos de opressão reproduzidos diariamente no cotidiano das prisões; frustração, pela restrição do escopo de ações que poderiam ser desenvolvidas pela pesquisadora; entusiasmo, por reconhecer a potência subjetiva de cada uma das mulheres que contribuíram para o desenvolvimento da pesquisa e desse documento; gratidão, pela disponibilidade das mulheres em participar desse projeto.

Nas seções que se seguem, as autoras de suas histórias contam um pouco da vivência no ambiente do cárcere e como desenvolveram estratégias para lidar diariamente com essa questão. A intenção foi compor um documento que possa contribuir para o desenvolvimento de práticas de saúde nas unidades prisionais visando um acolhimento humanizado às mulheres que estão passando e/ou passarão pela instituição penitenciária.

Na primeira seção deste documento co-produzido pelas participantes da pesquisa, há orientações quanto ao funcionamento formal (rotina, procedimentos diários e afins) e informal (impressões e relações desenvolvidas pelas mulheres, entre si) da instituição. Elas dizem do que gostariam de ter sabido quando primeiro chegaram à instituição: o que poderiam esperar, com o que deveriam se preocupar...

Na segunda seção, é feita a apresentação das atividades (salão de beleza, trabalhos, rituais religiosos). As mulheres apresentam os mecanismos utilizados na tentativa de preservar a saúde no ambiente penitenciário, pois sabemos que por si só esse lugar já representa um fator de risco à saúde dos sujeitos. É preciso se preservar para sobreviver.

Por fim, as mulheres emprestam um pouco de sua experiência às recém chegadas e contam quais conselhos e ensinamentos deixariam para as próximas pessoas que passarão pela experiência de privação de liberdade.



Cada seção tem como título um trecho de música, e é ilustrada por uma produção autoral das mulheres, representando a ideia central da seção e os desdobramentos subjetivos da experiência de registrar no papel a infinidade de elementos que compõem as individualidades conformadas no espaço carcerário.



SEÇÃO I

“MINHA VOZ USO
PRA DIZER O QUE
SE CALA”

Vinde até aqui denunciar o meu passado em ti, vim
molhar os pés que andaram por aí, seu carinho
receber...

Hoje estou aqui não porque mereço eu sei, mas tu sabes por
onde eu andei, conheces bem o meu peripato...

Mas tu sabes também, que o meu choro é sincero porém, não
tenho nada a oferecer meu Senhor, mas te dou a minha
vida.

É tudo que eu tenho, recebi o meu nada, reza a morada
habita em mim, me cobre em teu peito, sou teu, sou
eleito, e a minha essência exala teu cheiro.

- Minha Essência

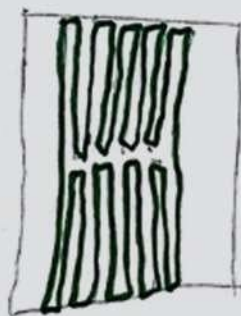


Tua paz de Deus, que permaneça essa tranquili-
dade na comunidade, ôô

Peça Li Li dos amigos que estão privados, Li Li

Saudades dos crias que não estão mais aqui, aqui...

- Me Pore do Roda



Deus me Castigou severamente, mas não
me entregou a morte.

Salmos 118-18

Para entender a composição desse mapa, é necessário situar seu processo de construção. Após a realização da pesquisa de campo, a pesquisadora retornou à instituição penitenciária com a proposta de intervenção, qual seja: favorecer, através da escrita das mulheres, possibilidades de elaboração de determinadas questões concernentes à vivência no cárcere. Cabe enfatizar que o ambiente penitenciário é produtor e mantenedor de sintomas por seu *modus operandi*, no qual as opressões sociais se reproduzem (WACQUANT, 2012; FLAUZINA e PIRES, 2019). Nessa direção, salientamos que a capacidade psíquica de elaboração das experiências sofre efeitos da conjuntura a que estão expostas as pessoas privadas de liberdade, mais especificamente as mulheres, que compõem o recorte dessa intervenção e que construíram o mapa aqui apresentado.

Confinadas num espaço físico precário, dispendo de bastante tempo ocioso, vivendo sob vigilância constante, as mulheres encontram um espaço hostil e amedrontador, capaz de suscitar os mais diversos pensamentos e emoções a elas relacionadas – a preocupação com a própria vida, a angústia pela falta de informações acerca de seu caso (para aquelas que são encarceradas enquanto ainda aguardam a definição de sentença), o afastamento das pessoas significativas com quem tinham contato antes de serem privadas de liberdade...

A intervenção foi proposta por meio de perguntas norteadoras que objetivavam estruturar a ação e,

fundamentalmente, escutar essas mulheres em sua vivência de chegada à prisão. A primeira pergunta feita foi: “o que você gostaria que tivessem te contado quando você chegou aqui [na prisão]?”. Seguem algumas das respostas:

“Queria que tivesse me contado do confere¹. Três vezes ao dia, todo dia. Tem dia que eu me pergunto ‘será que vai ter?’, já fico com isso na cabeça”

Há uma certa ansiedade causada pelo procedimento de conferência do espaço, que mesmo previsto na rotina, não deixa de gerar efeitos sobre as mulheres encarceradas; a imagem mental acerca da rotina e da vivência no espaço do cárcere não necessariamente corresponde ao que elas encontram na realidade, mas já é suficiente para suscitar preocupações e receios:

“Eu queria que tivesse falado que a realidade aqui é diferente. Botam muito medo e quando a gente chega aqui é outra coisa”

Essa sensação é pontuada também em outras falas, como percebemos a seguir:

“- Podia ter falado que ‘elas [as colegas de cela] deixa’ ‘nós conversar’ né, e tem que deixar mesmo porque se não oprime a pessoa”.

“- Julgamento aqui só pro juiz”

¹ ‘Confere’ é a ação de inspeção realizada pelas agentes penitenciárias nos espaços das celas. São conferidos os materiais existentes na cela, os locais em que as mulheres dormem, o espaço como um todo.

Chamam a atenção dois aspectos, principalmente: a) a disparidade entre o que elas escutam e o que elas veem na prática; b) a solidariedade contida na expressão “juízo aqui só pro juiz”. O medo, nesse contexto, pode ser interpretado como uma ferramenta, além das tantas já existentes, de opressão e dominação.

Quando estamos com medo, tendemos geralmente a maximizar as emoções, e isso nos fragiliza; nos faz sentir menores, incapazes, paralisados, até. Para o que se propõe a prisão – mecanismo de manutenção da ideologia vigente e ferramenta de gestão das mazelas sociais – o medo é um importante aliado na obtenção do produto que se espera: corpos docilizados, quietos e obedientes (FOUCAULT, 1979; WACQUANT, 2012).

No imaginário social, a prisão é um lugar em que todas as pessoas são necessariamente não confiáveis; o perigo está à espreita todo o tempo, vive-se em constante estado de alerta, de maneira individual. Esses aspectos são vivenciados pelas mulheres, que sinalizam alterações em sua qualidade de vida como dificuldades para dormir, uso abusivo de substâncias, dores no corpo... Efeitos do contexto em que estão inseridas (MELLO, 2008; FIGUERO, 2015). Esse viés é colocado como o único possível, desconsiderando a possibilidade de um acolhimento coletivo.

O que se observa, porém, é a coexistência do ambiente estressor, produtor de sofrimento, com a postura acolhedora advinda de quem

compartilha da vivência angustiante. “Juízo aqui só pro juiz”, elas dizem.

Cada uma delas, com as histórias de vida que lhe são distintas, poderiam manter os individualismos; entretanto, percebe-se uma solidariedade desenvolvida no coletivo, pelo fator comum de estarem passando pelos mesmos processos verticais de repressão – da instituição, do Estado, da sociedade – que por si só fragmentam as conexões. Ter disponibilidade para escutar a outra, que por sua vez sente que pode se expressar, acaba constituindo um mecanismo de preservação e proteção entre elas.

É bastante relevante sinalizar essa possibilidade pois o ambiente do cárcere enseja mortes o tempo inteiro (TORRES et al. 2017; MBEMBE, 2018). Mortes físicas, mortes simbólicas, mortes subjetivas, diariamente parceladas nas práticas de vigilância, de alimento do medo, de reafirmação de poder. O corpo dispõe de mecanismos adaptativos para lidar com as diferentes situações.

Entretanto, esse movimento tem efeitos – e gera marcas. Na superfície corporal, essas marcas contam as histórias por trás delas, e só quem as tem é que sabe o custo – energético, emocional, afetivo – de sobreviver no inferno², um dia depois do outro. Ter ajuda nesses momentos é imprescindível – e as mulheres contam como essa ajuda, a si mesmas e umas às outras, floresce nas brechas do concreto do sistema.

² Referência ao álbum musical do grupo Racionais MCs, *Sobrevivendo no Inferno*, que inspirou inclusive a estruturação desse documento.



SEÇÃO II

“COLHENDO FLORES
PRA NÃO CORRER
LÁGRIMAS”

Pai, Meu Pai,
Tu Podes fazer



Todas as coisas!

Afasta de Mim este

CÁLICE DE SOFRIMENTO,

Porém que não seja

feito o que eu quero

Mas o que tu queres...



Marcos
14:36



Enquanto uma instituição de difícil acesso externo, a prisão apresenta uma série de entraves. Em geral, a arquitetura contribui para isso: desde a disposição dos corredores, que mais parecem um labirinto, às paredes descascadas, às grades enferrujadas das celas, que por sua vez, são minúsculos espaços em que várias pessoas convivem simultaneamente em seu interior. Um ambiente arquitetonicamente produzido para docilizar corpos (FOUCAULT, 1979). A instituição em questão, na qual foi realizada a pesquisa e a intervenção, não se mostra diferente. No bloco feminino, existem dois corredores centrais e um pátio entre eles. Olhamos pra cima: é possível ver o céu, mas não sem enxergar também a tela que cobre todo o espaço externo – para além do pesadíssimo portão de ferro e das grades ao redor.

As paredes apresentam uma pintura recente: um amarelo pálido, que cobre o espaço onde antes existiam desenhos. Ainda é possível ver os traços dos grafites, das palavras, das marcas das subjetividades que anteriormente passaram por ali – e que uma vez mais, foram apagadas. Dispostas em uma roda, sentadas no chão do pátio, conversamos: a pesquisadora e as participantes. A segunda pergunta do roteiro de intervenção foi: “o que você faz para tentar manter a saúde aqui?”. Considerando a precariedade das instituições prisionais, e toda a sua organização que desestabiliza sistematicamente quem passa por ela, a problemática da saúde das mulheres encarceradas é um tema urgente, mas que ainda está restrito à dimensão

biomédica quando se observam as produções sobre o tema (BRASIL, 2014; UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2015). À pergunta realizada, surgiram diferentes respostas. Eis algumas delas:

“Ah a gente lê... lê muito a Bíblia. Todo dia.”

“Lê, conversa, assiste, conversa de novo (risos), e assim vai passando os dias.”

“É, tem o salão também né? Quarta e sábado a gente faz ‘as unha’ aqui ‘das colega’, prancha um cabelo, usa um esmalte, aí é bom.”

“- E a gilete a gente ainda tá tendo que devolver? Não, né?”

“- Tá mais não. [para a pesquisadora]: É que antes aqui a gente tinha a gilete pra depilar né, mas começaram a usar pra outras coisas, tinha gente se cortando, aí o pessoal da casa recolheu. Mas agora tá de boa.”

Percebe-se, pelas respostas, dois aspectos importantes: 1) as atividades desenvolvidas por elas na direção da preservação da saúde envolvem mais aspectos da ordem afetiva/emocional, mas também cotidiana, de modo a organizar o tempo e as atividades – os dias de “salão”, os momentos de conversa, a leitura da Bíblia; 2) o aspecto da saúde mental encontra-se bastante fragilizado, vide o relato sobre o uso das lâminas de barbear.

A discussão sobre a saúde das mulheres encarceradas passa por diferentes vieses. As normativas legais preconizam o desenvolvimento de ações de saúde que subsidiem o contingente prisional, entretanto elas são diretivas, isto é, desenvolvidas numa relação vertical entre os profissionais de saúde e o público penitenciário (BRASIL, 1984; BRASIL, 2014).

Entretanto, é preciso considerar as particularidades dos sujeitos, visando um atendimento humanizado. As mulheres, que compõem o recorte dessa pesquisa, apresentam demandas de saúde específicas, que apenas recentemente passaram a figurar com mais evidência nas discussões acerca do universo prisional – e ainda assim, as vulnerabilidades a que estão expostas as mulheres encarceradas dificultam que seja dado um suporte adequado para suas demandas. Elas têm dificuldade de acesso a diversas questões:

Cuidados de higiene adequados, a uma atenção ginecológica e obstétrica eficiente e humana, a prevenção e diagnóstico precoce de câncer de colo uterino e mama, a doenças sexualmente transmissíveis, bem como a doenças e agravos mais comuns nessa população em geral, com ênfase aos agravos psicossociais. Outra importante vulnerabilidade é a violência a que as mulheres podem estar expostas – tanto a institucional quanto entre elas próprias –, além do risco de ocorrer violência sexual. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2015, p. 11)

Nesse sentido, é preciso desenvolver estratégias que caminhem na direção da diminuição do sofrimento,

que considerem, sobretudo, as perspectivas das mulheres privadas de liberdade, pois a relação de suporte construída verticalmente torna-se também uma forma de invisibilizar o sujeito, desconsiderando seu saber.

Dar destaque aos mecanismos de preservação da saúde construídos pelas próprias mulheres é uma maneira de resgatar seus protagonismos sobre as próprias narrativas. Elas relataram como têm conseguido se sustentar diante do cenário hostil e desanimador com que se deparam diariamente. Percebemos pelas falas a presença da religião bastante evidente, e a realização de ações compartilhadas de autocuidado, a exemplo do cuidado com as unhas e os cabelos, mesmo em meio ao ambiente de contínuo estresse e obstrução da saúde mental.

É na coletividade que as mulheres encontram suporte para lidar com a realidade do cárcere, em que constantemente a repressão e a violência se fazem presentes. Compartilhar as experiências vai na contramão da lógica dominante, que busca dividir para conquistar. E mais: registrar pela escrita essas estratégias de preservação oportuniza, a quem vai passar pelo ambiente do cárcere, a possibilidade de contar com a esperança, com a perspectiva de sobrevivência. É ainda deixar um pouco de si no outro, o que também é uma forma de resistência.



SEÇÃO III

“A FÉ NA VITÓRIA
TEM QUE SER
INABALÁVEL”

voçê diz que está nozinho, mas quem
diz está comigo, voçê diz que não tem
nada não, mas quem te diz que tudo é
possível.

voçê diz eu não posso, voçê diz eu
não aguento diz meus sonhos estão
perdidos o que posso não volte mais
mas quem está dizendo eu ainda
realizo os sonhos
volte a sonhar

“O que você diria pra quem vai passar por esse lugar? Que conselho você daria?”. Estas foram as perguntas feitas na última etapa da intervenção. As mulheres trouxeram diferentes relatos, por meio dos quais pode-se perceber a capacidade adaptativa desenvolvida por elas ao ambiente em questão. Buscavam a preservação da vida e da saúde, ainda que estivessem encarceradas. Um “descolamento” da realidade parece ser a alternativa viável para lidar com a experiência do cárcere, como ilustram os relatos a seguir:

“Tenta não pensar lá fora, sabe? É como se fosse um intercâmbio, eu penso assim”

“O ‘bagulho’ é louco e o processo é lento. Não foca no processo, senão você ‘chapa’ entendeu?”

O cárcere é uma experiência de extremo sofrimento, diante da qual esse “descolamento” se faz necessário em alguns momentos para que seja possível suportar o cotidiano. Essa estratégia de pensamento também aparece de outras formas, uma delas sendo através do uso de substâncias medicamentosas. Estudos acerca do uso dessas substâncias no ambiente prisional tem discutido a ausência de outras ferramentas para manutenção da saúde das mulheres privadas de liberdade e os efeitos dessa prática sobre as condições de saúde dessas pessoas. “A medicalização social é responsável não só pelo alívio das dores e necessidades não médicas, mas também pelo silenciamento dessas mulheres,

sua capacidade de reivindicação, sobretudo, no que diz respeito ao cotidiano absolutamente violador dos direitos humanos” (FIGUERÓ et al. 2015, p. 541).

As mulheres privadas de liberdade passam por diferentes experiências de angústia no cotidiano do cárcere e, ao observar suas trajetórias progressas a esse evento, também são muitos os reveses sofridos: a vulnerabilidade socioeconômica; a fragilização dos vínculos afetivos; as experiências de violência nas relações; a participação em atividades consideradas ilícitas, entendidas como tal em função do contrato social que regulamenta os corpos e os costumes (FRANÇA, 2013; FERREIRA et al., 2014; BORGES, 2019; MARTINS, 2019). Quando se rompe esse contrato, rompe-se também com a possibilidade de acesso a determinados privilégios, sendo a perda mais evidente a da liberdade e do controle do próprio tempo. Na prisão, as ações são controladas por outrem – pelas agentes penitenciárias, pela instituição prisional, pelas ordens do Estado.

Vivenciar um cotidiano que é continuamente estressante, fazendo com que seja necessário manter-se em estado de alerta, é desgastante e gera efeitos diversos, inclusive sobre a maneira como as pessoas percebem essa conjuntura. As mulheres fizeram recomendações para as próximas pessoas que passarão pelo ambiente que elas já conhecem, como verdadeiras estratégias de sobrevivência à prisão. São conselhos valiosos não só para o momento,

mas que podem ser transpostos para a vida além do cárcere:

“Se possível, nem entre. Não entre nesse lugar, saia do crime. Mas se entrar, seja o mais humilde possível”

“Seja paciente”

“É, tem que ter paciência. E ser solidário”

Acerca do primeiro relato, não se pode afirmar se essa humildade por ela descrita é derivada de um comportamento que inicialmente era reativo, mas foi modificado aos poucos pelas sucessivas represálias da instituição, ou se é algo já componente da maneira como essa mulher percebe seu cotidiano, juntamente com outros valores que ela carrega. Por outro lado, não necessariamente precisa ser feita essa oposição, pois há a possibilidade de ambas as inferências serem válidas.

De todo modo, chama a atenção também a maneira como ela começa essa advertência: “se possível, nem entre”. Por conhecer as mazelas inerentes ao ambiente prisional, pode dizer dessa maneira: afaste-se, procure outra rota. Podemos supor que ela não deseja para o outro o que está vivenciando, e o alerta para que possa evitar esse sofrimento. Isso tem relação com as falas posteriores relacionadas ao exercício da solidariedade e da paciência.

Destacam-se as pontuações acerca do exercício da paciência, conside-

rando que a percepção do tempo no cárcere acontece de outro modo, não com base na contagem de horas e minutos, mas do tempo de reclusão – que pode variar de poucos meses a muitos anos, a depender das determinações judiciais.

Não obstante, exercitar a paciência parece ser um mecanismo de manutenção da própria existência, pois está relacionada às perspectivas que as mulheres têm para si mesmas: perspectiva de saída da prisão, de retorno ao convívio com as pessoas significativas para elas, de mudança de cenário. É preciso ter paciência para perseverar nessas aspirações, e alcançá-las.

Manter-se desejanse e esperançosa em um contexto que trabalha constantemente para a supressão dos desejos e das subjetividades humanas representa uma possibilidade muito significativa de resistência, mesmo sabendo que as fortes ondas repressoras do sistema continuarão vindo. O sistema vai continuar funcionando. Mas a luta também continua.

CONCLUSÃO

Não se pretendeu neste documento ensejar análises e/ou julgamentos morais acerca das trajetórias das mulheres encarceradas, tampouco romantizar a vivência no cárcere, experiência sabidamente produtora e mantenedora de sofrimentos. Circula na sociedade um discurso que desumaniza as pessoas privadas de liberdade, justificando o encarceramento como medida necessária para a efetivação das consequências da quebra do contrato social no primeiro momento, alijando-as de diversos direitos, inclusive o de serem vistas e tratadas como seres humanos.

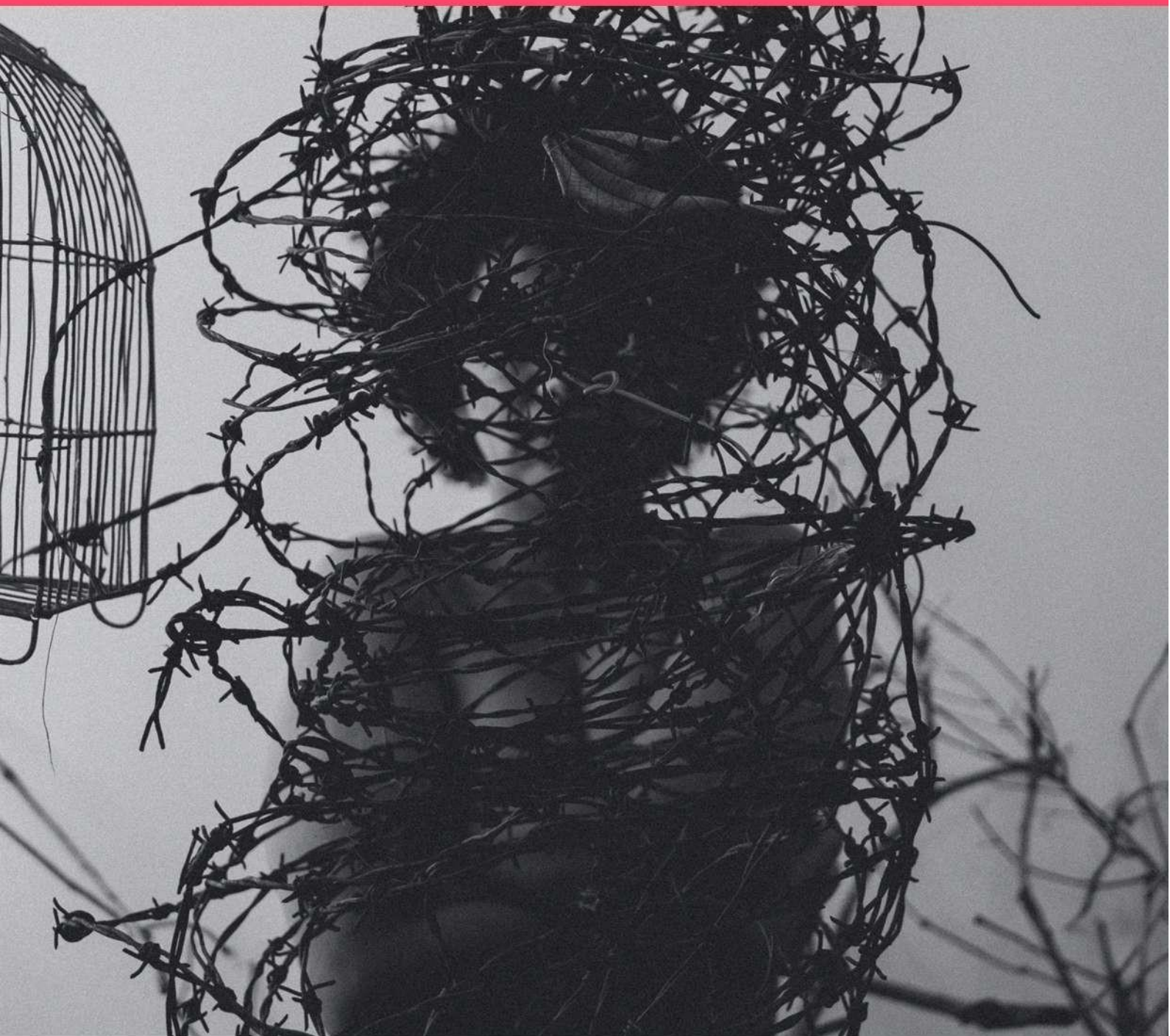
É polêmica a discussão sobre o sistema penitenciário, e cada indivíduo realiza uma leitura de acordo com o seu contexto e os valores que julga fazerem mais sentido. O que se pretendeu, com a intervenção e a posterior organização deste documento, foi a viabilização de um exercício de elaboração psíquica pelas participantes da pesquisa, através da palavra e da escrita, das experiências relacionadas à privação de liberdade e tudo que isso provoca.

Esse exercício, por sua vez, considerou a organização e estrutura das instituições penitenciárias, qual seja: esses locais funcionam como dispositivos de manutenção da ideologia vigente, economicamente localizada numa perspectiva neoliberal, que sistematicamente retira direitos sociais e políticos das camadas desprivilegiadas enquanto favorece as camadas abastadas que, por conseguinte, encontram esteio para manutenção de seus privilégios por meio do

endurecimento do Estado penal e gestão da pobreza realizada pelo sistema carcerário.

As mulheres privadas de liberdade, que representaram o público participante da pesquisa desenvolvida, e para o qual a pesquisa se direciona, compõem um público vulnerável de diferentes formas, que enfrenta diversas dificuldades e desenvolve mecanismos diários de sobrevivência. As perguntas que nortearam a intervenção basearam-se nas análises realizadas durante a pesquisa, que apontaram para os aspectos relacionais e subjetivos da vivência no cárcere.

A partir dos relatos das mulheres que participaram desse processo foi possível compreender um pouco mais dos meandros do universo prisional, pelo ponto de vista das próprias mulheres. Elas discorreram não apenas sobre o que vivem no cotidiano da instituição penitenciária, mas pontuaram o que gostariam de ter sabido anteriormente ao evento do cárcere e, ao deixar para as próximas pessoas que vivenciarão essa realidade o que pode ser feito na direção da diminuição do sofrimento produzido pela privação de liberdade e tudo o que vem junto com ela, construíram um tempo posterior. Puderam fazer uma construção temporal que articulou o tempo de hoje, o antes e o depois, produzindo um fio de história por meio de suas vozes e escrita.



Reiteramos os agradecimentos às mulheres que se disponibilizaram a participar da pesquisa e gentilmente contribuíram para seu desenvolvimento com seus relatos de vida, suas produções escritas e sua experiência de sobrevivência construída diariamente.

Esperamos que este material tenha auxiliado na identificação e compreensão de determinadas questões

relativas ao universo prisional e aos acontecimentos a ele relacionados, não apenas por parte da comunidade acadêmica e dos profissionais de saúde e assistência que atuam nas unidades prisionais, mas por qualquer pessoa que tenha interesse de se aproximar dessa discussão.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei de Execução Penal – Lei 7.210, de 11 de julho de 1984. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210compilado.htm
- _____. Ministério da Justiça. Secretaria de Política para as Mulheres da Presidência da República. Portaria Interministerial nº 210, de 16 de janeiro de 2014. Institui a Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional, 2014. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 17 jan. 2014. Seção 1, p. 75.
- BORGES, J. Encarceramento em Massa. São Paulo: Pólen, 2019.
- FERREIRA, V. P.; SILVA, M. A. da; NETO, C. N.; NETO, G. H. F.; CHAVES, C. V.; BELLO, R. P. Prevalência e fatores associados à violência sofrida em mulheres encarceradas por tráfico de drogas no Estado de Pernambuco, Brasil: um estudo transversal. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 19, n. 7, 2014, p. 2255-2264. <https://doi.org/10.1590/1413-81232014197.10012013>
- FIGUEIRÓ, R. de A.; DIMENSTEIN, M.; ALVES, D.; MEDEIROS, G. Consumo de Medicação Psicotrópica em uma Prisão Feminina. *Psicologia Política*, v. 15, n. 34, 2015, p. 531-546. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rp-p/v15n34/v15n34a06.pdf>
- FLAUZINA, A.; PIRES, T. Cartas do Cárcere: horizontes de resistência política. *Rev. Direito Práx.*, Rio de Janeiro, v. 10, n.03, 2019, p. 2117-2136.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- FRANÇA, M. H. de O. *Prisão, tráfico e maternidade: um estudo sobre mulheres encarceradas*. 2013. Tese de Doutorado, Doutorado em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.
- MARTINS, L. M. R. *Um olhar negro sobre o sofrimento psíquico e as vozes silenciosa das mulheres encarceradas: um diagnóstico sobre as políticas de saúde mental no sistema carcerário no Brasil*. 2019. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento, Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2019.
- MASSARI, L. *Naked Woman in Wires on Head Sitting in Garden*. 2022. São Paulo, Brasil. 2000 x 3000. Disponível em: <https://www.pexels.com/photo/naked-woman-in-wires-on-head-sitting-in-garden-12846180/>. Acesso em: 18 de janeiro de 2023.

REFERÊNCIAS

MASSARI, L. Grayscale Photography of Woman Holding on to a Cage. 2022. São Paulo, Brasil. 2000 x 3000. Disponível em: <https://www.pexels.com/photo/grayscale-photography-of-woman-holding-on-to-a-cage-12846186/>. Acesso em: 18 de janeiro de 2023.

MASSARI, L. Grayscale Photo of Naked Woman Sitting on a Chair. 2022. São Paulo, Brasil. 2000 x 3000. Disponível em: <https://www.pexels.com/photo/grayscale-photo-of-naked-woman-sitting-on-a-chair-12846184/>. Acesso em: 18 de janeiro de 2023.

MASSARI, L. Person Touching Leaves. 2022. São Paulo, Brasil. 2000 x 3000. Disponível em: <https://www.pexels.com/photo/person-touching-leaves-13037441/>. Acesso em: 18 de janeiro de 2023.

MASSARI, L. Naked Woman Sitting on Stool. 2022. São Paulo, Brasil. 2000 x 3000. Disponível em: <https://www.pexels.com/photo/naked-woman-sitting-on-stool-12846179/>. Acesso em: 18 de janeiro de 2023.

MASSARI, L. Black and White Photography of a Woman Wrapped with Barbed Wires. 2022. São Paulo, Brasil. 2000 x 3000. Disponível em: <https://www.pexels.com/photo/black-and-white-photography-of-a-woman-wrapped-with-barbed-wires-12846185/>. Acesso em: 18 de janeiro de 2023.

MELLO, D. C. de. Quem são as mulheres encarceradas?. 2008. 122 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

MBEMBE, A. Necropolítica. São Paulo, sp: n-1 edições, 2018.

TORRES, M. G. B. B.; MELO, A. L. S. C.; MELO, V. S. C.; NETO, A. S. da S.; VIEIRA, T. L. Mortos no cárcere: A tentativa de naturalização das mortes violentas no sistema penal. GT 13 – Saúde nas Prisões. III Seminário Internacional de Pesquisa em Prisão. UFPE – Recife, PE, 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Programa de Valorização da Atenção Básica. Atenção à saúde da mulher privada de liberdade [recurso eletrônico] / Universidade Federal de Santa Catarina – Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.

WACQUANT, L. Forjando o estado neoliberal: trabalho social, regime prisional e insegurança social. In: BATISTA, V. M. (Org.). Loïc Wacquant e a questão penal no capitalismo neoliberal. Rio de Janeiro: Revan: 2012.